



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

KAREN TAVARES CLARINDO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR E MOVIMENTO SOCIAL: Uma análise a partir da escola
Parque Amazônia no bairro da Terra Firme em Belém/PA**

BELÉM
2023

KAREN TAVARES CLARINDO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR E MOVIMENTO SOCIAL: Uma análise a partir da escola
Parque Amazônia no bairro da Terra Firme.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Básica.

Área de Concentração: Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica.

Orientador: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva.

BELÉM
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C591e Clarindo, Karen Tavares.
Educação escolar e movimento social: uma análise a partir da
escola Parque Amazônia na Terra Firme em Belém/PA. / Karen
Tavares Clarindo. — 2023.
175 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,
2023.

1. Educação escolar. 2. Movimento social. 3. Escola
Parque Amazônia. I. Título.

CDD 370

KAREN TAVARES CLARINDO

**EDUCAÇÃO ESCOLAR E MOVIMENTO SOCIAL: Uma análise a partir da escola
Parque Amazônia no bairro da Terra Firme.**

Texto apresentado como requisito para defesa de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB). Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA) Área de Concentração: Educação Básica. Linha de Pesquisa: Gestão e Organização do Trabalho Pedagógico na Escola Básica.

Orientador: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva.

Apresentado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. João Paulo da Conceição Alves (Examinador Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof. José Augusto Carvalho de Araújo (Examinador Externo)
Universidade do Estado do Pará - UEPA

*É Deus quem me reveste de força e torna
perfeito o meu caminho.*

2 Samuel 22;34

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus, por ter estado comigo dando-me força espiritual para sempre olhar para frente, fortalecendo-me na fé para nunca desistir da árdua e prazerosa caminhada de cursar o mestrado em educação.

Agradeço ao meu pai Isaias Oliveira Tavares (*In Memoriam*) e minha mãe Cárta de Souza Tavares que sempre me incentivaram grandemente aos estudos, pois em suas palavras, posso alcançar voos altos, no sentido da realização das minhas conquistas e ter compreensão da sociedade em que vivemos, na formação de um bom caráter para possibilitar a transformação da sociedade.

Posteriormente, agradeço toda a minha família que me apoia com as palavras de estímulo e persistência para continuar a trajetória do mestrado, mesmo sem ter tido licença ao aprimoramento da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu. Em especial minha eterna gratidão a minha única irmã Caroline de Souza Tavares que tem um amor incondicional pelo meu único filho Davi Lucas (Autista), ela inúmeras vezes me substitui quando não posso estar com ele.

Agradeço ao meu esposo, Ely de Souza Clarindo, por sempre embarcar comigo em meus objetivos e anseios, pela parceria e paciência nos momentos de ausência. E também ao meu filho Davi Lucas, pelo amor incondicional que me dedica e pela compreensão em tantos momentos que não pude dar a atenção que merece. É um dos meus combustíveis diários para prosseguir!

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Bittencourt da Silva, que, com muita paciência, respeito e confiança, acreditou em mim como uma pessoa capaz para cursar um mestrado e terminar com êxito, pois tive algumas intercorrências pelo caminho, e tive seu grande apoio e entendimento. Também ainda conseguiu fazer com que eu desse sempre meu melhor e com sabedoria conduziu-me neste limiar da pesquisa em nível de mestrado acadêmico na área da educação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), tanto na ministração das disciplinas quanto nas indicações de leitura e em cada contribuição dada para a produção dos textos aos quais tiveram acesso. Suas considerações foram fundamentais no processo de construção desta pesquisa.

Imenso reconhecimento ao Grupo de Pesquisa GEPEDA/NEB/UFPA pelo acolhimento e discussões tão relevantes nessa caminhada como pesquisadora, em especial as minhas amáveis Dilecia, Michelle e Mhirlla, pela parceria ao longo do curso, pelos debates e pelas

colaborações no desenvolvimento desta pesquisa, também agradeço a Áquila pela motivação e encorajamento.

Agradeço a professora Nazaré de Jesus de Brito Almeida pela sua imensa paciência, dedicação, palavras de incentivo sempre que precisei e em se dispor mesmo com momentos desafiadores a fazer leituras, correções ortográficas e de ABNT desta pesquisa.

Imensa gratidão aos entrevistados da pesquisa, sem eles não seria possível a coleta de informações que sustentaram o nosso corpo de dados, obrigada pela paciência, disponibilidade e atenção nas respostas as nossas perguntas e questionamentos.

Tenho reconhecimento as cinco cuidadoras que meu filho teve durante este percurso de qualificação profissional do mestrado, denominadas, Maria José, Nazaré, Suely, Márcia e Conceição. Elas puderam substituir-me em minha ausência de cuidado, amor e carinho com Davi Lucas Tavares Clarindo (filho) para tecitura desta pesquisa, relevante para a educação básica pública. No tempo que usei para as leituras, a realização da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, para a produção do texto e nas correções desta obra.

Gratidão em nome de Herivaldo Fonseca, Pablo Arnoud e a todo o SINTEPP Tailândia, a relação dialógica para a efetivação da minha licença aprimoramento pela Prefeitura Municipal de Tailândia após 08 meses de caminhada do mestrado. A licença para a qualificação é essencial para nos entregarmos a escrita, pois estudar é uma tarefa difícil e exige muito, além disso darei a devolutiva como uma profissional transformada politicamente, academicamente no sentido de somar com a educação deste município, ao qual sou efetivada via concurso público como professora da educação básica.

Por fim, agradeço a todos os meus colegas que conheci no programa que acreditaram que daria certo. Esta confiança proporcionou-me ânimo para prosseguir e, finalmente, alcançar o objetivo de levar ao leitor um texto oportuno diante de um contexto de negação de direitos para os filhos e filhas da classe trabalhadora e a importância deste objeto na academia para que suscitem outras obras sobre este locus da pesquisa e sobre a temática das categorias trabalhadas.

“A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

Nelson Mandela (2021, p.12)

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar um Movimento Social por moradia que ocorreu no início dos anos de 1990 em uma área urbana conhecida como Parque Amazônia da Terra Firme, na cidade de Belém do Pará, buscando compreender sua interface com a implementação de uma escola municipal caracterizada pelos seus idealizadores como uma Unidade Educacional para o Desenvolvimento Sustentável. A questão levantada buscou responder à seguinte indagação: de que maneira a participação do movimento social exerceu sua atuação ao tencionar o poder público local na efetivação de suas demandas educacionais escolares? Neste contexto, observa-se que o Movimento Social Parque Amazônia de caráter popular, mobilizou-se por diversas políticas públicas, em específico a educação escolar direcionada aos filhos e filhas de trabalhadores locais que se consolidou em 1996, com a construção da escola básica pública denominada “Escola Parque Amazônia da Terra Firme”. Houve as manifestações, diálogos e negociações do movimento frente ao poder público municipal da época pela exigência deste importante direito ancorado na Constituição Federal de 1988. Apesar do objetivo alcançado da construção da escola, o movimento não teve todas as suas demandas garantidas, principalmente em relação a uma formação promotora da emancipação dos sujeitos educacionais na busca por uma efetiva sociedade democrática, justa e igualitária. Metodologicamente buscou-se implementar uma pesquisa qualitativa de campo, com observações *in loco*, uso de imagens fotográficas, entrevistas com moradores que protagonizaram esse movimento, recolhimento de informações documentais no âmbito da própria escola e em jornais da época que repercutiram essa conjuntura social e política do período. As análises do corpus da pesquisa estiveram pautadas nos pressupostos do materialismo histórico e dialético, utilizando-se para isso um referencial teórico acerca da relação entre Movimento Social e Educação escolar (GOHN 1994, 2012; GADOTTI, 2010; ARROYO, 2012; PARO, 1995; SAVIANI, 2019; FERNANDES, 2008, dentre outros). A pesquisa mostra-se relevante na medida em que centraliza sua intencionalidade acadêmica nas relações entre a organização social urbana na cidade de Belém e a promoção de uma proposta de educação básica pública, com um claro viés social trazido pelo próprio movimento, o qual reivindicava moradia, mas também escola, saúde, lazer e outros equipamentos sociais necessários ao desenvolvimento humano e coletivo da cidade. Tem-se a seguir um conjunto de exposições e análises desse processo, suas mediações e seus aspectos vividos hodiernamente, considerados aqui como necessários à compreensão dos problemas escolares locais e sua relação com a comunidade do Parque Amazônia da Terra Firme no município de Belém. Os resultados destacam que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, inicialmente, apontou para uma possibilidade de implementação crítica de uma educação popular. Todavia, seu processo existencial real, tensionado pelas conflitualidades próprias do campo político, foi tomando colorações diferentes até chegar nos dias atuais. Também, os dados analisados possibilitam inferir que o Movimento Social Parque Amazônia não é mais organizado, contudo existem algumas lideranças que foram pertencentes a ele que continuam lutando por políticas públicas para a Comunidade e pela existência da “Escola Parque Amazônia” para a população local.

Palavras-chave: Movimentos sociais; educação escolar; escola Parque Amazônia.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyse a Social Movement for Housing that took place in the early 1990s in an urban area known as Parque Amazônia da Terra Firme, in the city of Belém do Pará, seeking to understand its interface with the implementation of a municipal school characterized by its founders as an Education Unit for Sustainable Development. The question raised sought to answer the following question: in what way did the participation of the social movement exert its action when intending to influence local public power in the execution of its school educational demands? In this context, it is observed that the Social Movement Parque Amazônia, of a popular character, was mobilized for several public policies, in particular the school education directed to the sons and daughters of local workers that was consolidated in 1996, with the construction of the public basic school called “Terra Firme Amazon Park School”. There were manifestations, dialogues and negotiations of the movement before the municipal public power of the time for the demand of this important right anchored in the Federal Constitution of 1988. Despite the achieved goal of building the school, the movement did not have all its demands guaranteed, especially in relation to training that promotes the emancipation of educational subjects in the search for an effective democratic, fair and egalitarian society. Methodologically, we sought to implement a qualitative field research, with observations in loco, use of photographic images, interviews with residents who were protagonists in this movement, collection of documentary information within the scope of the school itself and in newspapers of the time that had repercussions in this social and political situation of the period. The analyses of the research corpus were based on the assumptions of historical and dialectical materialism, using a theoretical framework about the relationship between Social Movement and school education (GOHN 1994, 2012; GADOTTI, 2010; ARROYO, 2012; PARO, 1995; SAVIANI, 2019; FERNANDES, 2008 among others). The research proves to be relevant insofar as it centralizes its academic intention in the relations between the urban social organization in the city of Belém and the promotion of a public basic education proposal, with a clear social bias brought by the movement itself, which claimed housing, but also school, health, leisure and other social facilities necessary for the human and collective development of the city. Below is a set of expositions and analyses of this process, its mediations and its aspects experienced today, considered here as necessary for understanding local school problems and their relationship with the Community of Parque Amazônia da Terra Firme in the municipality of Belém. The results highlight that the Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education Parque Amazônia, initially, pointed to a possibility of critically implementing a popular education. However, its real existential process, strained by the conflicts of the political field, took on different colors until it reached the present day. Also, the data analysed make it possible to infer that the Social Movement Parque Amazônia is no longer organized, however there are some leaders who belonged to it who continue to fight for public policies for the community and for the existence of the “Escola Parque Amazônia” for the local population.

Key-Words: Social movements; schooling; Amazon Park School.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	– Imagens de Participação no SINTEPP.....	25
Figura 2	– Mapa de localização de Belém	27
Figura 3	– Localização do Bairro da Terra Firme no município de Belém	30
Figura 4	– Mapa de localização geográfica da escola Parque Amazônia.....	34
Figura 5	– Vista Panorâmica da localização da escola Parque Amazônia	35
Figura 6	– Fachada da escola Parque Amazônia	35
Figura 7	– Imagem da fachada do prédio alugado pela SEMEC para funcionamento da escola	36
Figura 8	– Imagem da fachada do prédio alugado pela SEMEC para funcionamento da escola.....	36
Figura 9	– Atividade de costura.....	37
Figura 10	– Artesanato produzido pelos alunos.....	37
Figura 11	– Alunos visitando o Forte do Castelo.....	37
Figura 12	- Imagem da notícia jornal “O liberal”	102
Figura 13	- Imagem da Placa de inauguração da Escola Parque Amazônia	103
Figura 14	- Imagem da notícia jornal “O Liberal”	104
Figura 15	- Imagem da notícia jornal “A província do Pará”	105
Figura 16	- Imagem da construção da quadra poliesportiva com cobertura da “Escola Parque Amazônia”	111
Figura 17	- Imagem da construção da quadra poliesportiva com cobertura da “Escola Parque Amazônia”	111
Figura 18	- Aspectos da realidade interna atual da Escola Municipal de Educação Infantil e ensino Fundamental Parque Amazônia	112
Figura 19	- Imagens do muro reformado da Escola Municipal e Ensino Fundamental Parque Amazônia.....	113
Figura 20	- Imagens do muro reformado da Escola Municipal e Ensino Fundamental Parque Amazônia	113
Figura 21	- Imagem do prédio original da escola com telhado e as estruturas de ferro Imagem da escola após o saque das telhas e das estruturas de ferro	114
Figura 22	- Aspectos da realidade interna atual da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia	114
Figura 23		

	- Aspectos da realidade interna atual da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia	115
Figura 24		115
Figura 25	- Prédio original com a lâmpada saqueada	115
Figura 26	- Escola inaugurada em 1996 sem o portão de entrada e saída	116
Figura 27	- Espaços de funcionamento atual da gestão e secretaria escolar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	117
Figura 28	- Espaços de funcionamento atual da gestão e secretaria escolar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	117
Figura 29	- Imagens das salas de aula no térreo e no 1º andar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	117
Figura 30	- Imagens das salas de aula no térreo e no 1º andar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	118
Figura 31	- Imagens das salas de aula no térreo e no 1º andar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	118
Figura 32	- Imagens das salas de aula no térreo e no 1º andar da atual instalação da Escola Parque Amazônia	118
Figura 33	- Imagens da sala de aula do AEE e de informática da atual instalação da Escola Parque Amazônia	119
Figura 34	- Imagens da sala de aula do AEE e de informática da atual instalação da Escola Parque Amazônia	119
Figura 35	- Imagens do funcionamento da cozinha da atual instalação da Escola Parque Amazônia	119
Figura 36	- Imagens do funcionamento da cozinha da atual instalação da Escola Parque Amazônia	119
Figura 37	-Imagens do local da entrega do lanche e funcionamento do refeitório da atual instalação da Escola Parque Amazônia	120
Figura 38	- Imagens do local da entrega do lanche e funcionamento do refeitório da atual instalação da Escola Parque Amazônia	120
Figura 39	-Lugar insalubre no 1º andar e o artrópode próximo ao bebedouro da atual instalação da Escola Parque Amazônia	120
Figura 40	- Lugar insalubre no 1º andar e o artrópode próximo ao bebedouro da atual instalação da Escola Parque Amazônia	120

Figura 41	- Imagens do bebedouro da atual instalação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia	
Figura 42	- Imagens do bebedouro da atual instalação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia	121
Figura 43	-Imagens do banheiro da atual instalação da Escola Parque Amazônia	121
Figura 44	- Imagens do banheiro da atual instalação da Escola Parque Amazônia	121
Figura 45	- Locais inadequados para o manejo de objetos e livros armazenados da atual instalação da Escola Parque Amazônia	122
Figura 46	-Locais inadequados para o manejo de objetos e livros armazenados da atual instalação da Escola Parque Amazônia	122
Figura 47	- Locais inadequados para o manejo de objetos e livros armazenados da atual instalação da Escola Parque Amazônia	122
Figura 48	- Imagem da ausência de materiais para a higiene das mãos após o uso do banheiro da atual instalação da Escola Parque Amazônia	121
Figura 49	- Aspectos estruturais da realidade interna da atual instalação da Escola Parque Amazônia	123
Figura 50	- Aspectos estruturais da realidade interna da atual instalação da Escola Parque Amazônia	123
Figura 51	- Aspectos estruturais da realidade interna da atual instalação da Escola Parque Amazônia	123

QUADROS

Quadro 01	- Documentos selecionados <i>a priori</i> para o corpus empírico de análise documental	47
Quadro 02	- Relação quantitativa dos resultados das buscas por indicadores no Portal de Periódicos da CAPES	83
Quadro 03	- Identificação dos produtos selecionados no Portal de Periódicos da Capes.	84
Quadro 04	- Relação quantitativa dos resultados encontrados por descritor de busca no site da BDTD	85
Quadro 05	- Lista das dissertações e teses selecionadas a partir da pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	85

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASG	Agente de Serviços Gerais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CENTUR	Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
CRAS	Centro de Referência a Assistência Social
CNBB	Comissão Pastoral da Terra criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CAPES	Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital
CODEM	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GEPEDA	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento na Amazônia
ESF	Estratégia Saúde da Família
COSAMPA	Empresa de abastecimento de água e saneamento básico do estado brasileiro do Pará
GAJU	Grupo de Apoio e Juventude
IAM	Infarto Agudo do Miocárdio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MS	Movimento Social
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
	Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emilio Goeldi

MPEG	Núcleo de Estudos Transdisciplinares
NEB	Organização das Nações Unidas
ONU	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC	Produto Interno Bruto
PIB	Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração
PCCR	Projeto Político Pedagógico
PPP	Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento
PNUD	Parque Estadual do Utinga
PEUT	Petróleo Brasileiro S.A.
PETROBRÁS	Rede de Unidades de Educação Básica
RUEB	Rede de Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável
RUEDS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional
SEDURB	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional
SUEDS	Secretaria Municipal de Belém
SEMEC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCC	Universidade Estadual do Pará
UEPA	Universidade Federal do Pará
UFPA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRA	Unidade Movimento Sustentável
UMS	Unidade Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável
UEDS	

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
2	METODOLOGIA	23
2.1	Trajetória de aproximação do objeto	23
2.2	Caracterização do município	26
2.3	Caracterização do lócus de pesquisa	33
2.4	Caracterização dos sujeitos fornecedora do corpus empírico	39
2.5	Abordagem metodológica e método adotado na pesquisa	43
2.6	Instrumentos de investigação e procedimentos para a produção dos dados.....	46
2.7	Procedimentos para a análise dos dados	49
3	DISCUSSÃO TEÓRICA.....	52
3.1	Movimentos Social e Educação Escolar	57
3.2	Movimento social da Comunidade Parque Amazônia	62
3.3	A educação escolar no Complexo Educativo Parque Amazônia	69
3.4	Revisão de literatura	82
4	RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS	97
4.1	Dados organizados e confrontados	97
4.2	Dialogando com MS da comunidade Parque Amazônia: suas demandas e atuação na área da educação	100
5	A ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL E A COMUNIDADE LOCAL NA TERRA FIRME	106
5.1	Dialogando com o MS da Comunidade Parque Amazônia	107

5.2	Desdobramentos das conquistas da escola Parque Amazônia	110
5.3	Outras vozes: a voz da comunidade local	125
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
	REFERÊNCIAS	135
	ANEXOS	145
	APÊNDICES	151

1 INTRODUÇÃO

No final da década de 1980 para o início da década de 1990 inúmeras ocupações foram surgindo no município de Belém e diante deste contexto social, político e econômico, foi criado o Movimento Social (MS) Parque Amazônia, o qual impulsionou a discussão acerca de espaços sociais dentro desta ocupação, em particular o escolar. Chaves (1987, p. 12) diz que: “Os indivíduos justificam ideologicamente sua conduta de ocupação da área pela vivência e carências comuns de uma pobreza generalizada entre estes ou, como diziam, pela ‘precisão’”.

A partir deste cenário nos propomos abordar de forma analítica o processo histórico da participação deste MS no local e em suas mediações. Para isso buscamos em documentos junto aos gestores da Secretaria Municipal de Belém durante a administração do prefeito Hélio Gueiros, que pudessem nos ajudar a compreender o processo de luta, ocupação e conquista desse território no espaço urbano belenense.

Esta temática surgiu a partir das discussões vivenciadas no Grupo de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia (GEPEDA) intitulado “O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996: processo histórico, mediações e conjuntura atual” vinculado ao Núcleo de Estudos Transdisciplinares - NEB, da Universidade Federal do Pará – UFPA e coordenado pelo professor orientador José Bittencourt da Silva.

Este projeto tinha como finalidade pesquisar este Subsistema que foi criado pela Prefeitura Municipal de Belém, em 1996, que é integrado por cinco unidades educacionais, denominadas Unidade Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável - UEDS, que seriam: O Liceu de Artes e Ofícios Ruy Meira, o Liceu Escola Mestre Raimundo Cardoso, o Complexo Educacional Parque Amazônia, o Liceu de Artes e Ofícios de Hotelaria da Ilha de Cotijuba e o Centro de Referência em Educação Ambiental - Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

Neste panorama foi implementado o Decreto nº 29.205, de 13 de setembro de 1996, que instituía o Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável – SUEDS e dessa movimentação nasce a escola Parque Amazônia como integrante do ensino municipal de Belém, Pará, no ano de 1996, pertencendo então as duas redes de educação, a Rede de Unidades de Educação Básica – RUEB e a Rede de Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável – RUEDS.

O objetivo voltado para a escola Parque Amazônia era ser um local educativo com a aprendizagem de conteúdos e oficinas, isto é, que levasse em consideração recursos próprios para a sua manutenção. Esta Unidade Educacional de Desenvolvimento Sustentável (UEDS) é

a única com um caráter de mobilizações do expressivo movimento social da ocupação Parque Amazônia.

Essas mobilizações só foram possíveis graças a postura fundamental do MS frente aos representantes políticos da época, como observamos no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia. Na seção sobre o histórico da escola, destacamos a fala do senhor José Maria (2021), membro do MS que participa desde o início do processo de ocupação: “Esta escola é fruto da luta do povo da Terra Firme, mas em particular dos membros da ocupação Parque Amazônia, que no momento da ocupação reservaram o terreno para a construção da escola” (BELÉM, 2016, p. 12).

Neste sentido, avalia-se o processo propositivo educacional e formativo desta escola, a qual esteve historicamente ligada ao movimento social e foi direcionada inicialmente a filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras do local, que ocupavam essa área da região periférica de Belém. Na sua trajetória histórica posterior, buscava-se a construção da escola como instituição de ensino público e de qualidade para todos os moradores da região.

A partir desses pressupostos, focamos na relação movimento social e educação escolar neste trabalho tomando como pano de fundo o contexto, os aspectos históricos e organizacionais do cenário político local vivenciado no período de 1993 a 1996.

Nos diálogos com as representações locais foram apresentados alguns argumentos pertinentes sobre a organização do MS que culminou na ocupação da comunidade Parque Amazônia. Esta ocupação foi um marco para a criação da escola Parque Amazônia, uma vez que, as ações geradas por este movimento junto ao governo municipal da época impulsionaram a implementação da escola.

O MS organizado no Parque Amazônia buscava entre as suas diversas necessidades de políticas públicas, uma vertente voltada à educação escolar. Instituiu lideranças para o diálogo com a secretaria municipal de educação da época e para mediar este pedido ao então prefeito, Hélio Gueiros, como observamos em uma das narrativas de um entrevistado da pesquisa: “Traçamos luta para a comunidade, uma das lutas era a construção da escola, não participei da comissão da escola que foi falar com o Dr. Castro, mas estava em outras demandas, como da água e da CELPA” (SOUZA, 2021).

Conforme a seção sobre o histórico da escola no PPP da escola Parque Amazônia (2016, p.12) está descrito que: “Segundo os líderes comunitários, João Batista Ferreira, José Maria e Maria José do Socorro Pinto Pimentel, o terreno pertencia a Universidade Federal do Pará, mas as famílias que não tinham onde morar, começaram a ocupá-la em 1990”. Neste período as

peças já reivindicavam pela garantia do direito à moradia como eixo central preliminar em suas lutas.

Essas lutas foram centralizadas pelas representações do MS que buscava as garantias dos direitos nos setores de educação, saúde e lazer para a ocupação Parque Amazônia do bairro da Terra Firme em Belém do Pará. O MS atuou como protagonista no cenário real de resistências por democracia, cidadania e participação diante do poder público local, conforme exposto na fala do senhor Silva (2021). “Invadimos dia 16 de agosto de 1990, que nós tenhamos uma escola, uma praça, um posto de saúde, fomos deixando os lugares de escola, praça”.

As características particulares do MS da ocupação Parque Amazônia têm em sua construção, muita resistência e determinação. Inicialmente as manifestações populares foram na busca pela moradia e posteriormente por garantir a educação escolar neste espaço. Segundo um funcionário da escola, senhor Lima (2021), “A ideia partiu realmente da comunidade, de reservar um espaço, faziam até um revezamento à noite, de reparar a comunidade [como vigia] para reparar o local onde seria construída a escola”.

A respeito da origem das famílias que ocuparam essa área em outubro de 1990, o Projeto Político Pedagógico (1999, p. 5) da escola Parque Amazônia diz que essas famílias são oriundas dos interiores do Pará e Maranhão, assim como de outros bairros da região metropolitana de Belém, e também provenientes de outra ocupação, como a Bom Jesus, localizada também no bairro da Terra Firme, um contingente em torno de 700 famílias residentes neste espaço.

Desse modo, existem aspectos socialmente relevantes desse processo, que provocaram o problema de pesquisa, isto é, de que forma a participação do movimento social exerceu uma forte atuação, ao tencionar o poder público local na efetivação da demanda de uma educação escolar.

Portanto, constituem-se, algumas questões norteadoras neste processo para responder esta problemática:

- a) Como aconteceu o processo de formação do Movimento Social local?
- b) Qual a participação do Movimento Social no processo de construção do currículo da escola Parque Amazônia?
- c) Quais as implicações e desafios atuais frente as propostas educacionais do município de Belém?

A partir, destes questionamentos, dos estudos do contexto que impulsionaram as ações do governo municipal de Belém em que se inserem a implantação da RUEDS, almejamos como objetivo geral, compreender a atuação do MS na implementação do Espaço Educativo Parque Amazônia durante o governo local de Hélio Gueiros.

Para alcançar este propósito elegemos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a participação do Movimento Social local no processo de reivindicação pela garantia de uma escola básica na comunidade Parque Amazônia;
- b) Discutir sobre a participação do Movimento Social no processo pedagógico e formativo escolar da Escola Parque Amazônia em seu devir histórico;
- c) Analisar as múltiplas conjunturas políticas municipais que determinaram as formas diferenciadas dos projetos educacionais para esta escola.

Profissionalmente, destaco a importância em se provocar reflexões a respeito da educação escolar e do poder das manifestações populares em busca da garantia ao direito de políticas públicas para beneficiar as populações desassistidas pelo poder público, além disso, os direitos de todos a uma educação de qualidade, contribuindo com possibilidades de repensar os espaços de ensino, a aquisição de práticas educacionais capazes de gerar mudanças sociais e a contribuição desse espaço formativo.

A investigação acadêmica precisa dar um retorno à sociedade em tudo que faz. Esse tipo de investigação, pessoalmente incentiva-me a dar continuidade ao que aprendi durante minha formação básica e universitária. Contribuindo para a compreensão nos aspectos da cidadania, legislações, democracia, consciência de classe e movimento social.

Na experiência de cursar a universidade pública, aprendi que a pesquisa é para os professores uma das excelentes formas de aprimoramento profissional, por isso, a formação continuada em nível de mestrado é uma maneira de somar a trajetória tão desafiadora que é o caminho do professor na sua carreira.

Esta pesquisa reflete e propõe uma mudança significativa, com a possibilidade de despertar um maior interesse a outros acadêmicos e pesquisadores diante da visão sistêmica e de políticas públicas deficitárias, omissas ou até inexistentes em diversas esferas nas áreas periféricas do município de Belém, em especial no bairro da Terra Firme que ainda hoje tem as lideranças populares que buscam a garantia dos direitos da coletividade, como educação, urbanização, saneamento básico, lazer e projetos sociais.

Outro fator corresponde a necessidade de contribuir com a visibilidade do papel dos movimentos sociais para o fortalecimento da perspectiva da educação escolar, principalmente no que consiste a abordagem crítica, a qual busca superar a visão fragmentada, despolitizada que ainda ocorre.

Existem poucas pesquisas que debatem a relação do movimento social pela educação escolar da Comunidade Parque Amazônia, a participação do MS na luta pela construção do Complexo Educacional Parque Amazônia e indagações sobre se a educação escolar está se

constituindo (ou não) como um elemento do processo de fortalecimento político-identitária desses sujeitos, ou seja, a escola reconhece ou nega os saberes próprios do MS, estas discussões precisam ser ampliadas no contexto acadêmico.

Neste processo, a pesquisa está organizada em cinco seções, correspondente às especificidades a seguir: com a delimitação e percurso da pesquisa denominada de “Introdução”, momento da **primeira seção** (histórico, retórico do MS no bairro e na história do próprio bairro) em que apresentamos os elementos da pesquisa expostos como o objeto, a problemática, o levantamento das questões, o objetivo geral e específicos desencadeados das questões, a justificativa e a divisão das seções.

Na **segunda seção** nomeada de “Metodologia” esclarecemos o percurso metodológico eleito a fim de alcançar os objetivos propostos, espaço em que se retrata como foi à trajetória para a aproximação com o objeto de estudo, também abordará mais detalhadamente sobre as etapas selecionadas, destacando os instrumentos de investigação, como aconteceram os procedimentos para a coleta de dados e a técnica da análise dos dados.

A **terceira seção** intitulada de “Discussão teórica” discorre sobre os conceitos de movimento social e educação escolar encaminhando um debate contextualizado no cenário nacional e local da militância do MS no intuito de promover a educação escolar como o fundamento de proporcionar qualidade de vida.

A **quarta seção** corresponde aos “Resultados da pesquisa: análise dos dados” que descreve e explica os resultados encontrados no decorrer da pesquisa. As análises apresentadas estão sendo construídas a partir das bases teóricas do conceito de movimento social e a concepção da educação escolar.

A **última seção** versa sobre os desdobramentos e a realidade atual da Escola Parque Amazônia e sua relação com o movimento social na comunidade da Terra Firme a partir de outras vozes de pessoas da própria comunidade.

Nas **considerações finais**, apresentamos a aprendizagem desta dinâmica investigativa, evidenciando as proporções da atuação do Movimento Social que mobilizaram ações do governo local na perspectiva da educação escolar na ocupação Parque Amazônia no bairro da Terra Firme em Belém do Pará. Partindo destes construtos iniciais, passaremos a partir de agora a tratar sobre a construção do processo metodológico da pesquisa.

2 METODOLOGIA

O percurso metodológico aponta minuciosamente a trajetória da pesquisa bibliográfica, explicita os autores da abordagem, método e análise do viés metodológico e o pensamento dos autores sobre estes aspectos.

Além de reunir informações indispensáveis para facilitar a estruturação da metodologia para o trabalho científico. O conteúdo é desenvolvido em etapas, procurando mostrar ao leitor uma sequência lógica de como produzimos este trabalho científico.

2.1 Trajetória de aproximação do objeto

Minha trajetória formativa possibilitou-me a aproximação com o objeto de pesquisa proposto, dando-se a partir dos diferentes espaços coletivos frequentados, como o Centro Comunitário Santa Rosa de Lima em Canudos desde a minha infância, pois minha avó paterna foi uma das fundadoras e incentivadoras para as gerações seguintes a engajarem-se em pastorais.

A minha genitora participou do 1º seminário de capacitação da comissão de fiscalização do projeto de saneamento integrado do Tucunduba em 2009 no município de Belém representando a participação popular e controle social do centro comunitário do bairro de canudos com certificação para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB). Sempre me estimulou a realizar atividades sociais e trabalhos voluntários na comunidade Santa Rosa de Lima.

Iniciei nesta comunidade com 12 anos de idade na equipe de canto da pastoral litúrgica, participei de teatro no grupo de jovens (ANEXO I), fui catequista de crianças e adolescentes, por último realizei o curso de líder comunitária capacitada para a pastoral da criança, no sentido de realizar orientações de saúde, nutrição, educação e cidadania desenvolvidas na comunidade com grávidas e crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade.

O centro comunitário tinha uma escola anexo em convênio com a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) de Belém contemplando a educação infantil e séries iniciais. O grupo presente no Centro Comunitário discutia e militava pelos direitos dos cidadãos, principalmente pelos segmentos populares (idosos, crianças e mulheres).

A liderança comunitária lutava por melhorias como a urbanização, campanhas de vacinação, ações sociais de cidadania, oficinas, atendimentos de saúde bucal entre outras

atividades destinadas a população da ocupação do bairro de Canudos na década de 1990 e hoje considerada pertencente ao bairro do Marco.

Ingressei na Universidade do Estado do Pará (UEPA) no curso de pedagogia no período de 2009 a 2013 em Belém e na Universidade Federal do Pará (UFPA) no curso de Letras Língua Portuguesa de 2014 a 2018 em Tomé-Açu no Pará. Estas experiências deram-me a oportunidade de vivenciar a realidade educacional em seu duplo contraste. Os problemas materializados nesses espaços acadêmicos como o quadro incompleto de professores, ausência de uma biblioteca de qualidade, e a estrutura do auditório abalada e outros espaços constituintes das Universidades, entre tantos outros, opõe-se as possibilidades de vivência coletiva e democrática, os quais são essenciais ao desenvolvimento educacional dos educandos.

Na graduação de pedagogia, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), pesquisei sobre educação ambiental e vulnerabilidade social na comunidade urbana periférica citada anteriormente, ao qual foi à possibilidade da devolutiva para a sociedade ao entorno da realidade vivenciada durante a minha infância e adolescência. O estudo de aperfeiçoamento profissional em andamento, é realizada também, em um local periférico urbano vulnerável em vários aspectos e próxima do lócus de pesquisa do TCC, um dos motivos de estreitamento com o objeto de estudo.

Em 2016 ingressei no serviço público municipal como professora no campo e nos centros dos municípios afastados de Belém do Pará, apresentam-me diversas peculiaridades, como o acesso, a segurança de direitos, a funcionalidade das leis etc. Observando que embora o campo da educação tenha seu próprio recurso para investimentos, os mesmos podem ser administrados de forma irregular, trazendo algumas insatisfações que propiciam as reivindicações pela garantia da qualidade na educação.

Atuando em turmas da educação infantil e do Ensino fundamental do 1º ao 9º ano, sempre procurei me envolver com a temática da cidadania, - o que é a escola e a função da escola em relação aos valores, em uma linguagem acessível tornando o aluno protagonista da escola e a noção dele enquanto pertencente a este lugar, nas aulas ministradas, pois o entendimento precisa ser construído com as crianças sobre a relevância dos espaços coletivos, formando-os como sujeitos com vontades, desejos e pertencentes a este lugar dinâmico.

No contexto da participação do SINTEPP, comecei a ingressar de forma mais atuante em organizações coletivas até em muitos momentos como representante deste espaço democrático que visa melhorar o ambiente de trabalho, proporcionar melhores condições aos trabalhadores do setor da educação, melhorias salariais, proporcionar a equidade entre os

trabalhadores no âmbito escolar e a organização das despesas financeiras para o campo da educação com a transparência nas regulares prestações de contas.

A força sindicalista, na qual tive a oportunidade de participar, a partir do ano de 2016 e permaneço até os dias atuais como filiada, tiveram momentos marcados por diversos contextos de mobilização coletiva dos estudantes. Integrei a liderança de organizações das manifestações sobre a defesa do piso salarial e outras temáticas, encontros no poder judiciário e participação em atos sobre inúmeras questões defendidas por esta representatividade no âmbito da educação.

Particpei em dezembro de 2016 da comissão para a elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do poder executivo dos servidores públicos efetivos e estáveis do município de Inhangapi no Pará. Em janeiro de 2019 fiquei na comissão para atuar frente ao poder público municipal para a chamada do concurso público de Tomé-Açu 001/2019, também estive em formações do SINTEPP Regional do Baixo Tocantins nos anos de 2018 e 2022, representando os municípios que exerço minha profissão de professora.

Figura 1 – Imagens de Participação no SINTEPP



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2022)

Minha aproximação com o objeto de estudo proposto deu-se mais efetivamente com meu ingresso no curso de mestrado, a partir das vivências no Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Desenvolvimento da Amazônia - GEPEDA/NEB/UFPA, sobre a coordenação do meu orientador, Professor Dr. José Bittencourt. As discussões realizadas nesse grupo propiciaram-me uma ampliação no meu modo de pensar a educação, destacando as mobilizações do movimento social pela educação escolar na ocupação Parque Amazônia. Por

isso, neste trabalho escolhemos abordar a importância dos Movimentos Sociais na construção de direitos não só a educação básica pública, mas principalmente ao bem-estar e a qualidade de vida das populações menos favorecidas socialmente, daí elegemos uma comunidade no Município de Belém, o qual será tratado na próxima subseção.

2.2 Caracterização do Município

O município de Belém está localizado no estado do Pará, na região norte, possui uma área territorial de 1.245.870,700km², densidade demográfica estimada de 0,746 hab./km², população considerada em 2021 de 1.506.420 pessoas e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) atinge o nível de 0,646, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

O IDH é medido de acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – PNUD a partir da composição de três indicadores, saúde, renda e educação, tendo seus registros variando entre zero e um, sendo um, a nota máxima. (PNUD – BRASIL, 2021).

O município de Belém apresenta uma rica região insular (ilhas), fica à beira da Baía do Guajará, com chuvas constantes, mesmo fora do inverno por estar à margem do Rio, uma bela exuberância devido a muitas árvores nas avenidas principais e ainda o encantamento dos lugares para apreciar a natureza como o Parque Estadual do Utinga, o Bosque Rodrigues Alves e o Museu Paraense Emilio Goeldi para a contemplação da natureza ao ar livre. Para acrescentar esta descrição, Almeida (2010, p. 2) descreve que “essa cidade nascida em meio à floresta, de rios singrados e igarapés aterrados, apresenta uma insólita relação entre o homem e o meio natural”. Belém tornou-se a “Cidade das Mangueiras”.

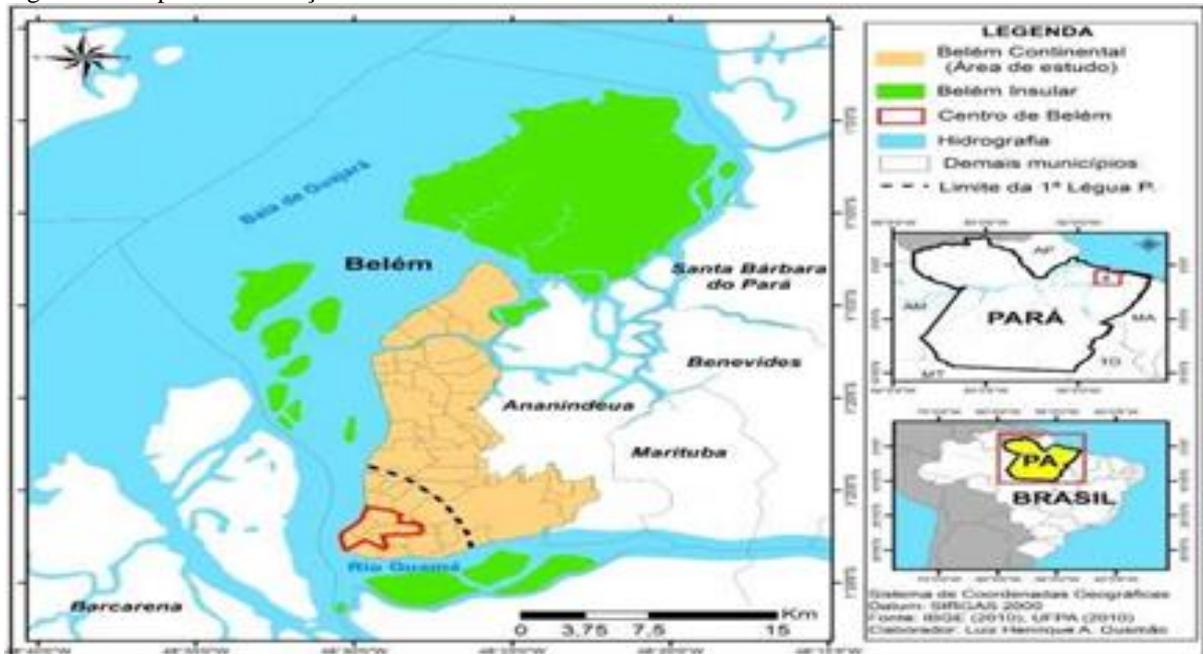
Belém foi concebida em 1616, devido o interesse dos portugueses em explorar os recursos naturais para comercializar com outros países, usando táticas de convencimento com os indígenas. Da apropriação territorial invasiva em todo território brasileiro, em específico o processo de formação da cidade, então surgiu, as primeiras avenidas, as quais fazem parte atualmente do bairro da cidade velha. Para sustentarmos sobre a constituição de Belém, os estudiosos, Júnior e Azevedo (2012 p. 151-152) retratam que:

O uso e a ocupação da cidade de Belém pelos portugueses no início do século XVII obedecem a esta lógica, pois o centro irradiador de sua expansão partiu do hoje conhecido Forte do Presépio localizado no Complexo Feliz Lusitânia, delineando as direções para onde a cidade distinguiria o lineamento de suas primeiras ruas.

O município de Belém tem as suas características peculiares da Amazônia, com a arborização em alguns trechos da cidade, devido ao processo de degradação da natureza que o homem faz no processo de desapropriar o que é natural do meio.

A população ribeirinha que tem o seu sustento da água e da floresta, a estreita relação dos seus munícipes com a água, olhos d'água existentes ainda dentro da cidade, mesmo com a grande agressão do meio ambiente. Segundo Almeida (2010, p. 4) ao tratar das características de Belém, “a Amazônia situa-se em todas suas extensões entremeadas por grandes rios, vazantes e adjacentes. [...], situa-se assim a cidade de Belém. Contudo, embora essa “cidade das mangueiras” não tenha se tornado Veneza, até hoje há uma intensa relação entre a população e as águas”.

Figura 2 – Mapa de localização de Belém



Fonte: Google, 2022.

De acordo com Dias *et al* (2016) o bairro da Terra Firme possui uma área de 443 hectares dos quais 371 constituem terras alagadas, por isso, a denominação de Terra Firme na verdade constitui, uma forma irônica de referência em relação aos terrenos dominantes na várzea. O bairro da Terra Firme é um dos que possuem a maior extensão territorial da cidade de Belém, com muitas ruas, passagens e vielas.

Pesquisando sobre o bairro e em busca de artigos e órgãos oficiais, encontramos alguns dados que podemos usar como argumentos para aumentar o nosso campo de informações sobre o lócus da nossa pesquisa. No trecho a seguir, a autora Quadros (2018, p. 21) nos fornece informações importantes em que “alguns sentidos e significados referentes ao bairro da Terra

Firme, o qual foi construído em meados de 1970, a partir da ocupação de pessoas que não tinham lugar para morar e ali se mantiveram por meio de lutas comunitárias”.

A população do bairro, de acordo com o último censo demográfico, possuía 61.439 habitantes (IBGE, 2012), caracterizando-se como um dos bairros mais populosos de Belém. O bairro que apresenta o lócus da pesquisa faz parte do Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA), sendo que o bairro apresenta o segundo maior índice populacional em relação aos demais bairros deste distrito constituinte da cidade de Belém.

A origem do bairro da Terra Firme ocorreu na década de 1940 quando uma população de baixa renda ocupou o lugar. Dias *et al* (2016) afirma que o nível econômico da sociedade residente no bairro da Terra Firme é baixo, a partir disso podemos inferir com isso que “os salários baixos são provenientes da construção civil, dos ofícios de manicure, doceira e “flanelinhas”, bem como de atividades autônomas, através de pequenos comércios e fabriquetas de fundo de quintal, pois, o número de habitantes na comunidade Parque Amazônia é mais de 6.000 habitantes”, segundo a Prefeitura Municipal de Belém, (1996, p. 130).

O crescimento populacional da cidade de Belém, principalmente após o período urbano/industrial e tecnológico, acarretou a formação de áreas periféricas de baixadas e palafitas nos centros urbanos devido ao condicionamento das pessoas ao mundo do trabalho com baixa remuneração, trabalho informal ou o desemprego. Segundo Antunes (2020) o que tradicionalmente só ocorre nas periferias e regiões, onde o contingente populacional pobre e negro é maior.

Para Dias *et al* (2016), iniciou-se um processo de ocupação de uma extensa área de terras na zona leste da cidade, onde as terras eram baixas e de características predominantemente alagadas, portanto não despertavam interesse do setor imobiliário para a construção de casas, apartamentos ou residenciais para a venda ou aluguel.

A comunidade Parque Amazônia no bairro da Terra Firme, hoje Montese, é uma ocupação na área da Universidade Federal do Pará, formada a partir de manifestações populares que não tinham recursos financeiros para comprar a sua moradia, nem pagar aluguel e imigravam de outros municípios em busca de emprego na cidade. Como é explicado sobre a formação da periferia na cidade por Antunes (2020), é a única forma de sobreviver, e o embrião de uma sociedade de novo tipo.

O município de Belém passou a ampliar oportunidades de trabalho com os grandes projetos desenvolvimentistas da Amazônia que em contrapartida exploravam as riquezas naturais, degradavam as florestas para as construções de rodovias, portos hidroviários para escoar a produção ramo da logística, a exploração dos minérios, geração de energia, a dicotomia

da infraestrutura versus indústria de capital intensivo faziam parte de um planejamento nacional de participação da região amazônica na composição do Produto Interno Bruto (PIB). Neste processo histórico podemos compreender melhor com Rodrigues *et al* (2016, p. 5):

A partir da década de 1960, com os grandes projetos econômicos executados pelo governo militar para a Amazônia e a construção de rodovias para ligar e integrar economicamente a região ao centro do país, a cidade de Belém tornou-se um centro de atração para um grande contingente populacional do interior do Pará e de outros Estados, produzindo um adensamento dos bairros mais centrais por meio da verticalização, e do adensamento nos bairros periféricos ao centro através da ocupação de forma precária e irregular das áreas ambientalmente mais frágeis próximas aos rios urbanos, alagadas ou sujeitas à alagamento.

A inexistência da urbanização, o desemprego, a ausência de políticas públicas, propiciaram algumas práticas de violência que com o passar do tempo foram se intensificando transformando-se em situações deploráveis. Entretanto, identifiquei na Terra Firme um bairro de cidadania ativa em que os moradores reivindicam seus direitos garantidos por meio de associações e do cooperativismo, é a “periferia dos direitos” (QUADROS, 2014). Esta visão aponta que resultou em má repercussão na mídia, conhecido como um dos bairros mais perigosos da cidade.

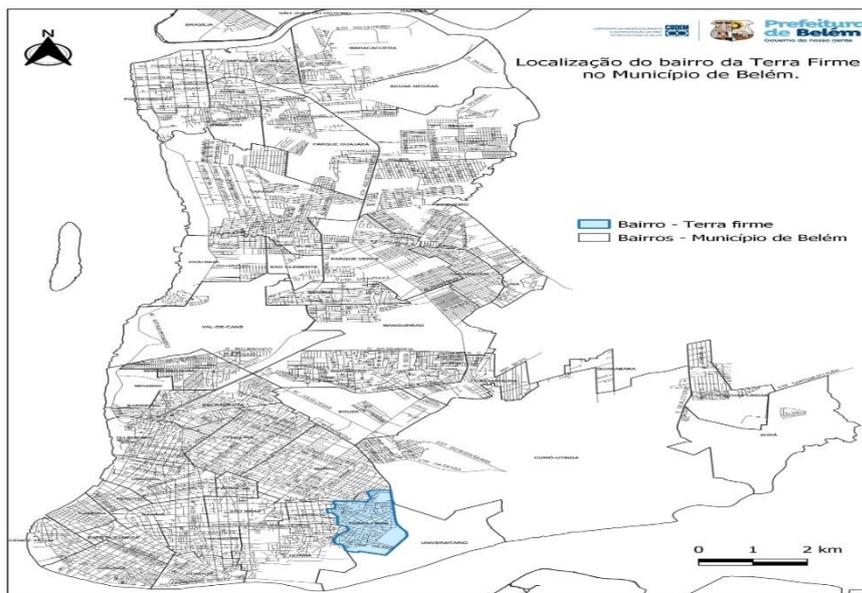
O bairro da Terra Firme foi formado, a partir do processo de várias ocupações as quais atraíram a classe trabalhadora para o local como forma de melhoria de vida. A população buscava trabalho e estudos no município de Belém, intensificando este processo migratório entre as regiões periféricas. Mitschein (1989, p. 62) nos contributos sobre as ocupações em baixadas diz que:

A estagnação ocorrida nas áreas citadas na década de 1980 intensificou a ocupação das baixadas (áreas de várzea) de Belém, assim como a periferização da sua região metropolitana, e tais circunstâncias favoreceram intenso movimento migratório justificado pela busca da população do interior por melhores condições de vida: tanto de trabalho, como de renda individual e condições de oferta de infraestrutura e serviços públicos.

A localização desta adjacência em evidência fica na zona leste da cidade, situada próxima ao rio Tucunduba, com várias comunidades que foram ganhando sua moradia através dos múltiplos processos de ocupação, tanto que ao entorno da Comunidade Parque Amazônia, houve outros processos de ocupação. Na compreensão sobre a definição deste bairro e a dimensão territorial, Ribeiro, Dias e Ferreira (2016, p. 7), afirmam que “o bairro possui uma área de 443 hectares dos quais 371 constituem terras alagadas, por isso a denominação de Terra Firme na verdade constitui, segundo declarações orais de moradores antigos, uma forma irônica de referência em relação aos terrenos varzeanos dominantes”.

O bairro da Terra Firme é constituinte da periferia, devido à ausência de políticas públicas que garantam os direitos de cidadania a sua população, preconizam sobre esta localização, Cardoso e Lima (2015, p. 26) apontam que “[...] uma destas localizações correspondia aos bairros da Terra Firme, Universitário, Curió-Utinga, Aurá e Águas Lindas, limites da periferia da 1ª Légua Patrimonial de Belém”, apresenta em suas anúncias uma extraordinária cultura, [...], profissionais com caráter e dignidade, além das pessoas terem espírito de solidariedade uns com os outros, todavia a periferia é vista somente como margem a sociedade letrada e de prestígio na cidade Belenense.

Figura 3- Localização do Bairro da Terra Firme no município de Belém



Fonte: CODEM (2023)

Os bairros como Reduto, Una e outros do processo de construção do município de Belém, despertaram interesses para as construções prediais, empresas, lojas, representações nacionais, órgãos e setores públicos nos entes municipais e estaduais porque eram aonde tinham vista atrativa para a especulação imobiliária, investimentos e boa localização devido à urbanização, já os bairros afastados dos centros, no caso as baixadas tornaram-se a única opção para a moradia das pessoas com baixo poder aquisitivo por possuir terrenos alagados que exigiam muito aterro, demandavam altos recursos, logística e uma perspectiva inferior aos bairros citados. Sobre isto Rodrigues *et al* (2016, p. 5) aponta que:

Enquanto as terras altas foram sendo comercializadas e ocupadas pela população de maior poder aquisitivo e por instituições públicas, os terrenos nas áreas de várzea constituíram-se opção de moradia acessível (informal) à população de baixa renda para construir suas moradias.

Os maiores centros de pesquisa, universidades públicas, órgãos do Estado ficam na sua circunvizinhança, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Parque Estadual do Utinga (PEUT), entre outros, contudo nunca houve políticas públicas estaduais, especulação imobiliária e nem investimento habitacional de responsabilidade de algum ente federativo para estas populações carentes. Para complementar esta discussão, Ribeiro, Dias, Ferreira (2016, p. 9) dizem que:

O bairro da Terra Firme possui limites com os bairros de Canudos, Universitário, Guamá, Marco e Curió Utinga, com exceção dos bairros do Marco e Universitário os outros bairros limítrofes têm índices de qualidade de vida baixos. No entanto ao longo da Avenida Perimetral que conecta à Terra Firme com os bairros do Marco, Universitário e Curió Utinga, é significativa a presença de um cinturão institucional representado pelos Campus da UFPA e UFRA, SERPRO, ELETRONORTE, MUSEU EMÍLIO GOELDI, ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA, SEMINÁRIO E PARQUE AMBIENTAL DO UTINGA.

As pessoas que construíram suas moradias nas baixadas arrodoadas de córregos, igapós, ausências de canais de macrodrenagem, rede de tratamento de esgoto, amortecimento dos escoamentos pluviais, tiveram grandes problemas com a urbanização e o saneamento básico como, a falta de asfalto, de iluminação pública. Somente algumas casas tinham eletricidade doméstica – aquelas que contratavam o serviço de instalação às Centrais Elétricas do Pará (CELPA – empresa de distribuição e geração de energia).

A rede de água encanada não tinha passado ainda na localidade. Quando a abertura foi iniciada, nem todos tinham condições financeiras para contratar este serviço da Companhia de Saneamento do Pará (COSAMPA – empresa de abastecimento de água e saneamento básico do Estado brasileiro do Pará com sede em Belém) devido ao seu alto custo para as famílias de baixa renda.

Conforme destaca Gohn (1994, p. 34):

Estes estudos revelaram a necessidade de uma mudança nas regras daquela lógica, dada a impossibilidade da população favelada arcar com o preço do consumo do bem na mesma proporção que um consumidor qualquer. Surgiu assim a tarifa social de água e luz.

As situações eram sub-humanas sem acesso ao consumo de água encanada, luz dentro das casas, então eram usadas lamparinas, candeeiro, a população carregava água de algumas torneiras baixas localizadas na periferia para o consumo.

Na época dos anos 1990 não tinha meio-fio nas ruas, existiam muitas pontes estreitas de madeira, para ter acesso as suas moradias, muitas casas eram de barro e madeira. Existiam

vários fatores decorrentes da ausência do estado, como a falta da coleta seletiva de lixo, assim havia a propagação de muitos roedores e insetos a céu aberto nestas localidades fomentando as doenças de verminoses, infectocontagiosas e bactérias. Nesta linha de raciocínio de Cardoso e Lima (2015, p. 26), os escritos afirmam que:

A ocupação da várzea, ou da baixada foi incremental, improvisada, não regulada, mas extremamente bem-sucedida da criação de solo e mais que isso de localizações urbanas. Em que pesem o sacrifício ambiental e os riscos à saúde pública decorrentes da carência de saneamento e da elevada densidade, migrantes pobres encontraram na várzea dos anos 1980 e 1990, território familiar, que gerou conexões entre a ocupação e o modo de vida típico da região na metrópole.

No final da década de 1990 houve um processo fervoroso de frentes de expansão, ascensão de maneira discreta do comércio e serviços nos territórios afastados da região do centro, em função da urbanização, empréstimos nos bancos para microempreendedores e possibilidade de geração de renda dos moradores trabalhando por conta própria.

Na relação com o capital, é dada uma entrada, para abrir um negócio como uma padaria, um estabelecimento de venda de açaí, mercadinhos, antes caracterizado como taberna, o qual vendia alimentos de forma fracionada, como $\frac{1}{4}$ de óleo, em razão das condições das classes populares para comprar uma lata inteira de óleo. O bar passou a fazer parte deste cenário com o nome expresso na época como boteco, então à dinâmica nestes bairros iniciou com várias frentes de expansão.

A comunidade Parque Amazônia representada pelo MS, começa a exigir os direitos de cidadania, como asfalto, canais de macrodrenagem urbana que deviam ser construídos a céu aberto ao entorno do córrego, contudo eram ausentes e assim aconteciam os alagamentos e marés altas que incidiam devido não terem comportas e refluxo de água através da macrodrenagem dos canais pluviométricos.

As dificuldades para diagnosticar os problemas tinham inúmeros motivos, dentre eles, o difícil acesso a estes bairros devido à falta de infraestrutura, enquanto isso segundo Gohn (1994, p. 34), paralelamente, à organização dos favelados, o Estado passou a atuar, através de vários de seus órgãos operacionais, em políticas destinadas a reurbanizar as favelas”. Assim aos poucos começaram as obras de saneamento básico, então os carros coletores de resíduos sólidos começaram a passar três vezes por semana, as rondas ostensivas feitas pelos carros da polícia para garantir a segurança nesta região também começaram a serem realizadas impulsionadas também pela geração de renda em razão dos trabalhadores do comércio.

Os caminhões para entregar mercadorias nos mercadinhos como, por exemplo, o da Coca-Cola transportavam por meio de estradas de terra e posteriormente com a chegada do

asfalto, da iluminação pública, melhorou o traslado para o abastecimento de objetos nestes locais e de carros que a população precisa como bombeiros e ambulâncias.

Dispor de resíduos sólidos nas ruas e a margem do curso de água pela falta dos coletores e políticas públicas de saneamento básico nas áreas de ocupações que possuíam inundações perdurou por muito tempo. E recentemente no ano de 2022 foi concluída a 3ª etapa da macrodrenagem do projeto do rio Tucunduba, terminando este problema de enchentes nas residências, após muitas lutas coletivas dos bairros periféricos, inclusive da Terra Firme, que abrange a 2ª etapa deste planejamento da bacia hidrográfica. Conhecendo as características do município de Belém, vamos abordar a partir de agora sobre o lócus da nossa pesquisa.

2.3 Caracterização do lócus de pesquisa

A pesquisa tem como *lócus* o Complexo Educacional Parque Amazônia da Terra Firme, “escola de grande porte, pertencente à prefeitura municipal de Belém, situa-se na Avenida Perimetral, Rua 27 de Setembro nº 196, Montese CEP: 66079-000 – Belém/PA.” Como está constituído em seu Projeto Político Pedagógico - PPP (BELÉM, 2016, p. 6).

A infraestrutura do Complexo Parque Amazônia é comum ao padrão das UEDS e elas foram pensadas em termos de localização, de forma a contemplar o maior número de alunos da população belenense. No 1º artigo do Decreto nº 29.205/96 afirma que “o sistema municipal de educação será operacionalizado pela Rede de Unidades de Educação dispostas estrategicamente para o fácil acesso das comunidades usuárias”, as quais não precisariam deslocar-se para outros bairros para poder estudarem.

O Complexo Educacional Parque Amazônia em sua ambientação tem um total de doze salas de aula, seis no térreo e as outras no primeiro andar, um laboratório de informática, uma biblioteca, uma sala de recursos para atendimento educacional especializado, uma sala para coordenação/direção, uma quadra de esportes, quatro banheiros de alunos, uma sala dos professores com banheiro, um refeitório, uma copa e um banheiro de funcionários. Sua estrutura física está organizada em blocos (administrativo, salas de aula, núcleo de artes e quadra) que estão reunidos em torno de uma área de convivência logo na entrada, comum da ambientação das UEDS.

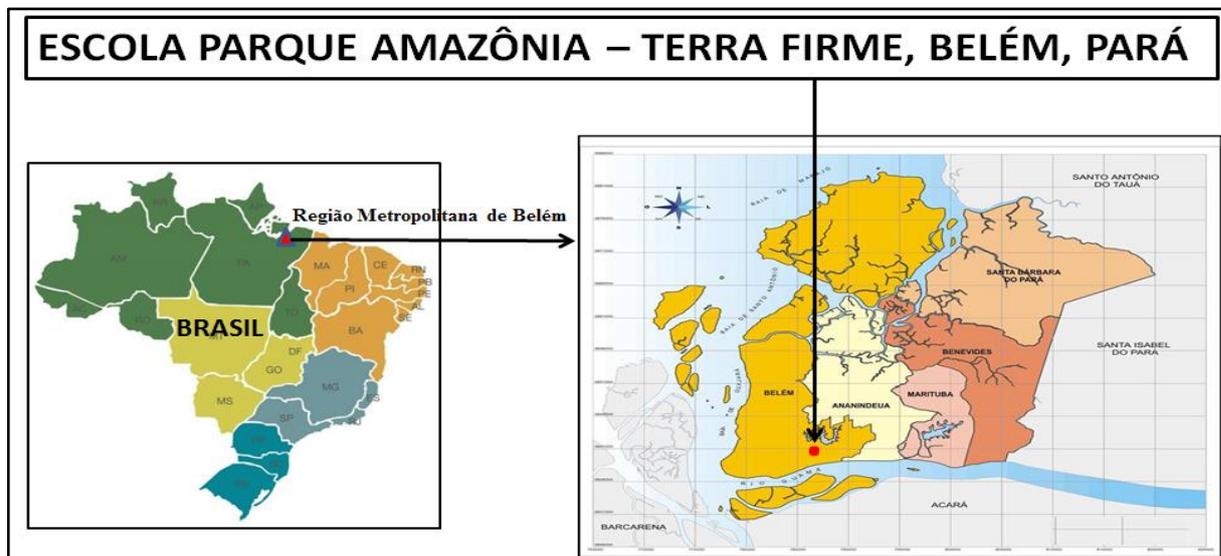
O Complexo Educacional Parque Amazônia por ter suas características como UEDS, representa um modelo diferenciado em sua arquitetura e desperta interesse por ter um espaço de convivência bem amplo. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (1996, p.32), “A área do Complexo é formada por quatro ruas, uma alameda e quatro travessas, perfazendo uma extensão de aproximadamente 135.200 m², sendo localizada no bairro que outrora foi chamado

de Terra Firme, hoje Montese, em Belém”. A área extensiva da ocupação Parque Amazônia é expressiva (populacional) e dinâmica (no seu dia a dia).

A composição deste bairro formou-se a partir de outras ocupações como a do Bom Jesus, Nova Liberdade, entre outras, oriundas de outros bairros do município de Belém sem condições para a garantia de habitação própria. O Bairro da Terra Firme, tem em sua história a ligação com filhos de trabalhadores e trabalhadoras do município de Belém que atuam no mercado de trabalho informal provenientes de baixa renda.

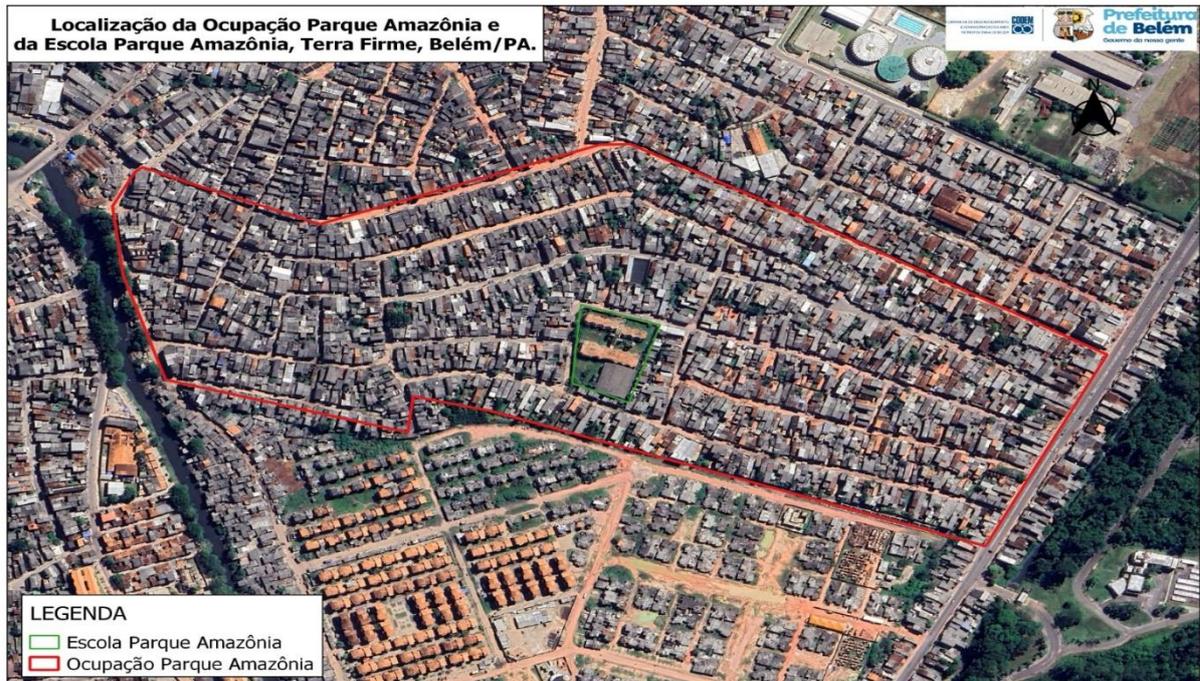
A localização geográfica do País, Estado e Município que a escola está situada (figura 3) pode ser visualizada a seguir, também o mapa (figura 4) com vista panorâmica da escola no bairro da Terra Firme, onde está estabelecido o lócus desta pesquisa, conforme é demonstrado abaixo:

Figura 4 – Mapa de localização geográfica da escola Parque Amazônia.



Fonte: Construído pelos autores com base nas informações contidas em documentos publicizados pelo governo municipal de Belém (BELÉM, 1996; PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996).

Figura 5 – Vista Panorâmica da ocupação Parque Amazônia e da localização da escola Parque Amazônia.



Fonte: CODEM (2023).

Além das imagens dos mapas, nos atentamos em mostrar também as fachadas do Complexo Educacional Parque Amazônia na atualidade e o prédio que foi alugado pela prefeitura para funcionar o atendimento escolar, enquanto o prédio antigo passará por uma reforma geral, ambas estão a seguir.

Figura 6 – Imagem da fachada da escola do seu prédio original.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

No ano de 2022 a SEMEC alugou um prédio para o funcionamento da educação escolar devido a estrutura arquitetônica do prédio antigo está bastante comprometida. O prédio alugado

(figuras 7 e 8), localiza-se também no bairro da Terra Firme, próximo ao mercado municipal, mas relativamente distante da comunidade Parque Amazônia.

Figura 7 e 8 – Imagens da fachada do prédio alugado pela SEMEC para funcionamento da escola.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Diante das leituras do Projeto Político Pedagógico de 1999 e 2016, do quarto caderno da coleção caminhos da educação na seção sobre o Complexo Educacional Parque Amazônia elaborado pela SEMEC durante a gestão do prefeito Hélio Gueiros, dos registros fotográficos no arquivo da escola e das narrativas de algumas entrevistas, abstraímos elementos apresentados à proposta do ideário do desenvolvimento sustentável que nos possibilitam dizer que o currículo era voltado a profissionalização. Sobre o projeto de educação do Complexo Educacional Parque Amazônia, a Prefeitura Municipal de Belém (1996, p. 130) pontua:

O projeto de educação busca inserir a comunidade do Parque Amazônia em um programa moderno de desenvolvimento sustentável, noção esta que inclui pelo menos três componentes – econômico, social e ambiental – levando em considerações os recursos institucionais e culturais.

O espaço da unidade apresenta estrutura física imponente, contrastando com o seu entorno, marcado historicamente por falta de urbanização, contando com espaços físicos que não são comuns em relação a maioria das unidades educacionais da rede municipal de ensino, como sala de artes e atividades relacionadas a atividade de costura (figura 9), produção de artesanato (figura 10) e ação de turismo ecológico (figura 11), as quais serão mostradas mais a seguir. Como bem diz Guedes (2007, p. 100): “o Complexo Educacional Parque Amazônia, no bairro da Terra Firme, onde se pretendeu implantar um currículo voltado para as vocações

comunitárias da população: culinária, serviços domésticos, e artesanais [...] e ensino fundamental”, ou seja, um ensino voltado as questões teóricas e práticas.

Sua proposta pedagógica foi alicerçada para o desenvolvimento de capacidades no educando, de promover meios para a sua própria geração de renda junto com o estudo da educação formal básica, e “com a dinâmica do saber fazer, conhecer e aprender” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996, p. 140). O Complexo Educacional Parque Amazônia tem em sua proposta curricular inicial ofertas de oficinas de alimentação, de materiais didáticos, da terra, autoexpressão e produção cultural. Como parte do currículo diversificado e ofertadas aos alunos de acordo com o nível e faixa etária.

De acordo com o caderno 4 da coleção caminhos da educação (1996), a oficina de alimentação compõe a produção de alimentos e incentiva a pesquisa de substâncias nutritivas. Sobre os materiais didáticos, propõe o uso de equipamentos como o mimeógrafo, fotocópia e outros para a produção de registros, divulgação e atividades desenvolvidas. A oficina da terra ensina o manejo com jardinagem, cultivo de plantas medicinais, hortas caseiras e comunitárias. Por último, a autoexpressão e produção cultural, apoia a descoberta das competências individuais e o teatro, também ofertam oficinas de costura, tecelagem com fios e retalhos, pinturas em tecidos e outros suportes.

Figuras 9, 10 e 11: A aluna costurando, artesanato produzido pelos alunos e alunos visitando o forte do castelo.



Fonte: arquivo da escola, 2021

De acordo com informações dos dados Estatísticos da Rede Municipal da Educação de Belém, o quantitativo de números de matrículas no ano de 1997 na educação infantil era de 168 alunos, 427 alunos da 1ª a 4ª etapa e 1.099 nas turmas do ensino fundamental com oito séries, totalizando 1.694 alunos (PREFEITURA MUNICIPAL de BELÉM, 1997).

Houve um intervalo de aproximadamente 24 anos que não dispusemos as informações porque escolhemos estudar o período em que o Complexo Educacional Parque Amazônia teve início em suas atividades escolares e como está recentemente, no que diz respeito as matrículas dos alunos. Assim, busco enfatizar um comparativo entre os dados do ano do período de

inauguração do Complexo e os últimos dados.

Já no ano de 2021 durante a pesquisa de campo, em diálogo com o secretário escolar desde 1996 atuando no Complexo Parque Amazônia, obtivemos dados recentes das matrículas e sobre o funcionamento do Complexo educativo, que por causa da pandemia estava com aulas remotas nos turnos da manhã, tarde e noite com o número total de matrículas de 867 alunos, distribuídos no horário da manhã 311, à tarde 455 e a noite 101.

A creche Betinho fundada pela Associação Projeto Reviver de educação infantil passou a fazer parte como anexo do Complexo Educacional Parque Amazônia no ano de 2021. Neste Complexo então há o ensino fundamental do 1º ao 9º ano, divididas em três modalidades, especial, regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a creche Betinho, anexo de educação infantil, ratificando a grande importância destes espaços para a população do bairro da Terra Firme no município de Belém. E após as discussões sobre o lócus da pesquisa vamos nos ater a seguir aos sujeitos que nos ajudaram na existência deste trabalho.

2.4 Caracterização dos sujeitos fornecedora do corpus empírico

Esta subseção descreve as características dos sujeitos participantes desta pesquisa baseada em elementos quantitativos e a escolha do tipo de amostra. Dessa forma, apresentei-me aos informantes, expliquei-lhes o objeto desta pesquisa e a importância que ela tem na visão acadêmica e social. Esta subseção baseia-se em trazer as características dos fornecedores do corpus empírico.

O tipo de entrevista que utilizamos foi a semiestruturada, com o roteiro apresentando cinco perguntas iniciais que durante o diálogo, a partir das respostas dadas pelos sujeitos ficaram em aberto a necessidade de fazermos outros questionamentos aos entrevistados.

Os subsídios para a escolha do tipo de amostra, ocorreram primeiramente pelo que selecionamos como principal fator: o histórico, devido ao Complexo Educacional Parque Amazônia ter sido fundado em 1996, há 27 anos. Os trabalhadores da educação que presenciaram este período de inauguração da escola, estiveram durante a gestão local desta época, compreendendo a dinâmica e trazendo as suas visões das diferentes transições de gestões municipais para este espaço educativo antigamente e na atualidade.

Outro critério utilizado foi trazer diferentes sujeitos educacionais, pois cada um tem o seu ponto de vista, que ressalta especificidades sobre o objeto de estudo. Um importante atributo é quem vivenciou mais tempo no Complexo Educacional Parque Amazônia porque traz uma aproximação com o lócus desta pesquisa.

Dez pessoas são o quantitativo de sujeitos entrevistados, dentre estas temos três pessoas, as quais são pertencentes do movimento social, cinco são funcionárias da própria escola e duas são egressos do Complexo Educacional Parque Amazônia. Importante ressaltar que algumas pessoas entrevistadas participam em duas funções diferentes.

Dois coordenadores pedagógicos entrevistados, não estão desde o ano de 1996, contudo sabem de muitas informações pertinentes para esta pesquisa, um deles é a filha de uma membra desde a constituição do MS pela ocupação Parque Amazônia e egressa da escola Parque Amazônia. Os dois egressos da escola Parque Amazônia, são atualmente funcionários, um deles foi funcionário na escola até 2022 e pediu transferência para outra escola e a outra trabalha na Creche Betinho, anexa à escola Parque Amazônia.

Existem quatro sujeitos do sexo feminino e seis do sexo masculino. Duas mulheres representam o movimento social, uma compõe a equipe da coordenação pedagógica da escola em questão e a outra é egressa deste espaço educativo em debate. A idade varia, o mais jovem

tem 30 anos, o qual é estudante de psicologia, funcionário e está marcado como egresso nas entrevistas e a membra do MS é a entrevistada com maior idade, 63 anos.

Os sujeitos do sexo masculino, são formados por: o líder do MS, o professor de matemática desde 1996 da escola desta pesquisa, o professor de história presente mesmo antes da inauguração da escola, o secretário escolar desde o período de implementação, o coordenador pedagógico que está há 11 anos no espaço educativo em questão e o egresso da escola Parque Amazônia.

Um dos membros do MS é uma grande representação para todo o bairro da Terra Firme, iniciou o curso de licenciatura de pedagogia, ficou um período trancado e retomou os estudos no ano de 2021. Ele tem 57 anos de idade, atua em outros movimentos como “os defensores do rio limpo de Belém” e o “Ponto de Memória” em defesa do bairro da Terra Firme quanto as questões locais de saneamento básico e meio ambiente.

Este participante do MS, é um líder de um grupo teatral voltado para o viés da cultura, denominado Grupo de Apoio e Juventude (GAJU) na vertente da educação ambiental, do teatro de bonecos e na valorização cultural como forma de ocupar o tempo de ociosidade das crianças e adolescentes em perspectiva da educação e combater a criminalidade devido a ocupação desta atividade para eles, também é integrante do MS “Tucunduba, Pro Largo Verde” em prol do Ordenamento territorial do bairro da Terra Firme, melhorias para toda a comunidade deste bairro e em defesa do igarapé da Orla do Tucunduba.

Além disso, em outro momento, ele também já foi entrevistado para a coleta de informações para uma dissertação de mestrado da UFPA sobre o ponto de memória da Terra Firme, com narrativas sobre este bairro, também estava presente durante a declaração oral do professor de história que pertence ao quadro de funcionários e mais ainda estava presente na escola mesmo antes da sua inauguração, afirma que não existe ninguém que saiba mais sobre o Complexo Educacional Parque Amazônia do que ele mesmo.

A segunda integrante do grupo de entrevistados é uma das lideranças mais antigas, foi funcionária contratada como merendeira deste Complexo Educativo e lutou incansavelmente pela educação escolar, mas também pela implementação do programa Família Saudável do governo federal para a Comunidade Parque Amazônia. Esta integrante devido a uma comorbidade foi acometida por um infarto e faleceu em 2022, após a realização parcial do roteiro da entrevista semiestruturada.

Ela colaborou com os dados desta pesquisa e teve um grande envolvimento com a consolidação e ocupação da Comunidade Parque Amazônia. Ela tinha 51 anos quando foi

entrevistada em 2021, possuía a escolaridade do ensino fundamental incompleto, a antiga 4ª série e sua ocupação era doméstica do lar.

Esta membra do MS fez parte do conselho escolar da escola Parque Amazônia e esteve como vice do presidente do centro comunitário Parque Amazônia, mas posteriormente a comunidade destituiu o presidente e ela assumiu ao cargo, através de uma assembleia geral em 2016.

A terceira entrevistada ouvida em 2022 está com 64 anos de idade, reside na Comunidade Parque Amazônia, possui a escolaridade do ensino fundamental completo (antiga 8ª série), encontra-se aposentada pela ocupação do cargo de merendeira do Estado do Pará. Ela tem um engajamento muito forte até os dias atuais e se entrelaça também com outras atribuições, como benefícios que têm a proposição nas melhorias das condições de vida. Busca sempre estar nas reuniões com o governo ou representatividades locais em busca de melhorias para a Comunidade Parque Amazônia em conjunto com o membro José Maria.

Ela elabora estratégias de envolvimento dentro da comunidade, como as festas juninas, bingos e outras atividades. Esta membra do MS, faz reuniões, apoia candidatos em campanhas políticas, e também está na coordenação do espaço registrado pelo Google Maps, como a praça da Comunidade Parque Amazônia, a qual funciona para debates e eventos.

Em referência sobre esta terceira integrante, é representante nesta comunidade pela Nação Jovem, nome da instituição representada pelo Comitê Cidadania, que contempla alguns benefícios do governo federal, vale ressaltar que não é programa do governo Bolsonaro. Eles fazem doações de cestas básicas e vale gás para todas as pessoas contempladas na ação cidadania e tem o apoio financeiro da empresa Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS).

O comitê da ação cidadania é contra a fome, miséria e pela vida, e tem representantes no município de Belém, visa a atender também as mães solteiras e famílias numerosas de baixa renda, quando é feito o levantamento para o cadastro na intenção de combater a miséria.

O primeiro funcionário fornecedor do corpus empírico da pesquisa atua na secretaria da escola com o cargo de secretário escolar, possui a escolaridade de licenciatura em matemática e tem 50 anos de idade. Este servidor público é do quadro de efetivos, está desde o período de implementação da escola, sendo um dos funcionários mais antigos, porém algumas informações e detalhes já não recorda mais, justificada por ele devido o tempo, vale salientar que ele pediu para ver a placa de inauguração da escola quando perguntei qual o dia de inauguração dela.

A segunda entrevistada do grupo de funcionários, ocupa o cargo de coordenadora pedagógica, é do cargo de assessora da direção do quadro de comissionados, possui a escolaridade em licenciatura de pedagogia e tem 36 anos de idade. Ressaltamos que estudou no

Complexo Educacional Parque Amazônia e é filha de uma atuante (in memoriam) do movimento social que lutou pela origem do complexo.

O terceiro entrevistado está desde o período de fundação, é funcionário da escola, possui a formação acadêmica em licenciatura em matemática e bacharelado em engenharia civil e tem 59 anos de idade. Ele trabalha como professor de matemática na escola, desde a fundação e pertence ao quadro de efetivos, também trabalha como efetivo no banco ligado à sua outra formação de nível superior.

Ressalto que este entrevistado também disse que algumas perguntas ficam impossibilitadas de serem respondidas, devido à falta de registros que ele não tem mais, o tempo decorrido, pois já se passaram 27 anos, e muitas informações já se apagaram em sua memória.

O quarto entrevistado pertence também ao quadro de efetivos, atua como coordenador pedagógico no Complexo Educacional Parque Amazônia há mais de 11 anos, a maioria deste tempo no período noturno e recentemente no turno da tarde. Ele possui a escolaridade de nível superior em pedagogia e também trabalha pelo Estado como professor em uma turma do 4º ano do ensino fundamental menor.

O quinto e último entrevistado faz parte do corpo docente do grupo de funcionários efetivos, está até mesmo antes de a escola ser inaugurada, leciona a disciplina de história e esteve presente na inauguração do Complexo Educacional Parque Amazônia. Este fornecedor de dados para a pesquisa tem 54 anos de idade e possui a escolaridade de especialista e licenciatura em história. É importante pontuar que no período remoto não quis contribuir como entrevistado, mas no presencial, tive a oportunidade de solicitar a ele novamente a sua entrevista e aceitou concedê-la de forma presencial.

A primeira entrevistada egressa mora até hoje no entorno da comunidade, estudou da 5ª a 8ª série do ensino fundamental maior no Complexo Educacional Parque Amazônia. Ela possui a escolaridade de especialista com licenciatura em pedagogia, tem 41 anos de idade e hodiernamente trabalha no anexo de educação infantil (Creche Betinho) do complexo em questão.

O segundo egresso colaborador da pesquisa estudou também da 5ª a 8ª série do ensino fundamental maior no Complexo Educacional Parque Amazônia, ele reside até hoje em seu entorno e na atualidade é acadêmico do curso de Bacharelado em Psicologia, vale salientar que este sujeito retornou para o complexo em 2022 para trabalhar no cargo de Agente de Serviços Gerais (ASG) como contratado via processo seletivo da SEMEC, entretanto pediu a sua transferência para outra escola e tem 31 anos de idade.

Na observação In Loco tivemos relatos importantes para o caderno de bordo feito pela coordenadora pedagógica do turno da noite, que atua há muitos anos no complexo e em 2022, houve a sua mudança de turno da noite para manhã, devido à necessidade de assumir a sua vaga no concurso de professora do ensino fundamental menor pela SEMEC sendo lotada no complexo mesmo. Atualmente ela trabalha como coordenadora pedagógica pela manhã e docente do fundamental menor pela tarde.

Também houve a colaboração do funcionário da Unidade Movimento Sustentável (UMS) contratado pela Prefeitura Municipal de Belém a atuar no Complexo Parque Amazônia para fazer uma mediação da comunidade com a escola e investigar o motivo da evasão escolar devido ao conjunto de fatores, entre eles o histórico familiar deste aluno e a sua realidade socioeconômica.

Desse modo, a contribuição desses sujeitos foi valiosíssima para o desenvolvimento das questões norteadoras do nosso texto, as experiências relatadas demonstram o quanto o Complexo Educacional Parque Amazônia é importante para o desenvolvimento sócio, econômico e cultural da população do bairro da Terra Firme. Mediante o exposto, passaremos a tratar na próxima seção sobre o método empregado na nossa pesquisa.

2.5 Abordagem metodológica e método adotado na pesquisa

Uma pesquisa de abordagem qualitativa, de acordo com Minayo (2009, p. 22), “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. A escolha desta abordagem foi motivada pelo que permite a compreensão da participação do movimento social para a educação escolar neste espaço de ocupação em sua criação em 1996 e como está expressa atualmente.

A análise que está sendo desenvolvida nesta pesquisa qualitativa apresenta um conteúdo bastante significativo pelo seu caráter interpretativo e por lidar com a relação sujeito-objeto de forma dinâmica e não como meros sujeitos e objetos de análise. Pois de acordo com Demo (2001, p. 59):

O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala. Pois a comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso é impossível reduzir o entrevistado a objeto.

Neste sentido realizamos uma pesquisa de campo, visto que ir para uma escola, nos consente ampliar nossas perspectivas, pois um dado não é algo acabado, pronto e afirmativo.

Por isso, para dar fundamento ao nosso estudo, trataremos sobre este tipo de pesquisa também aqui, pois, a fonte é a possibilidade de o pesquisador levantar dados para a sua análise, interpretá-la de uma maneira minuciosa, relacionar com o resultado dos outros instrumentos de pesquisa, podendo comparar ou ser fundamentada com as leituras bibliográficas e os documentos analisados, conforme nos dizem Cardoso e Penin (2009, p. 118) “o que a pesquisa de campo apresenta são dados construídos pelo pesquisador”.

O primeiro contato com a escola é um momento de treinamento dos sentidos para o melhor aprofundamento das habilidades de olhar, ouvir e escrever, como orienta Oliveira (2000). A aproximação em campo é fundamental para conhecer inicialmente a realidade educacional com a instituição, a qual empregamos a partir de agosto de 2021, quando iniciamos o processo investigativo.

A pesquisa de campo faz-se necessária também para confirmar as informações e os elementos encontrados no levantamento bibliográfico e documental durante a produção dos dados. Ela também permite uma aproximação com o objeto em investigação, no exercício de um olhar detalhado e em um ouvir mais apurado para que possamos evidenciar o maior número possível de nuances perceptíveis e ocultas no lócus de pesquisa.

A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa, da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2009). O método que vai nortear a interpretação desta pesquisa é alicerçado no fundamento epistemológico do materialismo histórico e dialético.

Este método é materialista porque baseia-se no entendimento real e não o ideal, histórico devido ao fato de caracterizar o período que ocorreu os fatos na sociedade e a dialética é a dinâmica, a materialidade contínua entre o homem e sociedade. Segundo Reis (2020, p. 73) o pressuposto da dialética “[...] e que está aqui apresentada como possibilidade teórica (instrumento lógico) de interpretação e da realidade educacional”, que como pesquisadores em educação queremos compreender o fenômeno da forma mais completa possível.

O Materialismo Histórico e Dialético nos instiga a problematizar para melhor delinear esse movimento da investigação. Entender o fenômeno aparente e a essência do real, cuja investigação está procurando analisar, compreender a natureza do objeto em sua totalidade a partir dos aspectos políticos, culturais, sociais e educacionais, que não seja fragmentada e entendida pelas partes que formam esta realidade.

O materialismo histórico-dialético é um método adotado na pesquisa, neste caso, a realidade da educação escolar vivenciada pela militância do movimento social Parque Amazônia na Terra firme em Belém do Pará. Este método permite-nos analisar toda a

conjuntura para compreendermos o fenômeno e a sua complexidade, a qual está oculta por trás dos discursos, das mobilizações e dos interesses das partes em terem a educação escolar presente neste espaço de ausência de políticas públicas eficazes e em funcionamento para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

Para Reis (2020, p. 71), “[...], como princípio do método, a lógica formal, não consegue explicar as contradições e nos prende ao pensamento impedindo o movimento necessário para a compreensão mais complexa das coisas”. Existe a materialidade da escola em um processo histórico de 26 anos com diferentes gestões escolares como cargo de confiança, mudadas principalmente nos cenários de eleições municipais que são aliançadas com o governo local e não trazem um caráter expressivo de liderança popular, gestão democrática e não proporciona visibilidade ao MS.

Em alguns momentos o cenário do movimento social pela educação escolar é de enfrentamento, tensão e conflito com o governo municipal para a garantia do direito à educação escolar de qualidade para a população menos favorecida, à qual é expressiva nesta localidade, principalmente quando a gestão municipal é direcionada a elite, então a classe trabalhadora é dominada pelo sistema educacional.

Este método permite compreendermos de forma crítica as relações sociais sob o modo de produção capitalista, o qual através dele possa transformar o eu, o outro e a sociedade. Dessa forma, há infelizmente uma luta dentro do Complexo Educacional Parque Amazônia em face ao desmonte da educação pública de qualidade, com atores lutando por espaços de poder, entre eles estão a secretaria municipal de educação e a gestão escolar, domínios estes que deveriam juntar-se para oferecer uma educação de qualidade em prol das populações que dependem deste espaço educativo para o seu desenvolvimento socioeducacional e financeiro. Assim após essa abordagem crítica passamos então ao debate sobre os instrumentos de investigação e aos procedimentos propostos no nosso trabalho.

2.6 Instrumentos de investigação e procedimentos para a produção dos dados

A aproximação com o *locus* empírico da pesquisa, ocorreu a partir da realização de visitas com a intenção de coletar documentos, ver a dinâmica da organização escolar sem a proposta pedagógica instaurada em sua criação, também fazermos os registros fotográficos, e realizarmos as entrevistas. Para isso, é imprescindível o contato com os sujeitos que integram esse espaço formativo a partir de diálogos que propiciem a aproximação e a produção de dados.

No percurso metodológico desta pesquisa está sendo utilizado como instrumentos de investigação o celular para registros fotográficos e para uso do gravador de voz durante a realização das entrevistas, também o caderno de campo para anotações fundamentais recolhidas nas visitas e observações *in loco*.

No procedimento da produção dos dados utilizamos a pesquisa documental, a qual objetivou recolher dados sobre o momento político local de 1996. Neste contexto, foi colhido o Decreto de formação das Unidades Educacionais para o Desenvolvimento Sustentável-UEDS, o projeto político pedagógico do período do nascedouro da escola (1999) e o mais recente (2016-2020), registros do prefeito da época das inaugurações de algumas escolas encontradas na Biblioteca Arthur Viana e no setor dos Jornais do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR). Sobre a pesquisa documental Corsetti (2006, p. 36) nos diz que:

O cruzamento e confronto das fontes é uma operação indispensável, para o que a leitura hermenêutica da documentação se constitui em operação importante do processo de investigação, já que nos possibilita uma leitura não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas uma compreensão real, contextualizada pelo cruzamento entre fontes que se complementam, em termos explicativos.

O material publicado pela prefeitura municipal de Belém, intitulado coleção “Cadernos Caminho da Educação” em 1996, que são sete livros com o intuito de publicizar as principais ideias do grupo no poder municipal da época. Os acessos aos cadernos foram na biblioteca municipal da SEMEC e de forma digitalizado no arquivo recolhido pelo Projeto de Pesquisa intitulado “O Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável Instituído em 1996: processo histórico, mediação e realidade atual”, de responsabilidade do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB/UFPA), coordenado pelo professor Dr. José Bittencourt da Silva.

O diário oficial contendo o Decreto Nº. 29.205/96 de inauguração do Complexo Educacional Parque Amazônia e o relatório de atividades da gestão local intitulado mensagem à câmara municipal (Belém/1995) foram encontrados no Arquivo da Câmara Municipal de

Belém, documentos estes, os quais estão passando por um tratamento analítico. Para Severino (2013, p. 106-107) a pesquisa documental é explicada da seguinte forma:

[...] tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Na finalidade de debater a participação do movimento social no processo pedagógico, formativo da Escola Parque Amazônia em seu devir histórico, e o entendimento para a implantação nesta instituição educativa como uma das cinco UEDS realizou-se na primeira etapa metodológica um roteiro de análise documental e de fontes que possam contribuir para a apreensão desse fenômeno. Assim, selecionamos os seguintes documentos:

Quadro 1 – Documentos selecionados a priori para o *corpus* empírico de análise documental.

DOCUMENTOS
Decreto Municipal Nº. 29.205, 13 de setembro de 1996, que institui o Subsistema Educacional de Unidades para o Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
Diário oficial do município de Belém. (19 de setembro de 1996)
Mensagem à câmara municipal de Belém. (1995)
Coleção Cadernos Caminho da Educação. (Séries nº 2 e nº 4)
Projeto Político Pedagógico do Complexo Educacional Parque Amazônia. (1999)
Projeto Político Pedagógico do Complexo Educacional Parque Amazônia. (2016-2020)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2021).

A criação e a proposta pedagógica do Complexo Educacional Parque Amazônia, foram encontradas nos documentos orientadores do governo municipal da época (PPP, Diário oficial e no Decreto municipal), também no Caderno Caminho da Educação, nº 4, datado de 1996, ano de inauguração da instituição. Durante a pesquisa documental, tivemos acesso somente ao primeiro PPP no setor do núcleo de pesquisas da SEMEC em 2022 que foi dado entrada no protocolo em agosto de 2021 e o último elaborado em 2016 em mídia pela diretora Giselle Lobato em junho de 2021.

O caderno 4 da coleção Caminho da Educação na seção sobre o Complexo Educacional Parque Amazônia foi escrito por Ivone Favacho, que atuou como técnica da SEMEC, também esteve como primeira diretora do Complexo, na qual retornou mais de duas vezes para este cargo, além disso foi diretora na escola Liceu Mestre Raimundo Cardoso, em Icoaraci. A partir das investigações e leituras podemos inferir que Ivone Favacho foi umas das mentoras do Complexo Parque Amazônia, a qual faleceu, esta informação obtivemos na biblioteca da SEMEC de Belém em meados do mês de outubro do ano de 2021.

O segundo procedimento metodológico foi a realização das entrevistas semiestruturadas elaboradas com questões norteadoras para coletar o maior número possível de elementos, pois trazem informações para a análise dos dados. De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 222), a entrevista “é uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”. No momento deste procedimento os entrevistados ficam à vontade para relatar em suas oralidades o que para eles são pertinentes.

Para termos um bom envolvimento e assim aumentarmos as chances de termos uma rica fonte de dados através do bom diálogo com os sujeitos participantes deste trabalho nos fundamentamos na expressão de Cardoso e Penin (2009, p. 117) “[...] o pesquisador é um “invasor profissional”. Por isso, ele precisa conquistar a confiança dos atores de campo para garantir que sua convivência no contexto seja a mais significativa possível”.

A conversa confiante com os sujeitos envolvidos na escola, adentrando no espaço que eles convivem diariamente oportunizam presenciar a dinâmica de organização escolar, como por exemplo, a entrega dos kits alimentares aos responsáveis dos alunos, os blocos de atividades impressas e como ela funcionou no período da pandemia de Covid-19.

Este processo de realização das entrevistas é uma dinâmica necessária para alcançar os objetivos, a democratização das informações, refutar ou confirmar as questões levantadas na pesquisa. De acordo com Minayo (2009, p. 58), “a seleção dos participantes ocorre a partir de grupos com opiniões e ideias voltadas para o interesse da pesquisa”, justificando os sujeitos selecionados. Os participantes foram escolhidos, a partir de alguns critérios explicados anteriormente na subseção das características dos sujeitos fornecedores do corpus empírico.

Na terceira etapa do procedimento metodológico para a produção de dados foram realizadas a observação *In Loco*. Nesta fase, vimos a estrutura do local na organização em termos de quantitativos de salas de aulas na atualidade comparando-a com o período em que ela foi inaugurada registrada em fotos conseguidas na própria escola e no setor do jornal do CENTUR.

Sobre a importância da técnica da observação *In Loco*, Gerhard e Silveira (2009, p.74) expõem que “ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretendem investigar. A técnica da observação desempenha importante função no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo”. Além disso, guia-nos na elaboração do roteiro de entrevista, pois esclarece muitas lacunas que estavam vazias de compreensão.

A observação é necessária em pesquisas sobre a educação escolar para compreendermos o contato entre os sujeitos que a constitui e a infraestrutura do espaço. Perceber a autonomia dos educandos no processo educativo, ter um relacionamento confiável com o movimento social e demais participantes desencadeia o maior número de elementos para o pesquisador na construção dos dados.

Nesta perspectiva, a observação colabora para ver se ainda existe a proposta pedagógica do funcionamento como unidade de desenvolvimento sustentável, quais os projetos oferecidos aos alunos que de forma interdisciplinar acontecem as relações entre o corpo docente, gestão escolar, comunidade, pais e responsáveis.

O envolvimento que acontece entre o pesquisador e os sujeitos na pesquisa de campo propicia novas ações dos atores sociais. Neste sentido, os conduzem a olhares reflexivos sob diferentes ângulos de suas realidades e novos posicionamentos a serem feitos em suas práticas em direção a uma educação escolar de qualidade. Os instrumentos da investigação da pesquisa foram apresentados, passaremos agora a tratar sobre os procedimentos para a análise dos dados.

2.7 Procedimentos para a análise dos dados

A proposta de pesquisa em investigação explica os resultados através do procedimento da análise de conteúdo, conforme expõe Severino (2013, p. 95), “ela descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras”. A descrição do que está nas entrelinhas dos documentos analisados vai explicar e desvendar a problemática levantada no estudo, configurando-se em análise de dados.

No procedimento de análise selecionada nesta pesquisa, verificamos quais os fatores que geraram as mudanças na organização escolar atual em contrapartida à proposta pedagógica como UEDS. Considerar essa proposta pedagógica instaurada em setembro de 1996 em face ao contexto contemporâneo diante das mutações ocorridas ao longo das diferentes gestões municipais durante os 27 anos deste espaço educativo. Segundo Bardin (1977, p. 46) a “[...] análise de conteúdo, e a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), é

para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem”.

Os dados das entrevistas semiestruturadas serão organizados, analisados e confrontados com os objetivos da pesquisa. A produção dos dados obtidos durante as etapas de investigação pode-se constatar que as proposições possibilitam questionamentos. Lakatos e Marconi (2003, p. 168), apontam alguns argumentos de como o pesquisador relaciona-se com os dados, ao enfatizarem que:

Na análise, o pesquisador entra em maiores detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho[...], a fim de conseguir respostas às suas indagações, e procura estabelecer as relações necessárias entre os dados obtidos e as hipóteses formuladas. Estas são comprovadas ou refutadas, mediante a análise.

O processo aplicado aos documentos selecionados e textos produzidos nas etapas investigativas da pesquisa de campo, acompanham as três diferentes fases da análise de conteúdos propostos por Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

No primeiro momento consiste na leitura flutuante de Bardin (2016), dos documentos a serem analisados que compõe o *corpus* de análise e dos textos produzidos nas entrevistas, visitas e nas observações *in loco* registrados no caderno de bordo, que é caracterizada como a primeira relação com os textos elaborados, e junto a isso, passar para as possíveis respostas dos questionamentos.

Na segunda fase, temos *a priori*, todo o material para o começo da análise. A exploração do material consiste em aplicar todas as decisões técnicas para a análise do material anteriormente lido e feito à seleção. Apontam-nos Oliveira et al (2003, p. 37) dizendo “os objetivos da pesquisa, assim como uma primeira leitura dos textos, ajudarão a determinar a (s) unidade (s) de registro pertinentes para o pesquisador”.

Na última etapa pretendemos desvendar o silêncio contido nos dados que serão coletados, bem como as motivações que nos levaram a elaborá-lo, na intenção de ler nas entrelinhas da história o que de fato revela a realidade vivida sem excluir partes ocultas que poderiam se contrapor ao que previamente aparenta representar sobre a realidade. Na afirmação de Bardin (1977, p. 38), “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)”.

Salientamos que para mostrar os resultados faz-se necessário o momento de análise consistente, profunda e minuciosa, em concordância com Bardin (1977, p. 34), “esse

procedimento consiste em: a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Diante do exposto, a análise de conteúdo é o procedimento para responder aos questionamentos levantados.

Assim, para fundamentar nosso trabalho da dialética entre os movimentos sociais e a educação escolar, abordaremos a partir da próxima seção, construtos sobre o referencial teórico. Buscamos autores que reafirmam o quanto esse debate sobre movimentos é relevante, perpassando pela revisão de literatura como meio de sustentação sobre essas discussões.

3 DISCUSSÃO TEÓRICA

Neste trabalho traçamos várias considerações sobre Movimentos Sociais partindo dos conceitos gerais engendrados por Gohn (2012), até chegarmos aos Movimentos Sociais em característico ao construído e desenvolvido no município de Belém/PA, no bairro da Terra Firme, perpassando pelo Movimento Sem-Terra (MST), que na atualidade continua sendo um movimento importantíssimo na construção da política de valorização a pessoa do campo.

A noção de movimento social não é consensual nas ciências sociais, e há paradigmas conflitantes, “portanto, a temática dos movimentos sociais é uma área clássica de estudo da sociologia e da política, tendo lugar de destaque nas ciências sociais”. (GOHN, 2012, p. 331). Um movimento que pode ser organizado pela luta de gênero, classe estudantil, trabalhista e campesina, em busca por demandas referentes a igualdade, políticas públicas, acesso à saúde, educação, saneamento básico, e entre outras. Essas necessidades são garantidas em leis, porém são políticas públicas que na prática não acontecem, e quando existem, são ofertadas de forma precárias, deficitárias ou parciais.

Em 1960, na Europa e nos Estados Unidos, os movimentos sociais ganharam visibilidade, também estavam presentes nos países latino-americanos, os movimentos populares que receberam centralidade. A partir dos anos de 1970, o contexto latino-americano, foi considerado uma área de renovação da produção de conhecimentos, apesar de ser uma pequena teorização. Para Gohn (2012, p. 211), “nesta produção predominam estudos de natureza mais empírico-descritiva, com análises segundo o paradigma europeu, em suas duas grandes vertentes: [...], a marxista-estruturalista; [...], e a dos Novos Movimentos Sociais em suas várias versões”.

No Brasil estavam aflorando os estudos acadêmicos nos cursos de pós-graduação em ciências sociais. De acordo com Gohn (2012, p. 215), esses estudos estavam “ávidos por entender os processos sociais que estavam ocorrendo e desejosos de participar de alguma forma contra o regime militar [...]”. Os primeiros estudos que surgiram no Brasil sobre a categoria em análise, foram dos teóricos José Álvaro Moisés (1978) e Maria da Glória Gohn (1979) com ideologia teórica clássica Marxista de Jordi Borja e Manuel Castells.

A partir deste contexto, podemos notar como as propriedades dos movimentos sociais transformaram-se conforme a evolução histórica, assim como as teorias que buscam explicá-las. Ainda destacamos que para análise da teoria marxista, faz-se necessário um breve estudo para compreendermos em qual teoria o MS está inserido.

No paradigma marxista há uma prevalência do conceito de consciência de classe que está relacionada a ideologia, e por ser formada por um processo de conflito, devido a desigualdades sociais e estruturas de poder, em que o econômico tem extremo valor, Silva (2015, p. 36-37) diz que:

Ao afirmar suas identidades buscam direitos políticos, revelam a opressão sofrida e exaltam-se as suas características, que são afirmadas positivamente. Tal organização, baseada na identidade e na diferenciação, revela-se necessária para a mobilização política destes grupos.

O pensamento sociológico dos anos de 1930 a 1960 constituiu-se em intensa oposição as teorias da revolução, as quais persistem na atualidade e são reflexo deste período. O pensamento sociológico é abandonado, sendo pouco enfrentado pelas teorias sociológicas sobre movimentos sociais. Eles estiveram e estão presentes em diversos debates em torno dos conflitos de interesses ante as ameaças que se mostram nas conjunturas políticas e nas práticas de uma sociedade que claramente está dividida em classes, dando direito ao cidadão com mais poder aquisitivo um nível maior de educação escolar.

O movimento social milita pela luta de classes, entre a opressora e a oprimida, com isso sustenta as suas mobilizações em defesa da classe trabalhadora, a qual somos alienados ao trabalho, devido à dependência do dinheiro para comprar mercadorias. A consciência de classe é mediante aos espaços e grupos formativos em nossa educação.

Os movimentos sociais foram também vítimas da conjuntura neoliberal do sistema capitalista, que, por meio de suas políticas, procuraram desarticular e enfraquecer as organizações coletivas. “Por isso, ao longo dos anos de 1900 os movimentos sociais em geral, e os populares em especial, tiveram que abandonar algumas posturas e adotaram posições mais ativas/propositivas” (GOHN, 2013, p. 30).

O lugar de transformações feitas pelo poder do movimento é moldado a mudanças culturais e políticas a partir da cotidianidade dos sujeitos envolvidos. “[...] em lugar da tomada revolucionária poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos” (WARREN, 2011, p. 17).

As políticas neoliberais do sistema econômico capitalista desencadeiam as mobilizações contra o poder do governo estatal para garantia dos direitos, melhorias dos equipamentos sociais e serviços públicos nos últimos anos. O mecanismo de mudança em todos os aspectos da condição de vida é a educação escolar, pois proporciona adentrar espaços de cultura, receber formação crítica sobre o modo de produção capitalista e o entendimento da sociedade em sua totalidade, compreendendo todo o fenômeno real e não só o aparente.

Após algumas discussões acerca dos movimentos sociais no contexto mundial e no Brasil, a sua função na sociedade perante a conjuntura do sistema capitalista, chega o momento de fazermos algumas reflexões sobre a realidade das organizações coletivas no Brasil na transição da década de 80 para 90.

Os novos atores sociais que emergiram na sociedade, iniciaram uma construção ampla de relação Estado-sociedade, e contra ele. Num primeiro momento, criaram espaços, formatos de participação e relações sociais. Para Gohn (2012, p 305), “estes novos espaços foram construídos [...] pelos movimentos sociais, populares, ou não, [...]; e nos anos 90 por um tipo especial de ONGS que denominamos anteriormente de cidadãs [...] para o desenvolvimento de direitos e deveres da cidadania”. Sobre o conceito de MS, a autora diz que:

Para nós, desde logo é preciso demarcarmos nosso entendimento sobre o que são movimentos sociais: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população em se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2013, p. 13).

No Brasil, na década de 80, grande parcela dos desempregados do setor industrial e do comércio, constroem movimentos sociais, criam grandes sindicatos, associações de bairros e entre outros para a realização de mobilizações, a partir da militância coletiva pelas suas necessidades em comum. Na década de 90 este processo do surgimento de Movimentos Sociais continua. Neste sentido, Gohn (2013, p. 15-16) corrobora:

Tanto os movimentos sociais dos anos de 1980 como os atuais têm construído relações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos de algo passam a sentir-se incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo.

A compreensão do desenvolvimento brasileiro, requer, deprendermos as mudanças econômicas e as novas ênfases das políticas sociais, principalmente nas regiões periféricas das grandes cidades. A cidadania brasileira regulamentada pelo Estado é formatada para corresponder ao sistema capitalista. Há um embate ideológico das ações estatais com o rompimento do regime militar que, no início da república emergiram as legislações em defesa dos direitos. Sader (1987, p. 13) pontua sobre esta discussão que:

Os movimentos sociais populares urbanos têm tornado manifesta uma identidade que se caracteriza a partir da construção coletiva de uma noção de direitos, que, relacionada diretamente com a ampliação do espaço de cidadania, dá lugar ao reconhecimento público das carências.

As décadas que estão em questão nesta pesquisa para compreendermos as nuances dos movimentos sociais no Brasil são as de 1980 e 1990. Para colaborar com este debate dos movimentos, Warren (2011, p. 111) afirma que ele “pode-se denominar as condutas sociais (ou coletivas) da sociedade brasileira dos anos 1990 a partir de três tipos: a sociedade atomizada; as condutas de crise; os movimentos sociais e as condutas defensivas”.

Existem vários conceitos de MS, os quais alguns estão presentes nesta pesquisa, contudo é importante salientar a colocação de Warren (2011, p. 18), “não há, todavia, um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta”, todos somos passíveis de lutarmos por nossos direitos sejam coletivos ou individuais.

A denominação popular refere-se as classes articuladas de bairros periféricos que buscam melhores condições de vida, os quais autopercebem que o sistema público de diversos âmbitos (educação, saúde e entre outros) está ineficaz ou contrapõe-se a qualidade desses serviços oferecidos. De acordo com Sader (1987, p. 13) “a maioria dos movimentos sociais é composta de uma base nitidamente popular, ou seja, daqueles setores da população que se veem diretamente afetados nas suas condições de vida”. Por isso percebe-se muitos movimentos sociais de grupos populares em busca de melhor qualidade de vida.

A partir das mudanças internas e externas dos movimentos sociais, estes foram redefinindo o cenário das reivindicações populares urbanas nos anos de 1990, e cresce, o movimento popular do campo neste período. Para compreendermos como estes movimentos sociais ocorreram nos centros urbanos é necessário atinarmos para um outro MS que foi demasiadamente expressivo no campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Segundo Campos (2003, p. 48) “herdeiro de movimentos sociais de luta por terra, [...], o MST só se constituiu oficialmente em 1984, com seu I Encontro Nacional (Cascavel - PR)”. As legislações oficiais depois de muitos anos de lutas campesinas e discussões para as melhorias das condições de vida estavam voltadas a valorização e implementação de políticas públicas para os territórios do campo.

Na prática, os objetivos do MST são voltados a uma multiplicidade de ações coletivas, que seguem desde as reivindicações para realizações imediatas, a luta por seus direitos de cidadania e mudanças sócio-político-culturais, “ações incisivas de luta na promoção de acampamentos e nas ocupações, como resultado de um esforço enorme de organização coletiva fundamentada em princípios marxista-leninista” (AVIZ, 2020, p.196-197), a ideia é justamente trazer para as populações do campo, meio não só de sobrevivência, mas de subsistência.

Segundo Caldart (2007) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil, que nasce, oficialmente, no centro-sul do país, com o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem-Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná.

O MST é referência na América Latina, em especial no Brasil e está presente também no estado do Pará, sendo considerado de extrema relevância quando falamos de movimento social de espaços caracterizados como excludentes, como a periferia nas cidades e o campo. Este movimento tem uma grande relação social na conquista pelo direito à terra. Segundo a visão dos pesquisadores Duarte e Saviani, (2021 p. 264):

A dedicação de seus militantes e o modo resolutivo como realizam as ocupações, organizam e administram a vida nos acampamentos e assentamentos [...], pelos resultados atingidos, revigoram suas forças e os animam a prosseguir na luta em busca de novas conquistas. Dessa forma, o MST é hoje um movimento permanente que busca integrar toda a classe trabalhadora na luta pela transformação estrutural da sociedade, [...], cujas ações assumem caráter sistematizado e se apresentam como experiências da nova forma de organizar e de administrar as relações sociais.

Dentre os objetivos propostos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra vale destacar aqueles voltados a esfera da educação escolar que de acordo com Caldart (2000), são cinco descritos a seguir: (1) à realidade educacional do país, em especial, no campo, marcada pelo baixo nível de escolaridade e o alto índice de analfabetismo entre os assentados; (2) à inquietação das famílias em relação à escolarização; (3) à iniciativa, de mães e professoras que possuíam o ensino do segundo grau, de escolarizarem as suas crianças; (4) às características peculiares do MST, que objetivaram a assumir a educação como tarefa do conjunto do Movimento; e (5) ao perfil das lideranças, majoritariamente formadas através da participação em programas educacionais da Comissão Pastoral da Terra criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em outubro de 1975, atuar nas questões agrárias, que compuseram o Movimento.

Diante disso é evidente que o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra é um fenômeno de enfrentamento em prol a uma justa educação básica de qualidade para crianças, jovens e adultos que vivem em seu espaço social. A escolarização parte do princípio da educação chegar até o campo com a devida qualidade e não o estudante deslocar-se para um centro urbano a fim de qualificar-se.

E depois de muitos embates políticos sociais e econômicos o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra obteve grande êxito, a repercussão e o marco histórico dessas lutas pode ser visto na quantidade de escolas em seus assentamentos como corroborado na pesquisa de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) no

ano de 2014, em que o número de escolas em área de assentamento registrava 4.225 escolas, sendo que o Pará liderava, com 1.042 (mil e quarenta e duas) dessas escolas.

Por tudo isso, é importante destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra é o maior movimento social do campo quando se refere a conquista do território para moradia, trabalho com o plantio em forma de cooperativa na produção, comercialização e na formação enquanto sujeito crítico com o processo de escolarização para os filhos dos trabalhadores rurais nos assentamentos, acampamentos e ocupações.

Porém ainda é mais importante destacar que essas conquistas foram e são até hoje motivo de muitos conflitos, agressões físicas, verbais e tantos assassinatos por parte de governos, fazendeiros, grileiros contra os líderes desses assentamentos, não somente em relação à valorização do campo na produção de sua sustentabilidade, como também em defesa da Floresta Amazônica, como o caso inesquecível da Missionária Dorothy Stang.

Assim, essa explanação sobre como constituiu-se o MST fez-se necessário para compreendermos o quanto os movimentos sociais são fundamentais para a conquista de direitos. A mobilização de lideranças que se dispõem a lutar por melhores condições de vida. Partindo então desses pressupostos sobre movimento social no campo, focaremos agora no MS construído no centro urbano e a sua relação com a educação escolar.

3. 1 Movimento Social e a Educação Escolar

Há uma grande relação entre educação escolar e o movimento social. A escola é a instituição formal que ensina os conteúdos das disciplinas do currículo obrigatório, mas pode preparar o educando para a cidadania, vivência de mundo e lidar com as situações conflitantes, além da compreensão dos embates ideológicos devido à formação das diferentes culturas, múltiplos aspectos sociais, políticos e econômicos experimentados.

O Movimento Social ensina o indivíduo à prática da cidadania, como instrumento de transformação social. A escola enfatiza as ações que as pessoas precisam desempenhar dentro do espaço social, e traz o envolvimento de diversos sujeitos enquanto membros deste processo.

Neste sentido, sem intenção de exaurir o assunto, abordaremos alguns conceitos básicos que tratam a relação dos movimentos sociais e educação escolar, suas formas de organização e contribuições no campo educacional à luz de autores como, Gohn (1994, 2012), Gadotti (2010), Arroyo (2012), Paro (1995), Saviani (2019), Florestan Fernandes (2008) e outros que se debruçam sobre os temas.

O MS pela educação permite que enxerguemos o que demanda a nossa sociedade, principalmente para os educandos, incentivando a autonomia e estimulando a inteligência crítica. Reiteramos o compromisso do MS pela garantia da educação pública básica, problematizada neste trabalho. Para Lavallo et al (2018, p. 364-365), “sem dúvida, os movimentos sociais [...], e seu protagonismo demandaram enorme mobilização social, além de inteligência, comprometimento, perseverança e paciência histórica de ativistas e lideranças”.

A pauta essencial do MS direcionada aos interesses da comunidade Parque Amazônia em ter a educação escolar, possibilita o conhecimento científico e fomenta a vida digna, cidadã e emancipadora para a transformação social. Podemos identificar a relação deste movimento social com educação a partir da análise de Saviani (2019, p.155), quando afirma que:

No caso da educação, podemos constatar três formas de relacionamento por parte dos movimentos sociais, que podemos traduzir pelas seguintes expressões: a) a educação nos movimentos sociais; b) a educação dos movimentos sociais; c) movimentos sociais pela educação. As três situações podem ocorrer tanto por parte de movimentos sociais ligados aos grupos sociais dominantes como àqueles dominados.

A primeira relação constata-se a possibilidade da criatividade, disciplina, criticidade despertadas e aprendidas durante os atos para alcançar as pautas de luta dos movimentos sociais, expressadas nas ações coletivas desenvolvidas para a cidadania, que o indivíduo também é educado nos movimentos sociais.

A educação nos movimentos sociais consolida-se com fundamentos em solidariedade e hombridade com o reconhecimento de classe, na qual o indivíduo sente-se pertencente. Os ensinamentos são para o fortalecimento na luta pelos objetivos juntos, mesmo tendo alguns desejos individuais, são pontuados principalmente os da coletividade.

O segundo dizer refere-se à presença da escolarização dentro dos movimentos sociais, ou seja, a construção do currículo e ações educativas nos campos de conflitos, permeando ainda mais a disciplina e a autonomia, um exemplo é a educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

A educação dos movimentos sociais é amparada pela ideologia do partido político. De acordo com as mobilizações, desenvolvem a comunicação oral, na formação política e para saberem as devidas posturas que precisam tomar durante os confrontos e negociações para a articulação com os grupos que vão ter os inúmeros embates para almejem as suas conquistas.

É na última, que esta pesquisa diz respeito, onde o coletivo debruça-se em ter a educação escolar, e a melhoria da educação básica para o seu território. O MS busca a educação escolar

como garantia do direito básico com vistas a alcançar a melhoria de condição de vida, tornando-se sujeito na transformação social.

Os Movimentos Sociais pela educação escolar têm como princípio a dinâmica usada para alcançar as estratégias escolhidas. Entre essas pautas de luta, podemos citar a elaboração de um currículo escolar desalinhado com o contexto da escola, a falta da merenda escolar, falta de material didático, infraestrutura precária do ambiente escolar, gestão escolar truculenta, falta de professores e até a construção de uma escola em um bairro, comunidade ou ocupação.

O MS desperta um alerta que tem a capacidade de nos fazer enxergar uma gama de necessidades não enfrentadas, o que nos provoca a ver as formas de opressão vividas em uma sociedade injusta. A esfera política torna os cidadãos subservientes às suas propostas de governo e não esperam que sejam sujeitos emancipadores.

O movimento social luta pela educação escolar, preocupado com a sobrevivência da classe trabalhadora desfavorecida e a sua qualidade de vida negada pelo modo de relações sociais capitalistas. A classe trabalhadora apresenta grande resistência com a elite em enfrentar os vários desafios impostos por este modo de produção. Conforme destaca Arroyo (2012, p. 16):

Isso decorre, principalmente, da realidade que se nos apresenta, de que nem todos têm lugar na escola, que é restrita, sendo os filhos de trabalhadores os menos favorecidos, uma vez que a 'educação tornou-se um instrumento da sociedade capitalista, vista a grosso modo, como mercadoria, como espaço de disputa'.

A educação escolar incentiva comportamentos, nela aprendemos a nos relacionar com as diferenças existentes entre os indivíduos porque cada um tem suas particularidades, que podem ser semelhantes e contraditórias. Neste raciocínio, Paro (1995, p. 208) contribui:

[...] a concepção de que a educação escolar apresenta um componente informativo e um formativo. O primeiro termo designaria a aprendizagem de conteúdo das diversas disciplinas curriculares e o segundo referir-se-ia mais propriamente ao desenvolvimento de comportamentos, conhecimentos e atitudes relativos à moral e à convivência social. Algumas pessoas se reportaram ao componente informativo para identificá-lo com a "instrução", função característica da escola, e ao componente formativo com a "educação", no preciso sentido que esta palavra adquire quando se diz que uma pessoa é "bem-educada", querendo significar que ela tem um comportamento social aprovado do ponto de vista ético do grupo social a que pertence.

Deste modo, o processo de democratização da educação escolar iniciado pela militância dos movimentos sociais estava vinculado primeiramente à garantia de território, necessidade básica para a condição de vida, enquanto direito dos cidadãos, garantido pela constituição de 1988, a qual também estabelece a educação escolar, o ponto defendido pelos movimentos.

As políticas criadas pelo poder público são práticas implementadas por diferentes esferas da sociedade, tanto da esfera municipal, estadual ou a nível federal direcionada a necessidade dos cidadãos garantidas e/ou amparadas pelas legislações. Segundo Dias e Matos (2015, p 2) “Desse modo, podemos nos referir à política de educação, saúde, assistência social, agrícola, fiscal etc., ou seja, produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

A política pública em questão é a educação escolar, estabelecida principalmente pelo Estado, o qual medeia no dever de assegurar uma formação emancipadora, com isso o sujeito tem conhecimento e a possibilidade de ter acesso a espaços, que antes não poderia adentrar, e ocupar a estes espaços, como a universidade, o cinema e o teatro, devido aos seus estudos que permitem a melhoria de vida. Para Saviani (2008, p. 7), “a política educacional, diz respeito, às decisões que o poder público estatal toma em relação à educação”.

São visões defendidas por dois lados, a do poder público e a da sociedade, sendo constituída em sua maioria pela classe trabalhadora, inferiorizada e estigmatizada que sofre com os seus direitos públicos. As políticas públicas constituem um elemento comum da política e das decisões do governo e da oposição (DIAS; MATOS, 2015, p. 4).

Com isso, para compreendermos a política pública educacional brasileira, faz-se necessário compreender alguns aspectos, sobretudo o que aponta Saviani (2008, p. 7): “a histórica resistência que as elites dirigentes opõem a manutenção da educação pública; e a descontinuidade, também histórica, das medidas educacionais acionadas pelo Estado” geram algumas manifestações que culminam nesses movimentos sociais.

Muitas pessoas desfavorecidas economicamente tratavam de organizar-se estrategicamente, independentemente do poder público, para ter benefícios garantidos como a habitação, saúde, educação etc., os quais não estavam sendo assegurados a população.

A educação está presente em todos os espaços frequentados pelo indivíduo e na sua inserção dentro dos grupos sociais, contudo, o ambiente formal da escola é o principal ambiente desta inserção para que a pessoa se torne um ser humano com dignidade e valores, aprendendo a enfrentar as circunstâncias difíceis do dia a dia.

As discussões para o enfrentamento por uma educação escolar de qualidade são fortalecidas em lugares coletivos como os movimentos sociais, os sindicatos, associações de bairro, entre outras. Nesse sentido Gohn (2012, p. 104) afirma que “os movimentos sociais surgem dessas relações de conflito. A luta por educação, por exemplo, é parte da luta por reconhecimento”. Este ponto de vista, destaca que os movimentos sociais nascem da necessidade de lutas por conquistas pontuais, mas que precisam sempre de mudanças para as suas melhorias.

Nos conflitos, o sentido de horizonte compreende estar em rede, ter companheirismo, e crescimento juntos, expressando a solidariedade, reciprocidade e compartilhamento. Neste intento para Honneth (2003 apud Gohn, 2012, p. 103), os conflitos têm, “um papel educativo na sociedade: eles indicam as áreas em que não há respeito ao outro, não há reconhecimento do outro como um igual, e os problemas daí decorrentes”. Quando participamos de um MS ocorrem embates de ideias e atitudes, conseqüentemente gerando problemas, por isso é necessário que haja respeito entre todos.

A atuação política e ideológica do movimento social em funcionamento na sociedade, com ações horizontalizadas, fortalecem a estratégia de cooperação e democracia em interesses comuns. Para compreendermos melhor sobre esta definição, Silva *et al.* (2012, p. 120) fomenta que “nos movimentos sociais em forma de rede, pressupõe-se a conformação de relações mais horizontalizadas. Entretanto, as redes, como qualquer relação social, estão permeadas por relações de conflito, de poder [...]”.

A orientação política e organizativa do movimento social que é definida pela busca dos direitos dos cidadãos, compreende a construção da luta pelas conquistas básicas e redemocratização da educação pública básica. Nesta direção, Duarte e Saviani (2021, p. 263) afirmam que “via de regra, os movimentos sociais nascem das reivindicações específicas, mantendo-se, portanto, no nível corporativo e com caráter transitório”. A inserção em campos de luta permanente e não transitória, tornam sujeitos diferenciados na sociedade.

De acordo com Fernandes (2008, p. 112), “um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica”, sem conexão, a função educativa da escola no meio social brasileiro, não pode se restringir à instrução propriamente dita. Florestan fala especificamente da família e dos partidos políticos – “se incube desse tipo de adestramento, tão essencial para a constituição e o funcionamento de uma ordem social democrática” (FERNANDES, 2008, p. 109). As inovações introduzidas pela reforma do sistema educacional, segundo Fernandes (2008, p. 111):

[...] terão que se ligar a certos princípios gerais, inerentes à intenção de preparar personalidades democráticas para uma ordem social democrática, e que atender a certos fins práticos, com o desenvolvimento da consciência de afiliação nacional e dos direitos e dos deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais etc.

Nesse sentido, a intervenção do Estado com propósitos definidos de ajustar o sistema educacional brasileiro às necessidades mais urgentes da vida política nacional poderia “criar condições dinâmicas essencialmente favoráveis à transição de uma ordem democrática

incipiente para uma ordem democrática plenamente constituída” (FERNANDES, 2008, p. 111). Em entrevista concedida a Eliane Veras Soares em 1991, ele afirma que a Campanha:

[...] surge dentro dessa fermentação de ver a necessidade de acabar não só com o analfabetismo, mas com a exclusão do estudante pobre da escolarização. Não se trata só de ensino primário, se trata do talento e do aproveitamento do talento, da seleção racional do talento. Há toda uma massa de talento na sociedade brasileira pulverizado, destruído. E eu conhecia isso porque, desde meu passado remoto, eu me lembro dos companheiros que eu tive que poderiam ter feito uma carreira análoga à minha e não conseguiram. Morreram de tuberculose, morreram disto ou daquilo, ou então, ficaram com um destino diferente. Eu via a coisa a partir daqueles que eram excluídos. A Campanha de Defesa da Escola Pública tinha de se voltar para a conquista de uma nova era na educação e ela seria a fonte de uma revolução intelectual e política. Quer dizer, esse era meu impulso, não é? [...] a ambição era não só de criar um novo padrão de cultura, mas também um novo padrão de sociedade civil e de Estado. (FERNANDES, 2008, p. 111).

Reconhecendo-se essa posição aguerrida e transformadora que o autor encampou desde o início da Campanha, talvez não faça mais sentido qualquer estranhamento frente à sua participação em um movimento de cunho estritamente liberal. Essa luta foi e é marcada por enfrentamentos devido aos contextos sociopolítico e econômico, numa conjuntura de alijamento. Neste sentido, reflete sobre o caráter educativo de suas ações, tanto para seus participantes como para a sociedade, em geral e para os órgãos públicos. (GOHN, 2011, p. 512).

Neste sentido, Arroyo (1980, p. 23) vem falar que:

O mais grave na relação entre escola e formação da classe trabalhadora no Brasil é que se fez tudo para que o trabalhador não fosse educado, não dominasse a língua, não conhecesse sua história, não tivesse a seu alcance instrumentos para elaborar e explicitar seu saber, sua ciência e sua consciência.

Assim, a educação escolar garante voz, criticidade aos momentos de opressão, negação, silenciamento dos sujeitos, cortes salariais, retirada de direitos e da possibilidade de galgar espaços melhores no mercado de trabalho, mesmo sendo um princípio educativo da escola, precisa como garantia a formação integral do ser humano. Assim, incutir nos espaços sociais essa educação escolar é mais que fundamental, é necessário na conquista de cidadãos comprometidos com sua classe social. E partindo dessas considerações sobre os movimentos sociais em relação à educação escolar, passaremos agora a abordar especificamente o MS do Parque Amazônia.

3.2 Movimento Social da Comunidade Parque Amazônia

Esta pesquisa mostra o processo histórico do movimento social local e a sua contribuição na educação escolar da ocupação Parque Amazônia, hoje comunidade, localizada

no bairro da Terra Firme no município de Belém/ PA. Desvelando as estratégias políticas educacionais no período da gestão local de 1996, entendendo as mediações do MS para a criação do Complexo. Deste modo, passamos a conhecer mais detalhadamente como ocorreu a sua organização.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (2016, p. 12) a construção do Complexo Educacional Parque Amazônia deve-se a luta das lideranças da Terra Firme. No começo da ocupação as lideranças reservaram essa área para a construção da escola, e na seção do PPP sobre o histórico da escola, Dona Socorro (2016) afirma “Travamos uma luta árdua, fizemos abaixo-assinado, organizamos comissão até convencer o prefeito Hélio Gueiros a construir a escola” (BELÉM, 2016, p.12).

O movimento social que com as suas características próprias e acentuadas manifestações populares, mobilizou a construção do Complexo Educacional Parque Amazônia. Quando falamos de pertencimento, os participantes dos grupos se sentem incentivados em suas lutas. O fortalecimento de grupo, é fundamental para as conquistas que almejamos alcançar. Este fortalecimento, ocorre por meio do reconhecimento e da identidade dos sujeitos do grupo, sobre este aspecto Ciampa (2001, p. 64) destaca que:

Os pressupostos do conceito de identidade presumem que “o conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de um determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.

Os indivíduos são motivados em sua inserção no movimento para lutar primeiramente para garantir questões de moradia e diante de suas necessidades veem a educação como transformação de sua realidade social. De acordo com Gohn (1994, p.35), surgiram as propostas em torno da posse da terra que ocupavam, como um direito e, a partir dela, a reivindicação do direito real de uso. Na garantia do direito a moradia, posteriormente surgiram outras necessidades básicas para o coletivo, dentre elas, uma escola básica pública, um posto de saúde e uma praça.

O cenário real encontrado pela ocupação Parque Amazônia era que as escolas ficavam bem distantes e não supriam o quantitativo de vagas que a comunidade precisava. Nos escritos sobre a história da escola, no PPP Dona Socorro enfatiza que “a escola mais próxima era o Solermo Moreira, mas não havia vagas para as crianças da ocupação, além do mais, era muito distante e no trajeto as crianças tinham que andar por cima de pontes” (BELÉM, 2016, p.12).

A educação escolar foi uma das pautas principais de reivindicações das famílias do Movimento Social Parque Amazônia neste espaço de ocupação no bairro da Terra Firme.

Entretanto, tiveram outros processos de ocupação que constituíram este bairro populoso e dinâmico. De acordo com o estudioso Sander (2009, p. 72):

É assim que a partir da década de 1970 até meados da década de 1990 a educação brasileira foi alvo de crescentes pressões conjunturais, provenientes dos processos de abertura democrática, das lutas sindicais, dos movimentos sociais e dos primeiros influxos neoliberais da nova mundialização da economia e da atividade humana.

O MS nasce de uma articulação dos ocupantes deste território que até hoje seguem, enfrentando interesses individuais e coletivos, posto pelo modelo econômico do nível nacional até local, de forma com que a classe trabalhadora fique submissa a classe elitista.

As lutas dos movimentos sociais inicialmente são pontuais, contudo o grupo vai amadurecendo e percebendo que os avanços dos serviços públicos fazem parte de um processo constante. A conquista do direito à educação escolar, não desfaz a possibilidade de reivindicar por outra pauta, ou seja, tornam-se permanentes as ações do MS. A representação social de uma forma natural não tem validade, mas quando é registrada como um movimento, recebe reconhecimento da sociedade. Sobre este aspecto, Duarte e Saviani (2021, p. 264), destacam que:

Então, os movimentos sociais representativos da classe trabalhadora, para se integrarem na luta comum da classe, deverão passar de transitório para permanentes; das ações sobre o aspecto conjuntural ao aspecto estrutural da sociedade; do espírito de povo ao espírito de classe; da fragmentação em torno de lutas pontuais para a união em torno das lutas de interesse de toda a classe trabalhadora; do caráter espontâneo para o sistematizado; do nível de consciência para si.

As diferentes configurações de famílias que deram origem a esta ocupação, em suas raízes eram filhos e filhas de trabalhadores, que iniciaram o debate com outras forças populares e políticas de visões iguais, de garantir as perspectivas de vida com relação à educação escolar.

Os saberes aprendidos nas lutas estão diretamente ligados à emancipação que se espera por meio de suas ações coletivas, os quais buscam incentivar seus sujeitos a buscarem o bem-estar social. Para Gohn (1994, p. 51), este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído, ainda que seja, um poder exercido por uma administração dita popular.

Os menos favorecidos devem fazer reivindicações para serem atendidos, pois estão bem distantes da efetivação das políticas públicas, uma vez que essas prevalecem para os que detém de poder aquisitivo. De acordo com Dias e Matos (2015, p. 17) “as políticas públicas são ações governamentais dirigidas a resolver determinadas necessidades públicas”.

As três principais demandas do MS Parque Amazônia eram o posto de saúde, a escola e uma praça, somente este último não foi atendido pelo governo local, entretanto teve muita força, presença, e a ciência do bom diálogo com os representantes políticos e secretários.

O posicionamento ativo e articulador em 1996 do Movimento Social Parque Amazônia procurava o elo de comunicação com a gestão municipal da época. Buscava aliar-se e não ter disputas com o poder público e, de maneira pacífica receber suas demandas. Para Dias e Matos (2015) essas diversas definições estão relacionadas ao poder social, ou seja, referem-se às infinitas possibilidades de influenciar, incentivar e reconhecer uma ação como necessária diante das inúmeras questões que também demandam atenção a serem solucionadas.

Os autores abaixo destacam a importância da atuação do Estado através das políticas públicas educacionais centralizadas nas escolas para a construção da identidade dos sujeitos, como aponta o fragmento abaixo:

Visto que o Estado continua a ter um papel determinante na configuração e políticas educacionais centralistas, ocorre nas escolas um processo de emergência de identidades locais, cuja afirmação depende de um sentido mais amplo de reivindicação, do “regresso aos actores colectivos”, na expressão de Bourdieu. (PACHECO; PEREIRA, 2007 p. 384).

Entender como a escola funciona expressa e representa o trabalho educativo da realidade escolar, a partir da sua proposta inicial de intenções de caráter político da gestão municipal da época e como ela está neste tempo contemporâneo permeada pelas mudanças do governo local.

Diante deste cenário a coordenadora relatou que iniciou no ano de 2021 a reelaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Complexo Educacional Parque Amazônia com o auxílio de outro coordenador pedagógico devido ele estar desatualizado. Cada um escrevendo em sua residência, pois estavam em trabalho remoto dos anos de 2020 a 2022 por causa da Pandemia Covid 19.

Hodiernamente o término do PPP não aconteceu, pois passamos por dois anos da pandemia da Covid-19 e precisava ter a participação efetiva de todos os representantes da escola, entre eles, funcionários de diferentes categorias, os pais dos educandos, os alunos, o movimento social e as pessoas da comunidade local, afirmou a então coordenadora. Para a continuação da escrita do PPP, espera-se o retorno das aulas presenciais para a reunião da comunidade escolar e assim ser feito. Nos contributos da Lei de Diretrizes e Base da educação (LDB) evidenciamos que no artigo 14 da Lei 9394/96:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto

pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, p.15).

A presença dos movimentos sociais é uma constante na história política do Brasil. É cheia de ciclos, de resistência ou rearticulação em face de uma nova conjuntura. Para Gohn (2013, p. 305), “o importante a destacar é esse campo de força sociopolítico e o reconhecimento de que suas ações impulsionam mudanças sociais diversas”.

As novas mudanças que vieram com as normas jurídicas, enfraqueceram as ações dos movimentos sociais e minimizaram o seu fortalecimento que buscam trazer os direitos pautados nas leis para os cidadãos e alavancar a mudança social, mediante as lutas travadas com o poder público.

Percebemos em alguns relatos dos representantes do MS que havia um barracão, entretanto veio uma companheira do grupo com a intenção de ajudar a construir neste local, uma sede própria para os encontros, porém não houve êxito. Logo em seguida, veio outra companheira, permitindo a ocupação por moradores nesta localidade, reservada para ser o ambiente de reuniões do MS (SOUZA, 2022). Existia um espaço que as lideranças se reuniam para as suas tomadas de decisões, contudo era somente o terreno com a prospecção de ser futuramente uma sede. Segundo o Sr. Zé Maria, no documento PPP:

Única área que tinha era essa, que não foi ocupada por ser muito funda, mas o centro comunitário tinha enfiado as estacas para sua construção, o prefeito prometeu construir a escola e fez um acordo com os moradores da Rua Angelim, eles doariam 5 metros de seus quintais para a construção do centro e a prefeitura construiria as fossas sépticas em suas casas. Assim foi feito (BELÉM, 2016, p. 12).

A comunidade Parque Amazônia 1 é constituída por 4 travessas, 1 alameda e 4 passagens. Cada pessoa era responsável por uma rua, com o objetivo da organização e em busca da solução das demandas. Muita área para a responsabilidade de uma só pessoa se torna difícil de buscar a solução dos problemas, então delimitando torna-se mais viável, e esta delimitação em comunidade Parque Amazônia 1 e 2 foi devido a organização do modelo da atenção básica para a localidade, denominado Estratégia Saúde da Família (ESF). O MS lutava por toda coletividade, por isso a participação na história da escola.

De acordo com José Maria no PPP “a ocupação era pequena, aqui onde está a escola era só mata, mas aos poucos foram chegando mais famílias pobres, em busca de um espaço para construir seu barraco” (BELÉM, 2016, p. 12). Em observação *In Loco* Silva (2022), relata que “existia o espaço para a escola, centro comunitário, praça “tá toda invadida” tinha árvore, o

pessoal foram invadindo, invadindo..., e só tá [sic] um pedacinho entre Sumaumeira e alameda Amazonas”.

Com o decorrer do tempo muitas pessoas participantes do movimento social, foram para outros bairros, algumas se mudaram para outros municípios, outras faleceram, mas muitas permaneceram na Comunidade. Atualmente os encontros são na casa da Dona Auta, às vezes na creche Betinho ou em outros lugares. Não tem um espaço físico para as reuniões das lideranças da Comunidade Parque Amazônia.

Ainda durante as observações *In Loco*, nos foi relatado que a escola Parque Amazônia sofreu roubo que partiu da própria comunidade, no sábado dia 30 de abril de 2022, para o domingo, dia 1 de maio de 2022, mesmo com a presença do vigia, (que não pode confrontá-los, pois estava sozinho) um grupo de homens invadiu a escola, levando alguns ventiladores, fiação elétrica que já não prestava mais, e outros pertences da escola, como materiais esportivos, lâmpadas etc.

No período que encerrou o deslocamento dos materiais de infraestrutura para o prédio alugado pela SEMEC para o funcionamento da escola houve este roubo. A SEMEC não chegou a tempo de buscar os materiais, mas já havia sido comunicada para buscar os bens que não estavam prestando, pois, o material era tombado, e precisavam ser devolvidos para a Prefeitura Municipal de Belém. Mesmo que o Complexo Educacional Parque Amazônia não tivesse em funcionamento, todos os materiais da escola são patrimônios públicos.

O último dia da mudança dos objetos e tudo que funcionava no Complexo Educativo Parque Amazônia foi na sexta-feira dia 29 de março, para o novo prédio da escola alugado pela SEMEC localizado distante do prédio original da escola, e está localizado no mesmo bairro, situado na feira da Terra Firme em Belém, próximo ao Mercado Municipal deste bairro.

A partir da declaração oral da coordenadora, escutada na observação *In Loco*, podemos perceber que há uma questão burocrática no interesse em começar de forma imediata os reparos da escola para não haver por muito tempos prejuízos à comunidade escolar (funcionários, pais e alunos), devido ao seu deslocamento para outro espaço físico.

A escola recebeu no dia 03 de maio de 2022 um funcionário para a Unidade Movimento Sustentável (UMS) que já faz parte da comunidade (relato da coordenadora), lotado nesta escola como integrante da equipe de funcionários. O único funcionário da UMS contratado pela Prefeitura Municipal de Belém, vinculado a SEMEC e estudante de serviço social residente ao entorno da escola Parque Amazônia.

Este funcionário foi chamado para fazer uma mediação da comunidade com este espaço educativo, a fim de entender quando e porque ocorre a evasão escolar, pesquisando o histórico

familiar do aluno e a realidade social que o fez evadir dela. A função dele é atuar no combate a desistência da educação escolar e o fomento da sua importância para a vida dos alunos.

Outra situação relatada pela coordenadora é que a escola Parque Amazônia está sem conselho escolar, reportando-nos a preocupação de como será administrado os recursos financeiros, para as diferentes dimensões que é destinado, e que caberiam a comunidade escolar tomar tais decisões.

No dia 17 de maio de 2022 quando fui pela segunda vez para conhecer a nova diretora, fui convidada por ela para uma reunião com os pais do primeiro ciclo, pelo período da manhã. A diretora disse também que terei muitas vivências para a escrita desta pesquisa, pois logo as aulas iniciariam presenciais após mais de dois anos de forma remota.

A atual diretora questionada na reunião do 1º ciclo pelos moradores sobre o início das obras na escola, a diretora respondeu que, uma vez que é a SEMEC quem resolve as demandas e que ela ainda não teria tido retorno sobre o assunto pela secretaria de educação Márcia Bittencourt.

Neste mesmo dia os pais indagaram sobre o retorno das aulas presenciais: “as aulas podem começar em julho e não em agosto para toda a escola, devido ao grande tempo perdido?” Neste contexto as aulas presenciais haviam sido paralisadas há mais de dois anos. A coordenação explicou que seria o mês de férias dos professores, uma vez que as aulas estavam acontecendo de forma remota nos anos de 2020,2021 e no 1º semestre de 2022.

As aulas começariam de forma presencial do ano seguinte na escola Parque Amazônia, em junho de 2022 para o 1º ciclo em virtude de uma avaliação diagnóstica de alfabetização. E o começo das aulas para o 2º ciclo e EJA em agosto de 2022, continuando de maneira remota no complexo educativo em questão, devido à precariedade da sua estrutura física até a organização do prédio de forma básica para receber os alunos de maneira presencial.

E diante de toda essa nova condição social vivida em todo o mundo, não diferente nesta realidade local as aulas recomeçaram no período previsto adaptando-se ao novo jeito de ensinar e manifestar o ensino-aprendizagem.

A escola é lócus de dominação e, portanto, de conflito e de resistência. É fruto de intenso processo de reivindicação pelos direitos sociais: primeiro o MS lutou pela moradia e, posteriormente, à educação escolar. É marcado por repasse dos valores para a educação em âmbito municipal, porém muitas vezes as ações que dependem do financeiro ou do trabalho das pessoas não são consolidadas de forma correta. Para Frigotto (2010, p. 72):

Naturaliza-se assim, o longo e perverso descaso com a educação pública para as classes populares demarcando como patamar possível apenas a alfabetização

funcional. Ora, isto entra em total contradição com a ideia de uma formação abstrata e polivalente capaz de facultar aos futuros trabalhadores uma capacitação para operarem o sistema produtivo sob a nova base tecnológica.

Segundo o pensador Paulo Freire, a escola deve apontar um “norte” para abrir um espaço de reflexão crítica e produtiva sobre o que ela ensina e qual a sua função. Quando se fala em educação, não estamos apenas falando dos conteúdos e das metodologias pedagógicas executadas em sala de aula, o sentido é muito mais complexo e amplo.

É nesse ponto que focamos a crítica do texto; educação precisa ser autêntica, inspiradora, transformadora e crítica. As intensas reivindicações, solicitam melhorias na escola e tudo que pertence ao bairro, então este espírito da coletividade acabou se alargando por outras pessoas pertencentes ao bairro. Para tanto, é imprescindível analisar as relações.

O sujeito precisa sentir-se pertencente aquele lugar, com voz no sentido da autonomia e reconhecimento do grupo (professores e colegas da turma) como espaço democrático. Segundo Gadotti (2010, p. 37), “A ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e cidadania. Cidadão é aquele que participa do governo e só pode participar do governo quem tiver poder, liberdade e autonomia para exercê-lo”. A prática da autonomia precisa ser espontânea para o pleno exercício dos direitos e deveres como cidadão. E partindo desse princípio de direitos e deveres para todos os cidadãos agora passaremos a tratar sobre o conceito de educação escolar e como acontece dentro do Complexo Educacional Parque Amazônia.

3.3 A educação escolar no complexo educativo Parque Amazônia

A educação escolar básica é compreendida para três finalidades, o exercício da cidadania, mundo do trabalho e para a preparação da vida, difundido estes princípios nos escritos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996.

O primeiro documento de matrículas da escola consta aproximadamente 1.694 crianças e adolescentes, um enorme público para este espaço, que foi divulgado no jornal “A Província do Pará” em 1996 durante sua inauguração como Complexo Educacional Parque Amazônia por atender um grande quantitativo de alunos, uma situação inesperada para o local.

A educação escolar recebia a educação básica, conforme está descrita na LDB. Ao dispor sobre níveis e modalidades de educação e de ensino, a Lei 9394/96 (Art. 21) define que a educação escolar se compõe de dois níveis: a educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e a educação superior (BRASIL, 1996, p. 17).

A proposta de educação do Complexo Educacional Parque Amazônia ensina o conhecimento prático e propõe o senso de criticidade baixo. As atividades desenvolvidas não

incentivam o pensamento intelectual e ações planejadas. É referendada pela Prefeitura Municipal de Belém (1996, p. 132-133), na série planejamento:

O complexo da Terra Firme proporcionará uma educação diferenciada do modelo tradicional reinante, buscando trabalhar a força criativa do ser enquanto indivíduo e cidadão ativo, participante de uma comunidade que necessita de sua ação, embasada na cultura para desenvolver-se criativamente.

A formação das oficinas tinha como possibilidade a geração de renda para a sobrevivência individual ou familiar, em que o participante recebia certificado após a conclusão de um curso profissionalizante. Com o recebimento da documentação escolar de término do fundamental maior, o que hoje seria o 9º ano, o aluno desistia de prosseguir para as etapas seguintes da educação básica, técnica e até do nível superior.

É neste espaço formal que aprendemos o conhecimento científico, e somos integrados no mundo letrado desde os quatro anos de idade, ele não deve ser pensado de forma verticalizada, da elite para os pobres, mas pela classe trabalhadora, que são a maioria da população, entretanto, esse processo de dominação é histórico na sociedade brasileira.

Libâneo (2012) aborda que o dualismo perverso da escola brasileira na época da formação do povo brasileiro até os dias atuais aconteceu de forma injusta e desigual, afirmando que o ambiente escolar estava voltado aos filhos dos ricos, e em outro, a escola do acolhimento e da integração social, voltada aos pobres. Assim, a construção do currículo é realizada de forma parcial as demandas do coletivo, alimentando o trabalho informal e a baixa escolaridade, pensada pela elite e feita para a população de maneira passiva, apenas para eles aceitarem o que foi imposto sem a sua participação democrática.

Há a falta de participação no engajamento do currículo verticalizado, ou seja, da força política municipal para os filhos e filhas da classe trabalhadora da escola que a elite esboça o desenho curricular para os dominados, sem o seu aval. De acordo com Silva (2005, p. 148) “o currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político”.

Não obstante, a escola como instituição educativa tem o papel formativo – ideológico e prático na sociedade. Tem a função de produzir educação formativa para o trabalho e para o exercício da cidadania. Embora caracterize as lutas de classes menos favorecidas na busca de seus direitos e exercício político, ela também tem no seu esboço ideológico o desenvolvimento social que, independentemente dos grupos sociais, aplica-se a todos os níveis da sociedade.

A escola precisa atender aos interesses da maioria, contudo ela é definida para servir a minoria da população, existindo ainda muitas pessoas sem acesso à escola pública. Neste

sentido, a garantia do direito à educação deve alcançar todos os cidadãos do país, amparados pela Constituição Federal de 1988. Por outro lado, não deixamos de enfatizar que, não se questiona propriamente a educação como instituição de desenvolvimento e libertação dos sujeitos e das classes, mas as lutas dos grupos em que esses véis educacionais não alcançaram.

Nóvoa (2009, p. 64) pontua com clareza esses dois tipos de escola:

Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a “duas velocidades”: por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento social, para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos.

O mundo do trabalho, nas atividades industriais e terceirizadas, exige alta carga horária e cansaço físico e mental, além da baixa remuneração, entretanto torna-se uma alienação pela extrema dependência do salário, sendo difícil o retorno aos estudos. Há muita desistência dos estudos por questões burocráticas da rede de educação, como a exigência de notas e presença na escola apenas com uniforme, sendo difícil de ser cumprido para quem possui jornada extensa de trabalho, sem o apoio familiar e incentivo para essa permanência na educação escolar.

O governo local de Belém na década de 1990, trazia em seu discurso, a política do desenvolvimento sustentável, como uma das vertentes no enfrentamento à pobreza urbana emergente, dentro deste viés, criou-se cinco unidades de desenvolvimento sustentável, com a finalidade de contemplar em sua totalidade a população belenense. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém (1997), o Decreto municipal nº 29.205 criava as unidades que integram esse subsistema (UEDS), as quais são:

- I – O Liceu de Artes e Ofícios do Guamá;
- II – O Liceu escola Mestre Raimundo Cardoso;
- III – O Complexo Educacional Parque Amazônia – Terra Firme;
- IV – O Liceu de Artes e Ofício de Hotelaria da Ilha de Cotijuba;
- V - O Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira - Ilha de Caratateua.

O Complexo Educacional Parque Amazônia faz parte de um subsistema da rede municipal de educação com o olhar preocupado para o desenvolvimento sustentável que buscava mudanças ao entorno da comunidade e inovação nas práticas educacionais no sistema municipal de Belém, com projetos educativos e curriculares diferenciados, querendo esta gestão política marcar a história de Belém na área da educação, com a perspectiva da inovação educacional, inaugurando estas UEDS como “espetáculo” na época.

O currículo da escola precisava estar focado na concepção da cultura e nos valores próprios da construção histórica da mobilização social na proposta dos projetos políticos pedagógicos da educação escolar. Sobre essa questão, Arroyo (2015, p. 48) define: “esta não se efetivará enquanto não se avançar na construção de currículos que traduzam as concepções, os conhecimentos, as culturas e valores de que são produtores e sujeitos os movimentos sociais”. Ou seja, a educação escolar precisa estar engajada dentro destes objetivos sociais para que se possa construir um currículo que concretizem essas concepções culturais.

O currículo escolar não pode ser algo intransigente e precisa estar aberto há mudanças no contexto local ou até no cenário global, precise ser feito. Outra característica importante é a flexibilidade, a autonomia dos alunos e de todos os envolvidos com a escola na participação da sua construção. O Estado na formulação do currículo, não anseia construir a cidadania com indivíduos críticos, criativos e com um arcabouço de conhecimento científico, pretendem que a sociedade esteja fortemente embutida em sua manipulação e obediência nas suas ordens.

É nesse sentido que o currículo tradicional, que se autodenomina defensor dos conteúdos escolares, representa na prática pedagógica um comportamento populista em defesa da manutenção do senso comum, reforçando a negação do conhecimento que a comunidade esqueceu que possui (SILVA, 2004, p. 351).

É relevante destacar que o projeto da construção do currículo escolar, deve levar em consideração todo o contexto cultural ao seu entorno e as suas peculiaridades. Também, precisa da ampla participação da comunidade escolar no currículo para as intervenções de forma total e não fragmentada. A ausência de políticas educacionais democráticas e autônomas é uma barreira para a instauração de um projeto curricular participativo. É comum observarmos intervenções descontextualizadas que primam por sensibilizações e aprofundamentos teóricos genéricos, desprezando os conflitos e as necessidades das práticas pedagógicas vivenciadas pelos sujeitos concretos (SILVA, 2004, p. 370).

Os conteúdos estão materializados no currículo, de acordo com a gama de classes que a sociedade capitalista estabelece. O conhecimento corporificado no currículo carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo reproduz culturalmente as estruturas sociais.

“O currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista” (SILVA, 2005, p. 147-148). O MS foi preponderante na busca pela educação escolar para a ocupação Parque Amazônia, o qual militou pela construção do Complexo. A organização escolar foi verticalmente pensada e executada pela SEMEC. Além disso, apontamos ainda alguns aspectos sobre fenômenos de submissão incondicional ao sistema de

governo, o qual sobrepõe, muitas vezes, os interesses e necessidades da comunidade, sobre esse assunto, Silva (2004, p. 370) destaca:

Outro cuidado nessa política é quanto à submissão incondicional a uma assessoria externa, que pode ser tão prejudicial quanto a negação de qualquer tipo de diálogo com observadores que possuem um olhar distanciado, possibilitando trocas e sugestões até então não observadas pelos envolvidos.

Uma das perspectivas de educação no Complexo Educacional Parque Amazônia, é “construir juntos, escola e comunidade, um currículo que responda aos anseios comunitários, buscando formar pessoas conscientes dos problemas sociais e com capacidade crítica e criativa para intervir neles com condições de transformação a realidade” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996, p. 128). Na escuta das narrativas nas entrevistas sobre o currículo, foi relatado a ausência de participação do MS no processo de sua construção, aspectos que seriam ensinados dentro da escola.

A escola básica é um dos espaços para o desenvolvimento do educando em ter conhecimento para a prática social. Portanto, o currículo é o construto essencial na diversidade de aprendizado dentro da escola, como reafirmado por Silva (2004, p. 351):

Portanto, o currículo escolar pode também ser concebido como uma prática social concreta e coletiva, em que ocorrem lutas socioculturais e político epistemológicas por sentidos e significados – identitários ou não -, ideologias e hegemonias, organizadas para a transmissão e/ou construção do saber, a partir de diferentes concepções de sociedade e de seus respectivos comprometimentos políticos, éticos e filosóficos.

Não houve desde 1996 e não há um envolvimento efetivo do MS na estruturação do currículo, que em muitas vezes, o conhecimento apresenta-se rígido e hierarquizado presente no seio da escola com pouca participação política social gerando a consequência, de não conectar com a realidade dos alunos.

A escola é um espaço de múltiplas aprendizagens para a vida estudantil, e está para além de boas notas nas avaliações, mas em sentido mais amplo faz parte da construção do cidadão no exercício de direitos e deveres, enquanto sujeito constituinte de uma sociedade, tendo o compromisso de devolver à sociedade o que aprendeu na escola. Por isso, o currículo não deve ser discutido somente por uma esfera de poder e um grupo minoritário, é essencial a discussão de todas as esferas sociais para que ocorra a efetivação do ensino-aprendizagem.

O espaço educacional tem sua identidade institucional que precisa entender realmente quais atribuições garantem aos seus alunos. Precisa ser entendido como espaço formativo e

abordar aspectos socioculturais dos alunos. Na abordagem de Paixão e Mello (2017, p. 5) é enfatizado que:

No entanto, há escolas que ainda não se reconhecem com uma identidade própria, que entendam sua instituição com uma característica particular, simplesmente se chamam escola e passam a vivenciar seu cotidiano de trabalho como uma rotina de tarefas e construções sem a devida preocupação com o resultado social e particular dos (as) estudantes, entendendo tal resultado apenas como a nota final de uma avaliação.

As pessoas que integram o ambiente escolar precisam de acolhimento, humanidade e liberdade para se perceberem como parte constituinte da escola. Para que isso aconteça, ela precisa ter um projeto político pedagógico pautado de forma democrática, devem ser construídas através do diálogo das ações educativas, conforme está descrito nesta proposta a seguir:

A proposta da Escola da Terra Firme tem suas bases na relação homem-meio, de forma harmônica e criativa, reestruturando o significado do ato de educar, no ir e vir ao encontro da cultura, do fazer criativo dos sujeitos que estarão construindo dialogicamente a ação educativa (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1996, p.133).

A escola precisa formar o aluno para a cidadania, estimulando sua própria construção do conhecimento para a mudança social. Diante disso Paixão e Mello (2017, p. 10) apontam que “[...] resta-nos a defesa em prol de uma instituição que não só seja reconhecida pela comunidade por uma identidade própria, mas que possa colaborar para a construção do conhecimento a partir de práticas de autoconhecimento dos (as) jovens”. Para o autor essas práticas educacionais precisam atuar na promoção do autoconhecimento do próprio sujeito.

Além disso, formar o aluno tendo uma consciência crítica do meio social e ambiental que vive, pois, de acordo com Loureiro (2012), educação ambiental é definida no Brasil a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na superação das formas de dominação capitalistas e na compreensão de mundo em sua complexidade e da vida em sua totalidade.

A educação ambiental vista como necessária contribui aos processos de constituição de um futuro comum de desenvolvimento sustentável, preservação do meio ambiente, a relação homem x natureza, cidadania, resgate cultural e discutir a partir dos aspectos políticos, econômicos e sociais as questões socioambientais para compreender as problemáticas, a degradação dos recursos naturais e os impactos ambientais.

O termo Educação Ambiental foi criado em 1972, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), quando a sociedade despertou para a gravidade dos problemas ambientais existentes no contexto mundial. Houve a

participação de representantes de 113 países na Conferência de Estocolmo - Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano (marco inicial do Direito Ambiental Internacional).

A I Conferência Intergovernamental sobre a Educação para o Ambiente ocorreu na cidade de Tbilisi, em 1977, e teve como resultado o documento técnico que apresentava as finalidades, objetivos, princípios orientadores e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental entre os países.

Em 1975, em Belgrado/Iugoslávia, a UNESCO promove o Encontro Internacional em Educação Ambiental, com 65 países, e em outubro de 1977, em Tbilisi (URSS), acontece a Primeira Conferência Internacional em Educação Ambiental. Em 2002, com a Conferência de Johannesburgo, África do Sul, a Unesco indicou o período de 2005-2014 para ser os dez anos da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável.

O protocolo de Kyoto é um acordo ambiental fechado durante a 3ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Kyoto, Japão, em 1997. Ele não apenas discute e implanta medidas de redução de gases de dióxido de carbono (CO₂), mas também incentiva e estabelece medidas com intuito de substituir produtos oriundos do petróleo por outros que provocam menos impacto.

Essas manifestações sobre Educação Ambiental na educação brasileira começaram a ser difundida a partir da criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs (1997) estes afirmavam que, “em meados da década de 1980, a Educação Ambiental começou a ganhar dimensões públicas importantes e, com isso, almejou-se o capítulo VI sobre o Meio Ambiente na Constituição Federal do Brasil de 1988, que assegura”:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, importando-se ao poder público e à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2019).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) por meio da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, entende que a educação ambiental são processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Baseado nesse entendimento de Educação Ambiental (EA), todos nós podemos disseminá-la e aplicá-la na busca de um estilo de vida mais saudável e na conservação do ambiente.

Na trajetória legal da constituição da EA brasileira foi criada a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que regulamenta sobre a Educação Ambiental, estabelecendo a Política Nacional de Educação Ambiental, conforme descreve seu Capítulo I:

Artigo 1º Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimento, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A educação ambiental proporciona a formação para compreendermos como surgem os problemas e impactos ambientais e quais as nossas posturas e intervenções coletivas. Também, vai melhorar com um processo de construção da cidadania, desenvolvendo novos valores políticos e relações sociais colaborativas, a fim de minimizar o cenário de destruição ambiental. A construção de mudanças é feita das pequenas ações contínuas, como as transformações nas posturas nos espaços visando atingir o regional, até a proposta maior que é global. Segundo Layrargues e Lima, (2014, p. 30):

[...] às correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 1980 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 1990.

Convém desenvolver o raciocínio prospectivo, inovador e interpretativo das questões socioambientais bem como a cidadania ambiental, o pensamento crítico, contextualizado e político, podendo ser incentivada a atuação de pessoas não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas especialmente para a busca de justiça socioambiental, frente às desigualdades sociais que expõem grupos sociais economicamente vulneráveis em condições de risco ambiental.

As cidades tornaram-se espaços cada vez mais urbanizados e crescem constantemente, assumindo papel relevante no panorama do desenvolvimento global. No cenário de instaurações das indústrias nas cidades, há uma aceleração de forma desordenada porque acontece a migração em busca de empregos. Estes espaços são acarretados por problemas ambientais, principalmente de saneamento básico.

O cenário de destruição do meio ambiente é histórico, devido a ganância do homem em sempre querer ter mais acumulação de riqueza, então ele explora, sem perceber que somos dependentes da natureza para tudo, desde o ato de respirar.

O sistema econômico capitalista acarreta a extinção dos animais com a atividade do tráfego, também há a extração do petróleo, o uso dos combustíveis em automóveis emitindo gases poluentes na atmosfera e outras situações emergentes de destruição do meio ambiente que em alguns cenários são estabelecidas medidas preventivas ou de atenuá-las, mas na realidade não acontecem, e a natureza se torna refém do próprio homem sem chance de defesa.

A partir deste contexto, na cidade de Belém, surge então o Movimento Social Parque Amazônia em 1990, o qual vê na educação a esperança e acredita que ela proporciona melhoria de condições de vida, e idealizam uma escola que possa ter em sua formação a preocupação com as questões ambientais, e assim surge o Complexo Educacional Parque Amazônia no formato de uma UEDS, porém a criação do seu projeto foi estabelecida pela SEMEC, infelizmente sem a devida participação do movimento.

A escola de grande porte foi implementada em uma área periférica do município de Belém, em 1996. O Complexo é uma conquista consolidada no ano de último de mandato da gestão municipal, que versa em buscar o apoio político da comunidade para a sua reeleição.

Assim:

O projeto de educação busca inserir a comunidade do Parque Amazônia em um programa moderno de desenvolvimento sustentável, noção esta que inclui pelo menos três componentes – econômico, social e ambiental – levando em consideração os recursos institucionais e culturais (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, 1994, Série Planejamento, n. 4, p. 130-131).

Os bairros escolhidos para a implementação da UEDS, tinham a tática de contemplar toda a população Belenense. A política governamental não está preocupada com os problemas ambientais urbanos existentes no município há anos e que vem só alargando cada vez mais por causa do sistema econômico capitalista. O então prefeito Hélio Gueiros em 1996, tendência em seu discurso a educação ambiental na rede básica do município de Belém visando implantar escolas independentes da Secretaria Municipal de Educação através do Subsistema Municipal de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (SUEDS).

De todas as UEDS implementadas no Sistema Municipal de Educação de Belém, somente uma instituição de ensino funciona de forma independente da SEMEC, intitulada Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, pois todas as outras sempre foram vinculadas a SEMEC. Vale ressaltar que o Liceu de Artes e Ofícios do Guamá funcionou pouco tempo, logo perdeu as suas características originais e se tornou o Centro de Referência a Assistência Social (CRAS) do bairro do Guamá.

O Complexo Educacional Parque Amazônia está ligado a proposta inovadora de educação que a gestão municipal de Belém implementou no seu último ano de mandato em 1996. Um subsistema que visava modernizar a educação municipal para atender aos negócios neoliberais e aos organismos internacionais como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU).

O Complexo Educacional Parque Amazônia, é uma das cinco Unidades de Desenvolvimento Sustentável fundada durante a política governamental Belenense na década de 90, a qual não foi instaurada pelo gestor local Hélio Gueiros preocupado com os problemas ambientais urbanos ao seu entorno, mas pretendia trabalhar a educação ambiental, em consentimento com o cenário mundial que iniciou o debate na época.

Precisamente, a investigação desenvolve-se com a contextualização das políticas públicas para a garantia do desenvolvimento humano, econômico e ambiental. Estes três aspectos estabelecidos para a inserção do Complexo Parque Amazônia no desenvolvimento sustentável. A legitimação das ações governamentais para adentrar em uma proposta educacional inovadora a partir da mobilização do movimento social.

Não há uma preocupação inocente, efetiva e realmente humanizada para termos a educação ambiental de forma dialógica, crítica e política. A educação ambiental no cenário educacional municipal tem o viés dos interesses político local, e por definições estabelecidas no cenário Europeu, mais do que pela transformação social e política de base racional que reconhecesse a sua relevância para todo o Universo das populações locais.

O desenvolvimento sustentável é um pressuposto para a educação que funcionou só inicialmente no Complexo Parque Amazônia e hoje não existe mais, foi uma proposta de governo, em termos estruturais e curriculares para um subsistema de educação no município. O prefeito Hélio Gueiros tentou implementar políticas públicas educacionais e ambientais para satisfazer as necessidades da população, interferências internacionais e concorrer à reeleição no seu mandato a prefeito de Belém.

O Movimento Social Parque Amazônia em momento algum foi uma política de municipalização para favorecer a cúpula do poder público local, atrelado aos interesses políticos, mas com o tempo eles se tornaram. Eles são atores urbanos que protagonizam primeiramente pela garantia da moradia como eixo central das suas lutas e depois veem a educação escolar como emancipadora de toda a realidade que vivem para a sua transformação social, política, econômica e entre outras.

Este Complexo não estava descontextualizado das problemáticas vivenciadas por estes atores urbanos que enfrentavam desafiadoras mobilizações. Para eles a educação forma os

sujeitos para serem ativos no meio em que vivem para questionarem as políticas públicas omissas, deficitárias ou até inexistentes, situações deploráveis de desaparecimento das florestas, igarapés, lagos e a negação com o meio ambiente que vivenciam, também são defensoras do meio ambiente.

As pessoas ao adentrar em um MS também aprendem a se expressarem com uma linguagem apropriada, a conhecerem as leis, a fim de delimitar as políticas sociais de base. Estes sujeitos do MS conseguiram ser recebidos com a solicitação de uma escola, a qual foi além de suas expectativas com uma de grande porte e um posto de saúde dentro da comunidade Parque Amazônia no bairro da Terra Firme em Belém do Pará.

O MS, não é apenas interpretativo da realidade, de fazer só a leitura do que acontece ao seu entorno, mas é dinâmico social, no sentido de buscar as mutações das situações cotidianas. Quando nos referimos em dinâmica, expressa o movimento constante das lideranças em não parar em nenhum momento a sua organização para o avanço de melhores condições de vida da população. O movimento social não garante a voz, porém amplia as possibilidades de garantir a voz da Comunidade Parque Amazônia da Terra Firme em Belém do Pará.

Essa educação ambiental deveria sim ser ensinada na escola, pois é neste *locus* que passamos significativo período da nossa formação de saberes e conhecimentos em direção ao ciclo da profissionalização, que geralmente acontece da adolescência para fase adulta.

O ensino pedagógico relaciona-se com o político, conhecedor dos direitos e do processo formativo. A identidade escolar vai se construindo e reconstruindo dia a dia nas ações pedagógicas, culturais, sociais, intelectuais, políticas e históricas. Então Ciampa (2002, p. 7) afirma que:

[...] o estudo sobre identidade transcende uma questão científica e passa a ser uma questão política fundamentalmente. Portanto, refletir sobre a identidade humana a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação frente às políticas públicas de educação possibilitou uma posição crítica perante a atuação da escola, enquanto instituição educativa, no que se refere ao seu posicionamento com relação à constituição de identidades.

O projeto político pedagógico é o principal documento da escola, pois reúne propostas de ações pedagógicas para serem executadas em determinado período, sendo elaborado pelos representantes de todos os cargos da escola, pais, responsáveis e comunidade em geral.

O PPP é estruturado a partir da realidade da escola e da mobilização social, em respeito às características e identidades sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais. A segunda questão a se pensar sobre o PPP é que este, por reunir entes de todos esses cenários, configura-se como importante ferramenta de consolidação de interesses desses grupos sociais dentro do

contexto escolar. Nesse sentido, Gadotti (2010, p. 49), afirma que “Quanto mais pessoas se envolverem com os assuntos da escola, maior será a possibilidade de fortalecimento do projeto autônomo de cada escola”. Neste caso, o PPP não é uma exceção, se os integrantes da escola e da comunidade participarem, os resultados alcançados em prol desses grupos serão cada vez maiores.

Uma exemplificação natural é quando o estudante não pede, por favor, quando solicita algo, pois esta palavra remete a um ato educado de ser, o sujeito constituinte que constrói a escola. Não podemos centralizar somente no professor como alguém que educa dentro da escola, mas sendo função de todos que constituem o espaço escolar. Neste sentido, Paro (1995, p. 210) preconiza:

[...] é importante observar que a visão da educação como tarefa de todos dentro da escola é defendida com maior entusiasmo pelas pessoas que veem a instituição escolar com uma função predominantemente formativa, [...], para quem o professor é apenas o que detém o maior número de informações, mas a formação deve ser exercida por todos, pois a educação se faz muito mais por exemplos do que por palavras.

Nas leituras do PPP de 1999 e 2016 do Complexo Educacional Parque Amazônia, ambos se afirmam à tendência pedagógica progressista libertadora embasada na metodologia de Paulo Freire. De acordo com o PPP, na seção referencial teórico-metodológico, “a escola fundamenta suas práticas pedagógicas no conhecimento empírico, [...], partindo de experiências num processo ativo de construção do indivíduo como nos diz Jean Piaget, Paulo Freire, Sócrates” (BELÉM, 2016, p. 14).

A educação imposta pelos dominantes para os subordinados, atende seus interesses valendo-se para o trabalho braçal e pouca preocupação com o desenvolvimento da produção científica e tecnológica. Segundo Frigotto (2010, p.166) “no campo da educação e formação, o processo de subordinação busca efetivar-se mediante a delimitação dos conteúdos e da gestão do processo educativo”. Uma educação escolar que está longe da realidade específica, traz prejuízos a comunidade, ausência de pertencimento e de condutas desvinculadas ao MS. Nos dizeres sobre a educação Gohn, (2013, p. 302) afirma:

Educação contribui para a criação de uma cultura universal dos direitos humanos, para o fortalecimento dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, para o desenvolvimento de sua personalidade, respeito às diferenças, atitudes de tolerância, amizade, solidariedade e fraternidade com o semelhante.

O MS reconhece o pertencimento e deseja visibilidade na construção histórica desta comunidade, todavia precisa ser resgatado este posicionamento favorável a ele pela sociedade, e a participação democrática dentro do funcionamento da escola através do conselho escolar,

da elaboração do Projeto Político Pedagógico como ação afirmativa (ideias, ações, escolhas), permitindo ao aluno construir a sua própria identidade. Para compreendermos melhor sobre o objetivo do PPP, retiramos um trecho deste documento mais recente do Complexo Parque Amazônia:

A finalidade do PPP é assegurar e fundamentar todo o funcionamento da escola, sua dimensão física funcional e também a pedagógica, assim como dar suporte para que seja palco de inovações e ações concretas. Sempre fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita ao educando a construção de sua identidade e o exercício do direito a diferença, a igualdade, a transparência, a solidariedade e a participação plena (BELÉM, 2016, p. 04).

O educador é humano e, como tal, é o construtor de si mesmo e da história; é aquele que dá direção ao ensino. Segundo o PPP para ser educador “precisa compreender a realidade na qual trabalha para que possa ter clareza do compromisso de sua ação” (BELÉM, 1999, p. 7). Esta visão, aponta que o ambiente escolar e fora dele são lembrados o que aprendemos, entretanto, o professor precisa valorizar as contribuições do MS local para a geração deste espaço educativo no bairro da Terra Firme em Belém com características diferenciadas em seu currículo escolar.

A educação escolar é o processo das práticas pedagógicas e formativas instaurada dentro do currículo, pautada em ações educativas construídas e reconstruídas diariamente neste envolvimento. O principal ator social da escola é o aluno, as razões da criação de uma escola são centradas nele, relacionando conhecimentos científicos, metodológicos, sistemáticos e peculiares das realidades extraescolares, entretanto o professor é o mediador neste processo de ensino-aprendizagem.

O contexto de pandemia nos anos de 2020 e 2021, vividos de forma intensa e diferente no cenário da educação por acentuadas mutações na metodologia de ensino. A escola saiu da configuração presencial para o ensino remoto, através de plataformas e meios digitais (exemplo: grupos de WhatsApp) com o uso da tecnologia do celular, notebook e outros através do acesso da internet.

O MS protagonista pela educação escolar nesta pesquisa foi construído a partir do apagamento dos seus direitos e pertencimento de uma sociedade justa, deixando a sua identidade, antes silenciada, a ter voz. Uma classe de trabalhadores excluídos perante a cultura dominante, dita como letrada, mobilizando uma educação escolar pautada na justiça, igualdade e humanização. O grande teórico Padilha (2008, p. 25) nos diz que a:

[...] libertação das injustiças históricas, econômicas, políticas e sociais, cuja superação passaria necessariamente pela educação entendida como “prática de liberdade” e considerada em sua radicalidade criadora. Criação significando ousadia

coletiva, ação corajosa e transformadora, que se coloca contra qualquer obstáculo à emancipação dos homens ou, se preferirmos, contra qualquer aprisionamento dos direitos das pessoas humanas.

Algumas aspirações com o atual poder público municipal, já que houve a transição de partido, está na expectativa da reforma da escola, que é uma discussão burocrática e desafiadora, pois todos indagam-se quando o espaço voltará ao funcionamento.

No cenário de muitas reclamações dos pais na escola, após duas semanas do início das aulas presenciais na rede de ensino municipal de Belém, a comunidade chamou algumas imprensas locais para veicular as suas insatisfações e demandas, haja visto que as aulas presenciais, após dois anos, já começaram na rede municipal de Belém. Após, as propagações na mídia local culminaram em celeridade da SEMEC, de fato resolver a mudança para o prédio alugado para o funcionamento do espaço educativo Parque Amazônia.

A construção do Complexo Educacional Parque Amazônia é um exemplo de força popular por isso faz-se ser tão necessário conhecer as discussões sobre as categorias de movimento social e educação escolar. Para dar mais confiabilidade a nossa pesquisa fizemos no tópico a seguir uma revisão de literatura com o intuito de abordarmos os conceitos destas categorias e compreendermos o que está recentemente sendo escrito sobre elas.

3.4 Revisão de literatura

O Movimento Social no contexto do Brasil e do mundo possui vários paradigmas, como vimos anteriormente, pois ao longo do tempo, passou a considerar o prisma cultural e social da conjuntura política que passa também por mutações no processo histórico, não só o político.

[...], um primeiro passo a ser dado é elaborar um “Estado do Conhecimento” na área selecionada, uma revisão crítica da literatura específica, com a identificação dos aspectos que têm sido valorizados e os referenciais teóricos que vêm subsidiando as pesquisas nos últimos anos (SILVA *et al.*, 2020, p. 04).

O presente estudo do conhecimento teve como alicerce as provocações levantadas sobre as principais categorias desta pesquisa, intitulado movimento social e educação escolar, com o objetivo de verificar quais publicações estão disponíveis no site dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Como complementação dos dados houve a necessidade de retomar as buscas no mês de setembro do ano de 2022, as quais começaram em junho do mesmo ano, o que possibilitou assim a constituição do *corpus* empírico dessa pesquisa, o qual se propõe fazer uma revisão

bibliográfica sobre a relação do movimento social e a educação escolar, como identificar o que está sendo falado recentemente em estudos acadêmicos sobre o objeto desta pesquisa.

Soares e Maciel (2000) defendem que o “Estado do Conhecimento” é uma metodologia mais restrita, definindo-a como um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre um determinado tema. É de suma importância para fazer levantamentos das produções científicas com o objetivo de estudar somente o seu campo de conhecimento, neste caso, os movimentos sociais e a educação escolar.

No Portal de Periódicos da CAPES encontrou-se um total de 985 produtos e revisados por pares 606 e mais três dissertações. Empregaram-se os seguintes indicadores de busca: “Movimentos Sociais e Educação Escolar” e “Movimentos Sociais e Escola Básica”. Os resultados descobertos, estão apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Relação quantitativa dos resultados das buscas por indicadores no Portal de Periódicos da CAPES.

Indicadores de busca	Periódicos	Revisado por pares	Dissertações	Teses	Período
Movimentos sociais e educação escolar	454	197	2	0	2018-2022
Movimentos sociais e escola básica	531	409	1	0	2018-2022

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações recolhidas no Portal de Periódicos da CAPES (2022).

Na intencionalidade da seleção dos produtos encontrados, fato que se alterou alguns meses depois devido à necessidade de debater com os teóricos presentes nas últimas pesquisas acadêmicas sobre as categorias apresentadas anteriormente, realizou-se uma segunda pesquisa nesse mesmo banco de produções acadêmicas, e percebemos que houve um quantitativo maior de pesquisas de junho para setembro de 2022 com os mesmos descritores.

Com o objetivo de deprendermos as discussões debatidas nos últimos anos selecionamos o período dos últimos cinco anos usando os filtros “revisado por pares”. Vale salientar que não foi encontrado nenhuma tese neste site. Após a leitura dos títulos, resumos, e a leitura flutuante (BARDIN, 2016), encontramos um total de 5 artigos, conforme mostra o quadro em evidência a seguir.

Quadro 3 – Identificação dos produtos selecionados no Portal de Periódicos da Capes.

Títulos dos trabalhos	Autores	Contexto da discussão
1. A escola e os movimentos sociais: experiências freirianas na educação fundamental (2021). Tipo – Artigo	CRUZ, da S. E.; OLIVEIRA, de G. G. C. A.	O projeto “nós fazemos a história: escola e os movimentos sociais” recebeu ativistas de movimentos sociais e populares que militam em diferentes causas, para rodas de conversa com os alunos, a partir do referencial teórico de Paulo Freire, a dialogicidade, problematização e conscientização.
2. De sonhos e insurreições: fragmentos de um discurso (esperançoso) sobre a ocupação de uma escola pública em Petrópolis/RJ (2017). Tipo – Artigo	BREDER, D.; FIGUEIREDO de EPPINGHAUS. P. M.	Relatos dos jovens que participaram da ocupação de uma escola pública em Petrópolis em 2016. As narrativas esperançosas sobre a escola pública, em suas tensões, limites e utopias.
3. Desafios e possibilidades do método de educação popular na escola pública (2018). Tipo – Artigo	SAGIOMMO, G. T.; AZEVEDO, S. M.; DIAS, G. V; BIERHALS, R. P.	O diálogo como um instrumento político e a articulação da práxis educativa em uma perspectiva democrática no desafio de aproximar a educação popular no/do contexto da educação escolar pública.
4. Movimento estudantil: as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo (2019). Tipo – Artigo	SOUZA, de M. T. R.; CATANI, M. A.	Projeto de reorganização e ocupações nas escolas estaduais paulistas identificando-se a contraposição feita pelos manifestantes pode reverter uma político-social que visa reduzir gastos com a educação. Relevância da organização estudantil para o exercício da cidadania. As três grandes categorias destacadas: o papel do estado em relação à educação, as características das políticas educacionais e as ocupações como ato político de contestação.
5. Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil: análise documental de eventos nacionais (2007-2016) (2021) Tipo – Artigo	FARIAS, N. M.; LOPES, E. R.	Jovens do campo que integram os movimentos sociais no Brasil lutam por pautas em torno da educação e do trabalho entre os anos de 2007 e 2016. O eixo principal das mobilizações é por políticas públicas que garantam o acesso à escola e ao trabalho digno.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Portal de Periódicos da Capes – Set/2022.

Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram usados três descritores de busca, dois são similares aos da CAPES, contudo não apareceu nenhum produto em “Movimentos Sociais e Escola Básica” e com isso, foi acrescentado “Movimentos Sociais e Escola Pública” na possibilidade de termos resultados, entretanto ressaltamos que só foi

encontrada uma tese, a qual é comum com o descritor “Movimentos Sociais e Educação Escolar”.

A pesquisa na BDTD tem-se um total de 11 produtos, dentre eles 10 dissertações e 1 tese. Utilizou-se como filtro o período dos últimos cinco anos, para entendermos o debate que está sendo desenvolvido nas pesquisas acadêmicas sobre o foco investigativo deste estudo. Podemos perceber os detalhes quantitativos conforme o quadro exposto abaixo:

Quadro 4 – Relação quantitativa dos resultados encontrados por descritor de busca no site da BDTD.

Assunto	Encontrados	Período	Dissertações	Tese
Movimentos sociais e educação escolar	11	2018-2022	10	1
Movimentos sociais e escola básica	0	2018-2022	0	
Movimentos sociais e escola pública	1	2018-2022	0	1

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações recolhidas no Portal de Periódicos da CAPES

O período das publicações dos produtos provenientes dos periódicos que formam o *corpus* empírico de análise, constata-se que as produções se reúnem no ano de 2018, com 01 publicação, contudo também foram encontradas 02 publicações do ano de 2019, e 02 publicações no ano de 2021. Esse fato pode estar relacionado com a conjuntura política atual que fomenta a falta de democracia e a inexistência de políticas públicas para a educação como o corte de verbas para este setor. Visualizaremos essas produções acadêmicas, as quais estão expostas no quadro a seguir:

Quadro 5 – Lista das dissertações e teses selecionadas a partir da pesquisa realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Título	Autor	Contexto	Orientador(a)	Instituição
1. A gestão público-comunitária da educação como horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo (2020). Tipo – Dissertação	GONZÁLEZ, M. D. J	A experiência das ocupações das escolas, em diferentes ondas de mobilização para desenvolver uma prática de gestão social.	Prof. Dr. Luciano Pereira	Universidade Estadual de Campinas
2. Semeando a igualdade de gênero na escola itinerante caminhos do saber: uma	VIEIRA, R. C	A luta das mulheres camponesas por reconhecimento como trabalhadoras	Prof. Dra. Sônia Fátima Schwendler	Universidade Federal do Paraná

relação entre movimento social e educação (2018). Tipo – Dissertação		rurais e direitos que consolidaram por dentro da luta de classes uma luta de gênero, com um caráter educativo para todos/as os/as Sem-Terra.		
3. Ocupar é aprender: representações da juventude sobre as representações em escolas públicas de ensino médio em Irati (PR) (2020). Tipo - Tese	CORSO, M. A	O movimento de ocupações das escolas públicas estaduais na cidade de Irati, no Estado do Paraná, ocorrido em outubro de 2016 em resistência à Reforma do Ensino Médio proposta pelo Governo Federal por meio de uma Medida Provisória (746/2016 transformada na Lei 13.415/2017).	Prof. Dr. Aparecida Neri de Souza	Universidade Estadual de Campinas

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações recolhidas no site da BDTD em set/2022.

Vale ressaltar que o material escolhido de pesquisas em nível de pós-graduação, foram desenvolvidos em programas da área de educação e dois produtos acadêmicos são semelhantes da mesma Universidade, a qual é a Universidade Estadual de Campinas. Outro ponto a ser salientado sobre essas produções é que se concentram em instituições nas regiões Sul e Centro-Oeste no Brasil, fator que despertou muito a atenção para a necessidade de pesquisas nas outras regiões.

Nos resultados de interesse à pesquisa, percebeu-se que, do total, os que têm relevância ao objetivo deste trabalho, são somente três pesquisas acadêmicas, sendo duas dissertações e uma tese. Um ponto a ser ressaltado que duas produções, são do mesmo ano de 2020, onde temos uma conjuntura política nacional desafiadora para o cenário da educação escolar e os movimentos que com muita resistência lutam pela escola pública.

Após a seleção dos produtos, pertinentes aos indicadores elencados e avaliando uma conexão com o debate desta temática, realizou-se a apreciação dos textos em si. O ponto de vista defendido nos artigos e trabalhos acadêmicos selecionados são diferentes, no entanto, todos visam contribuir com o desenvolvimento deste estudo e trazem possibilidades para a construção de uma pesquisa inédita.

Os produtos encontrados possibilitam: identificar quais autores principais são trabalhados no objeto da pesquisa para compreender a educação escolar originada em territórios periféricos através das mobilizações de movimentos sociais, e como estão ocorrendo as lutas do MS no aspecto da escola pública.

Cruz e Oliveira (2021), propõem o diálogo entre a escola e os movimentos sociais, com isso visam despertar práticos e posturas na base da mudança radical, para os sujeitos tornarem-se capazes de entender todas as nuances do processo educativo, perpassando por metodologias dialógicas e problematizadas.

Os autores também argumentam, a importância de entender as categorias de análise e conceitos históricos: fato, sujeito, tempo e fonte. Pontuam como fundamental para estudar movimentos sociais, a definição de “sujeito histórico” na matriz curricular da disciplina de história do ensino fundamental maior da prefeitura municipal de São Paulo, (2017, p. 67) traz a conexão da disciplina com a formação do aluno: “que eles adquiram uma formação integral, aprendam a agir pessoal e coletivamente, percebam-se como sujeitos históricos, identifiquem e compreendam as atuações de protagonismo histórico de diversos grupos e da sociedade”.

Podemos perceber que os movimentos sociais estão intimamente vinculados ao conteúdo escolar, os quais podem se fazer presentes no currículo e adaptados didaticamente nas aulas, objetivando apreensão por parte dos alunos. Alguns objetos de conhecimento que compõem o currículo da cidade para a turma do 8º ano são “lutas e conquistas por direitos”, “movimentos sociais e resistências” e os “movimentos políticos e sociais no Brasil” (SÃO PAULO, 2017, p. 92-93).

A presença dos movimentos sociais nas manifestações em defesa da educação escolar também é defendida por Cruz e Oliveira (2021, p. 304) quando afirmam que “a escola deve se abrir à sociedade, em especial ao seu polo crítico, os movimentos sociais e populares, cuja prática contestatória une processo educativo e luta por transformações”.

Fomentam os ideais de emancipação, alimentam os anseios de liberdade, valorização dos segmentos populares, busca pela igualdade social, “mas também podem ser vistos como agentes que anunciam o novo ao denunciar as contradições existentes e desafiar os códigos culturais dominantes” (RODRIGUES, 2011, p. 146).

Nessa base teórica, o grupo é formado por pessoas que se identificam nas escolhas culturais e militam pela questão em pauta para a tomada de decisões, tendo em vista aderir projetos ou pontos de vista políticos. “Assim, podemos circunscrever os movimentos sociais nesse interstício entre cultura e política, como sujeitos que mobilizam repertórios culturais em suas lutas políticas” (RODRIGUES, 2011, p. 152).

Saggiomo *et al* (2018) afirma que a escola pública tem uma “função” ideológica que atende aos interesses do mercado neoliberal e pontua a importância do livro “a produtividade da escola improdutiva” quando Frigotto (2001, p. 224) aborda sobre a função da escola: “ou seja, sua improdutividade, dentro das relações capitalistas de produção, torna-se produtiva. Isso ocorre na medida em que a escola é desqualificada para a classe dominada, para os filhos dos trabalhadores, [...]”.

Nesta discussão podemos afirmar que a escola é território de conflitos para a luta de classes e pode ser espaço de resistência e inovação para a classe trabalhadora na sociedade capitalista. Para Frigotto (2001, p. 224) “a escola serve ao capital tanto por negar o acesso ao saber elaborado e historicamente acumulado, quanto por negar o saber social produzido coletivamente pela classe trabalhadora no mercado e na vida”.

A formação da pessoa está condicionada pelas leis do mercado de trabalho, então a educação popular tem como um dos objetivos, não derrubar a barreira da educação escolar e nem atender as leis trabalhistas, mas encontrar-se com a compreensão da totalidade e existência humana. Ao realizar uma análise do caráter educativo para o trabalho nas escolas públicas brasileiras intrinsecamente dos movimentos sociais, Saggiomo *et al* (2018, p. 106) entendem que:

“Então, essa articulação entre a organização do trabalho pedagógico e a centralidade da categoria trabalho, que historicamente a educação popular promove em suas estratégias de resistência no interior dos movimentos sociais, e em suas experiências educativas, conseqüentemente encontram eco na escola”.

Com a implementação da Constituição Federal de 1988, a educação escolar pública é estabelecida como obrigatória em todo o país e o Estado deve garantir que seja laica e de qualidade com profissionais da educação capacitados para o ensino dos alunos, uma boa infraestrutura da escola (merenda, salas climatizadas, biblioteca, sala de informática etc.) e por último, a gratuidade para todos os níveis de escolaridade como direito de todos os cidadãos brasileiros.

O espaço da escola precisa ser ocupado pela classe trabalhadora para ampliar o conhecimento científico, a qualidade de vida e a transformação da realidade social. Saggiomo *et al* (2018, p. 106) entende que, “sendo a escola pública de acesso à classe popular, é possível constituir-se como espaço de luta entre a manutenção da hegemonia burguesa capitalista e a proposição de ocupação popular”.

O público de filhos e filhas da classe trabalhadora está cada vez mais tendo acesso à educação pública, mediante a promulgação das leis, como a constituição de 1988 e a Lei de

Diretrizes e Bases (LDB). A organização de mobilizações iniciadas ainda no período do regime militar que lutava pela implantação do sistema de governo República, cujo caráter é democrático e reivindica melhores condições de vida.

O Complexo foi construído, a partir das lutas do movimento social, mas este movimento efetivamente não participou da construção do currículo, então não está tendo uma proposta do governo de forma democrática. Para Saggiomo *et al* (2018, p.111), “esse espaço é representado apenas por uma minoria que impõe a sua concepção de educação, currículo, formação inicial e continuada de professores, etc.”. O poder público local não leva em consideração, as inúmeras razões para a participação e engajamento do MS no desenho curricular, haja vista toda a realidade cultural do seu entorno e a valorização das suas manifestações para existência da educação escolar neste território.

A escola é o espaço da educação formal que mais contribui no processo formativo do indivíduo, em diferentes sentidos e perspectivas, sendo um deles o aspecto da coletividade e o uso comum do conhecimento para melhoria popular. De acordo com Saggiomo *et al* (2018), a escola contribui para a permanência ou transformação da realidade dessa sociedade.

Para Saggiomo *et al* (2018, p. 115), a escola apresenta como “sua função democrática de decisão, disputa e escolha política e pedagógica”. Os autores (2018) explanam a importância da educação voltada para o trabalho, a gestão democrática como direito e dever da prática educativa e administrativa no cotidiano da escola.

Breder e Figueiredo (2019) em seu artigo “De sonhos e insurreições: fragmentos de um discurso (esperançoso) sobre a ocupação de uma escola pública em Petrópolis/RJ” ressaltam a educação no Brasil nas “políticas neoliberais dos anos 80 e 90, norteadas para a preparação de recursos humanos para a produção” (LIBÂNEO, 2012), afirmam como a ausência de uma política educacional que pode propiciar o desgaste da escola pública, a dependência as diretrizes das políticas internacionais e ao mercado neoliberal na mercantilização da educação.

Ainda segundo Breder e Figueiredo (2019, p. 507), “o objetivo básico da educação é a preparação do aluno para o mercado de trabalho e a competitividade dos mercados nacional e internacional”. Os autores em seus estudos abordaram a educação escolar, tendo como fundamental a preparação do educando ao mundo do trabalho seguindo as propostas do modelo econômico vigente e soberano nos países ocidentais, o qual é o sistema capitalista.

Os autores finalizam o pensamento, em compreender os significados singulares do movimento pelos jovens no processo de ocupações com a participação de pais, professores em uma relação dialógica com filhos e alunos que promoveram instrumento de subjetivação política. Nas mobilizações tiveram o zelo de demonstrar sensibilidade e cuidados nas ações

coletivas em um contexto que foram ampliadas as políticas educacionais enraizadas no modelo neoliberal.

O ponto debatido nos estudos de Breder e Figueiredo (2019) sobre as reivindicações dos jovens rurais em busca de educação e trabalho no Brasil destaca-se como centralidade às mobilizações por políticas públicas para educação que garantam o acesso à escola pública e ao trabalho digno, como também a formação da autonomia dos sujeitos.

A pesquisa documental de Farias e Lopes (2021) dos anos 2007-2016 em eventos nacionais nos propõe a refletir de que maneira o ambiente escolar está contribuindo e desenvolvendo para o reconhecimento dos jovens enquanto sujeitos de cultura de valor, superando processos educativos fora da realidade do alunado, e que muitas vezes, alimentam a desvalorização da cultura atrelada ao campo, não resgatando a importância dele para a formação dos sujeitos.

Segundo os autores, a reivindicação pelo acesso ao fundo público, por meio de políticas públicas sociais, faz-se mais presente, sendo pautada, de forma específica, na necessidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental e Médio (FARIAS; LOPES, 2021, p. 6).

No último periódico, o qual é um recorte de uma pesquisa de Souza e Catani (2019) que compõe uma tese de doutorado em desenvolvimento, elencou-se como categorias de análise: constatou-se o papel do Estado em relação à educação, as características das políticas educacionais e as ocupações como ato político de contestação.

No século XX, aconteceram vários momentos tencionados pelos regimes que dominavam neste período e alargavam as desigualdades sociais. Segundo Souza e Catani (2019, p. 478), “contra tal organização surgem os Movimentos Sociais transversalizando a dominação e resgatando o ideal de cidadania”. Esses grupos sociais lutavam contra essas organizações na medida em que buscavam alcançar seus objetivos.

Com o objetivo de relacionar Movimentos Sociais e educação escolar, pontua-se que este artigo em análise coloca como alvo as escolas prioritárias periféricas de São Paulo. O movimento teve repercussão nos dias seguintes da primeira ocupação, em 239 escolas. Souza e Catani (2019, p. 482), demonstraram a perspectiva de uma educação escolar que perpassa pelo conceito de direito universal, público e gratuito, confrontado, por meio de ação integrada da comunidade e do poder governamental.

A visão dos Movimentos Sociais é apoiada pela ideia da garantia de cidadania e conquistar o que não lhes foi garantido como direitos. Para Souza e Catani (2019, p. 487) “os movimentos sociais são a evidência mais palpável de que direitos não estão sendo respeitados”. A fragilidade individual de lutar é fortalecida pela construção do movimento social.

Os autores afirmam em sua pesquisa que:

“[...] o sistema capitalista tomou novas proporções nos dias atuais tornando-se, pela vertente neoliberal, ainda mais promotora de desigualdades sociais. No que se refere à educação esse modelo político determina políticas públicas e o fazer educativo” (SOUZA; CATANI, 2019, p. 487).

As impressões finais de Souza e Catani (2019) debruçam-se na compreensão que a educação brasileira ao ter interferência do capital está inexistente o sentido da formação plena para a cidadania regulamentada na CF de 1988 e na LDB de 1996 e, ponderam que:

“No Brasil, [...], tem-se refutado o modo autoritário da implementação da reforma curricular da educação básica, [...], parecendo ser mais uma manipulação política com a finalidade de atender ao modelo de sociedade que os capitalistas requerem” (SOUZA; CATANI 2019, p. 489).

As pesquisas aqui analisadas caminham na direção que os currículos da educação escolar são decorrentes da lógica neoliberal para atender obrigatoriamente o regimento do sistema capitalista. Os componentes para a formação do currículo incluem na organização estrutural, a valorização do sucesso individual e a competitividade entre os sujeitos.

Nas conclusões que estes estudos apontam, o processo da educação escolar não vai de encontro aos fundamentos da gestão democrática estabelecidos pela Constituição Federal – 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica – 1996 explanados aqui. Fundamentos esses, que entram em contradição com os interesses elitistas dominantes de manter a acumulação de capital, e geram inúmeras desigualdades sociais, inerentes a esse modelo econômico vivenciado no Brasil.

Ao concluirmos esta importante fase de levantamento dos periódicos realizados no site de periódicos da CAPES sobre a temática desta pesquisa evidenciamos a lacuna deste contexto para os estudos sobre a escola básica pública, fato que amplia a necessidade desta proposta de pesquisa para o campo da educação.

Nas duas dissertações e uma tese analisada da BDTD, é possível inferir, que o conceito de movimento social, é uma organização coletiva que busca alcançar o seu objetivo, através das mobilizações e dos conflitos. Há uma dialética política do grupo reivindicatório para almejar a transformação social dos sujeitos.

Para González (2020), em sua dissertação, a definição de movimento social pode ser compreendida como atividades que tem racionalidade com divergências entre formas distintas de construir política, pois os atores do MS organizam formas de participação segundo seus desígnios e suas coerências políticas.

O MS pode ser interpretado como uma articulação de um grupo de pessoas que atuam por uma causa, seja ela, de gênero, cor, raça, habitação, saúde, educação, entre outras. Os atores sociais apresentam conflitos de negociações, atitudes para alcançarem as suas metas de acordo com o seu ideário político.

Ainda segundo González (2020, p. 70):

Os ciclos de protestos, dentro da teoria do processo político, possuem uma importância central, pois nesses processos é possível identificar as maiores mudanças dos cenários políticos, podendo significar avanços ou recuos das suas reivindicações, mas também mudanças internas.

Neste sentido, os protestos dentro de uma escola inserida no contexto social, deve ser entendida como espaço de formação dos agentes aptos a serem sujeitos dessa história, pois com as mudanças pelas quais a dinâmica social, econômica e política reflete no MS, não se sabe, quais as consequências das intencionalidades presentes nas propostas de educação para esta localidade.

Dentre o desenvolvimento das fases de um movimento social, abordamos os conceitos de oportunidades políticas e as estruturas de mobilizações, os quais precisamos identificá-los como importantes categorias para entender o conflito no escopo desses movimentos.

Desta forma, a relação existente entre oportunidades políticas e estruturas de mobilização obedecem a um feitiço principal, decorrente da relação satisfatória entre o movimento social e o Estado, a fim de compreendermos o esforço do movimento.

De acordo com González (2020, p. 71), “as oportunidades políticas, em termos gerais, correspondem a mudanças na estrutura institucional, o que podemos interpretar como: eleições, trocas de autoridades, mudanças entre as forças políticas”. Pois, esta é uma intenção determinante para não acontecer as mobilizações.

A importância deste conceito tem como base a amplitude das estruturas de mobilização, uma possível força social geradora de oportunidades políticas. A criação de quais atuações, as ideologias pensadas e práticas desenvolvidas são as atenções dos atores que se envolvem no MS.

Para González (apud TILLY, 2020, p. 69) em seu estudo, pontua afirmando “[...] movimento social estamos compreendendo um conflito político de longo prazo no qual se enfrentam diferentes atores os quais desenvolvem uma política contenciosa própria devido ao fato de que são capazes de elaborar reivindicações coletivas”.

A ideologia é bem acentuada e percebe-se como contraditória entre o movimento social e as instâncias pelas quais eles enfrentam, gerando-se uma divergência política nos interesses e posturas truculentas tomadas em um dos partidos para defender as suas exigências.

A visão de González (2020) remete ao pensamento neoliberal da educação, diferentes propostas estatais desenvolvem políticas educativas, a partir de perspectivas econômicas, aparentemente, contrárias. Assim, podemos evidenciar um enfoque econômico para o desenvolvimento das políticas educativas que tem por decorrência a perda do sentido da educação humanizadora e cidadã para as pessoas.

Vieira aborda (2018, p. 44-45) em sua dissertação mediante a temática que “no movimento social os sujeitos que dele participam aprendem as possibilidades de resistência, de transformação e de proposição de novas alternativas”. A coletividade constantemente está em um processo de mutações, no sentido de examinarem quais as melhores ações para fortalecerem a sua militância.

Na pesquisa da autora percebe-se uma coerência com a linha de raciocínio de movimento social discutida e analisada nesta revisão da literatura quando retrata: “a educação primeiramente está presente no movimento no ato de lutar pelas condições dignas de produção existencial dos sujeitos envolvidos. Quer dizer que existe uma trajetória educativa para a construção da sociedade” (VIEIRA, 2018, p. 105).

A abordagem muito interessante na análise presente na dissertação de Vieira é a responsabilidade do Estado frente a educação formal e o confronto que ele tem com os Movimentos Sociais, como exemplo está em debate o movimento sem-terra, ao qual uma das suas pautas é em defesa da educação escolar pública, segundo Mariano (2016, p. 126):

O MST coloca-se na relação entre movimento social e Estado como um formulador e protagonista de um projeto educativo, com os interesses da classe trabalhadora, compreendendo que cabe ao Estado a responsabilidade pela manutenção da escola pública na sua totalidade (acesso, permanência, qualidade), mas cabe à comunidade, nesse caso a organização da classe trabalhadora a sua gestão, o que vai ao encontro de Marx para quem a escola deve ser um aparelho público e não um aparelho do Estado.

Para identificarmos a relação do objeto de pesquisa no trabalho de Vieira (2020, p. 92), delimitamos este trecho a seguir: “defende-se que esse protagonismo da luta das mulheres, proporciona incidências e transformações em diversas áreas das relações humanas, como a educação”. Podemos avaliar que o movimento das mulheres camponesas em buscar a igualdade de gênero dentro da escola itinerante do MST apresenta caráter educativo, em seu posicionamento político e na organização das suas práticas.

Ao longo do trabalho de Corso, temos “[...] o movimento de ocupação de escolas como um MS, que pode ser definido como ações coletivas realizadas em torno de um objetivo, cujo resultado transforma os valores e as instituições sociais” (CORSO, 2020, p. 18). Esta concepção contribui muito para refletirmos a importância das atitudes coletivas para a mudança de valores na dimensão humanizadora e a força dos jovens estudantes reivindicarem pela reforma do ensino médio proposta pelo Governo Federal nas escolas públicas estaduais no Paraná.

As manifestações fomentam a força juvenil, e é usada para terem resistência à Reforma do Ensino Médio proposta pelo Governo Federal por meio de uma Medida Provisória (746/2016 transformada na Lei 13.415/2017). Ainda segundo Corso (2020, p. 27):

“[...] O processo de mobilização dos estudantes por meio da ocupação da escola revelou-se como um processo em que eles foram aprendendo como indivíduo, mas também como coletivo e, a partir da experiência de ocupação, elaboram representações que a ocupação é sociabilidade, pertencimento, visibilidade e luta, sobretudo, pelo direito à educação e ao pensamento crítico”.

Diante desse ponto de vista, possibilita dizermos que a ocupação é um mecanismo de caráter educativo que aprendemos enquanto sujeito com vontade e desejos próprios, mas também no sentido do companheirismo com os integrantes do movimento.

De acordo com Corso (2020, p. 18) em sua tese, ela destaca dizendo, “de forma geral, os movimentos expressam diferentes realidades – greves, manifestações, mobilizações, ocupações, entre outras – e podem ser duradouras ou não”. O movimento, tem como uma de suas vertentes, sustentar-se em almejar o seu alvo e para isso, milita de várias formas. Os posicionamentos têm embates que podem ser resolvidos com breve período ou não.

Por conseguinte, Corso (2020, p. 27) concluiu que a ocupação foi a luta pelo direito à educação, ao pensamento crítico trazendo uma compreensão da desigualdade social na qual vivem os jovens da escola pública, cenário em que, muitas vezes lhes é negado o direito ao pensamento crítico. Relatamos esta experiência para ressaltar o pertencimento a esta escola e o movimento juvenil que buscou visibilidade e voz diante da condução das ocupações para pleitearem espaços.

Retomando as ideias de González (2020) e fazendo um paralelo entre os textos de Vieira (2018) e Corso (2020), observa-se que há uma relação essencial entre o MS e a educação escolar, sendo este um elemento para o incentivo e desenvolvimento do pleno exercício de cidadania, um dos pilares da escola básica pública e, é base para o debate político, uma eficaz ferramenta de consciência política dos alunos.

Os oito produtos analisados na revisão de literatura versam pela sólida parceria dos MS pelo eixo principal da formação do ser, nomeada educação, neste caso, a educação escolar em territórios e espaços de ocupação. Compreendemos a escola como um campo de luta de classes, conflitos e pode ser espaço de resistência contra o sistema capitalista.

O movimento social pela educação escolar é um dos vieses defendidos por Saviani que busca uma educação de qualidade, inovadora e eficaz com a classe trabalhadora, não de forma mecanizada e negadora de conhecimentos, ou seja, subserviente ao capital, formando sujeitos não pensantes.

O estudo do conhecimento revelou que existe a ausência da participação do MS na construção do currículo escolar. A educação escolar precisa trazer uma vertente política na formação do cidadão para o entendimento do mundo/sociedade, solução dos problemas e mudança da realidade em diferentes aspectos, mas em comum todas interligadas a dimensão política e econômica, na qual somos inseridos.

As pesquisas encontradas nestes últimos anos abordam que a educação defendida pelos MS é firmada em necessidades individuais e grupais, a noção dos direitos que deveriam ser materializados pelos órgãos públicos competentes torna-se um dos vieses destas organizações.

Abordar os movimentos sociais pela educação escolar no percurso da revisão da literatura demonstra que se impulsionou no período do regime militar contra as políticas educacionais para atender as políticas neoliberais do público empresarial, trazendo uma educação tecnicista voltada para uma educação mercantilizada, sem o viés democrático.

O movimento apoia-se nas mobilizações organizadas com a finalidade de receber uma educação básica de qualidade. Para Saviani esta estreita relação pode ser constituída de três formas debatidas na subseção da relação de MS e educação escolar. A relevância no engajamento nestes espaços de lutas coletivas é fundamental para a formação do indivíduo na sociedade.

Assim, é necessário que os membros do MS e o poder público envolvidos no processo de implementação do Complexo Educacional Parque Amazônia possam refletir acerca do seu engajamento na formação do sujeito na educação escolar, no sentido de discutir ações que contemplem os seus anseios e os da sociedade política local.

Neste sentido, a escola inserida no contexto social, deve ser entendida como espaço de formação dos agentes aptos a serem sujeitos dessa história, pois com as mudanças pelas quais a dinâmica social, econômica e política perpassa, refletem no movimento social. A partir de todas essas reflexões nesta revisão de literatura, concluímos e destacamos o quanto é

fundamental e necessário estudarmos sobre estes movimentos para a formação da sociedade brasileira livre, igualitária e consciente da cidadania.

Todas essas reflexões feitas nesta revisão de literatura também, constituem-se como base para a análise de dados. E partindo das abordagens desta revisão direcionamos nosso estudo para a análise dos dados coletados nas entrevistas e nas visitas de campo no Complexo Educacional Parque Amazônia nas seções 4 e 5.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISE DOS DADOS

Esta subseção explicita, a partir das narrativas dos diferentes entrevistados o breve histórico da construção da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, confrontando as realidades de seu antes e depois. Assim como também, abordamos a responsabilidade da comissão do movimento social em provocar o diálogo entre a comunidade Parque Amazônia e o poder público municipal em prol da construção do Espaço Educativo, porém sem deixar de atentar que o poder público tinha interesses mais políticos do que efetivamente social nessa conjuntura da concepção da escola na região periférica do bairro da Terra Firme no município de Belém do Estado do Pará.

Os resultados destacam que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, inicialmente, apontou para uma possibilidade de implementação crítica de uma educação popular. Todavia, seu processo existencial real, tensionado pelas conflitualidades próprias do campo político, foi tomando colorações diferentes até chegar nos dias atuais, ou seja, uma escola urbanocêntrica, disciplinar, conteudista e tradicional, agora com um agravante: a escola está com sua estrutura predial totalmente comprometida e será demolida. Por essa razão os gestores, professores, alunos, mobiliário, etc., foram remanejados para outro prédio no mesmo bairro, alugado pela SEMEC. O processo de reconstrução do prédio original desta escola encontra-se em processo de licitação, de acordo com informação da atual gestora escolar.

Os resultados possibilitam inferir que o Movimento Social Parque Amazônia não é mais organizado, contudo existem algumas lideranças que foram pertencentes a ele que continuam lutando por políticas públicas para a Comunidade e pela existência da “Escola Parque Amazônia” para a população. As demandas coletivas são levadas frente ao poder público municipal e aos órgãos competentes por estes representantes da Comunidade Parque Amazônia no intuito de serem solucionados para melhores condições de vida da classe trabalhadora do bairro da Terra Firme em Belém do Pará.

4.1 Dados organizados e confrontados

Os dados apresentados a seguir mostram que a ocupação do terreno onde construiu-se a comunidade Parque Amazônia era pertencente a uma área da Universidade Federal do Pará, logo no início o foco era por moradia, ou seja, cada família por si só, lutava para conseguir uma

parte no terreno para construir seu espaço de habitação, porém com o passar do tempo e os terrenos sendo divididos e as famílias conseguindo firmar-se no local, outras demandas foram surgindo, porém agora de maneira coletiva. Em comum acordo decidiram tirar uma parte do terreno para a possível construção de uma escola básica pública, um posto de saúde e uma praça, para isso criaram um movimento social com três comissões com o intuito de conseguir pôr em prática esses anseios dos moradores da comunidade. Assim, os ativistas foram divididos em três comissões responsáveis por cada demanda desta, entretanto dentre elas, a principal demanda era em prol da educação escolar. Sobre este contexto, a participante dos atos públicos e da comissão, Silva (2021) nos explana:

Invadimos dia 16 de agosto de 1990, para que nós tivéssemos uma escola, uma praça, um posto de saúde, fomos deixando os lugares de escola, praça. Retiraram invasores e construíram a escola, o poder público mais perto de nós. O poder público disse “para que uma praça?”, ele deixou os invasores lá onde iria ser a praça, mas não tiraram igual como tiram os que ocuparam no lugar onde hoje é a escola.

A moradora da localidade ao entorno da escola, egressa e funcionária do anexo do Complexo Educacional em questão, Campos (2023) expõe sobre o lugar em que ela foi construída, “Era alagado e um local abandonado com mato, era uma invasão. Procuraram um lugar com terra Firme para colocar a escola e lá já era aterrado, o resto era um rio, o único lugar com Terra Firme era lá”. O espaço mesmo sendo parcialmente aterrado, em sua construção levou muito aterro, pois possuía muita água em sua fundação. Para somar com este debate, Pimentel (2021), destaca:

Para a fundação da escola: O meu esposo foi um dos fundadores, convidado como vigia desde o canteiro da obra que o Hélio Gueiros veio inaugurar, vinha eu e minha filha ajudar a vigiar a escola. Este lugar pertence a UFPA, (área baldia), houve uma invasão e tinha muita água nesse terreno que invadimos, muita fé em Deus e Deus abriu as portas para ter esta escola aqui, entrou muito aterro para construir esta escola.

Houve a necessidade de ampla discussão entre a comissão responsável em mediar com a secretária de educação na época, esposa do prefeito Hélio Gueiros, pela construção da escola, no sentido de concretizar esta política pública para a população da área. O funcionário, Jesus (2022) explana:

“A comunidade Parque Amazônia se formou há muitas décadas, sendo apenas uma grande invasão. Sempre lutando para a escola sair do papel, após incessantes embates argumentativos dos líderes sociais [...], organizados em comissões em debate com a secretária de educação Terezinha Gueiros”.

Ele também explica sobre o espaço reservado para essa construção:

A escola foi construída em um terreno todo alagado e encharcado. O movimento social de bairro destinou um grande terreno para a construção de uma escola digna, grande e bonita. Naquele tempo quase não havia escolas no bairro da Terra Firme. E naquela área só havia a escola Solermo, mas que era muito pequena, e não comportava nem a metade das crianças da área. A escola Parque Amazônia sempre esteve do lado com a comunidade (JESUS, p. 2022).

A comissão do MS, incumbida pela construção do Complexo Educacional, era quem estava à frente para alinhar o diálogo com a comunidade, sempre dando um retorno de como estavam as negociações com a secretária de educação Terezinha Gueiros. Também, eram responsáveis, por idealizarem quais os tipos de manifestações seriam realizados para dá celeridade a questão, chamando a atenção da imprensa e da população Belenense, agiam com atos de fechar as ruas, queimar pneus, entre outros. Aponta o egresso, morador da comunidade Parque Amazônia e funcionário da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, Silva (2022):

Sempre teve lideranças que informavam a Comunidade sobre o processo da mediação com o governo municipal para a aquisição da escola. A escola é fruto de reivindicação, oficializada como área de ocupação que era necessidade o fundamental maior, porque era longe e as outras escolas não supriam a necessidade de matrículas para alunos que vinham da comunidade, além do Solermo ser longe e depois veio outras escolas para o bairro como Mário Barbosa, Estelina, Brigadeiro Fontenelle.

As análises feitas até aqui possibilitam que realmente houve a necessidade básica e conjuntural de ter uma escola básica pública neste ambiente periférico, devido à falta de matrículas nas escolas distantes e a falta de segurança para o deslocamento das crianças estudarem nas outras escolas, já que uma das garantias constituída na LDB é a criança estudar próximo a sua residência.

Propomos no início desta análise de conteúdo fazer os leitores perceberem a força da voz que uma organização coletiva pode trazer de benefícios e direitos para a população, e posteriormente abordamos o interesse do gestor local em construir esta escola. Tratamos assim em explicar a construção desta escola como benefício recíproco ao MS representante da comunidade Parque Amazônia e também para o gestor local da época.

Apesar do poder público municipal compreender a importância e a necessidade da construção da escola na periferia de Belém, este não quer opositor e nenhuma entidade social cobrando o que está garantido nas leis, sendo ameaça a ele. A imagem dos representantes públicos precisa demonstrar tranquilidade e a população ser neutra quando ela quer atingir os seus interesses. Segundo Oliveira (2023) “A dona Socorro [...] trabalhou na copa da escola e o Zé Maria sempre foi operacional. A dona Socorro não era efetiva, ela era prestadora”. Esta declaração deste servidor presente desde 1996, demonstra a troca de favores, entre as principais

lideranças sociais oferecendo emprego a eles e o poder público, no intuito deles serem silenciados e não trazerem embates argumentativos em busca dos direitos da comunidade Parque Amazônia.

O apoio dos cidadãos para participarem majoritariamente na eleição dispendo do voto ao candidato que apoiou a causa desta comunidade, o qual era do Partido da Frente Liberal (PFL) para a reeleição, não conseguiu o apoio político, pois silenciosamente eles defendiam ideais do outro candidato ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT). A sociedade também, buscava ficar neutra no sentido de alcançar os seus objetivos como a troca de favores e não procurar ser truculenta com o governo local, pois caso o seu partido perdesse, teriam as chances de se reestabelecer com as suas demandas pessoais com eles.

O Movimento Parque Amazônia tencionou fortemente o governo local, fizeram muitas mobilizações, e estiveram abertos a negociação para alcançarem a demanda da educação escolar. Na fala da liderança social, Souza no PPP explica “o prefeito prometeu construir a escola e fez um acordo com os moradores da Rua Angelim, eles doariam 5 metros de seus quintais para a construção do centro e a prefeitura construiria as fossas sépticas em suas casas. Assim foi feito” (BELÉM, 2016, p. 12).

O MS, deixa ser silenciado em alguns momentos por acoplar e concordar com as posturas inadequadas do governo municipal, pelo fato de ter alienações favoráveis. De acordo com Gohn, (1991, p. 43) “As experiências passadas, de cooptação, de atrelamento, de manipulação e outras, deixaram marcas profundas. E há uma memória disso tudo. De tal forma que ‘construir e buscar a solução com nossas próprias mãos’ passou a ser uma aspiração unânime”.

Assim, podemos apontar em nossa análise que estes acordos políticos são construídos de forma histórica e que procuram atender interesses de ambos os lados, tanto o movimento quanto o governo local, mas sempre o governo tenta ser o manipulador das situações. Posto essas considerações acerca da relação entre do movimento social e o governo local existente na época da criação do Complexo Educacional, trataremos na próxima seção a respeito de currículo e como este foi instituído na criação desta instituição.

4.2 Dialogando com o MS da comunidade Parque Amazônia: suas demandas e atuação na área da educação

É fundamental durante a coleta de dados termos diferentes visões quando nos remetemos a falar de um tema bem complexo, o qual é a temática do currículo. Apresentamos

também o tipo de educação que foi instaurado neste espaço escolar urbano periférico, a partir de uma visão crítica da realidade, revelando o percurso do movimento social, e que não participou da elaboração do processo formativo pedagógico da escola, o qual já veio pronto pela SEMEC e idealizada pelos seus funcionários. Sobre o desenho curricular da escola, o professor Júnior (2023) afirma:

O movimento social não participou. Já tinha o projeto feito da escola na inserção na sub-rede. Enquanto teoria, era o Pedro Demo, o referencial teórico, o deus, igual hoje como é Paulo Freire. O ISEBE pensou nas propostas pedagógicas e já vieram montadas da SEMEC, a destinação da escola era para ser um polo profissionalizante que não funcionou por falta de equipamentos e recursos humanos.

Todas as escolas do subsistema de desenvolvimento sustentável eram para alcançar o máximo possível da população Belenense e formá-los na educação básica e profissionalizante ao mesmo tempo. Os cursos profissionalizantes oferecidos estimulavam a prática manual e o intelecto era mais deixado de lado, pois não havia interesse em formar seres pensantes.

Mesmo o currículo sendo posto desta maneira, o estabelecimento do Complexo Parque Amazônia é sem dúvida um marco para o desenvolvimento do bairro da Terra Firme na periferia de Belém e o MS foi primordial para essa conquista, como evidenciamos em uma das questões levantadas na abordagem realizada durante as nossas entrevistas. “De que forma a participação do movimento social exerceu uma forte atuação, ao tencionar o poder público local na efetivação da demanda de uma educação escolar?”

A ocupação aconteceu pelo fato das ausências de políticas públicas habitacionais, falta de condições favoráveis de pagamento para aluguéis de casas, pessoas oriundas de outros municípios do Pará e do estado do Maranhão em busca de condições digna para viver a sua vida. As falas dos membros do MS Parque Amazônia descritas no PPP afirmam que “Segundo os líderes comunitários, João Batista Ferreira, José Maria e Maria José do Socorro Pinto Pimentel, esse terreno pertencia à Universidade Federal do Pará, mas as famílias que não tinham onde morar, começaram a ocupá-la em 1990” (BELÉM, 2016, p. 12).

A questão levantada na pesquisa instiga-nos a pensarmos como foi a forma de participação do movimento social ao cobrar do poder público municipal a efetivação da política pública educacional através da construção de uma escola de educação básica para a comunidade Parque Amazônia. De acordo com o PPP na seção sobre o histórico da escola “A construção dessa escola deve-se a luta das lideranças da Terra Firme. No começo da ocupação as lideranças reservaram essa área para a construção dessa escola” (BELÉM, 2016, p. 12).

O MS solicitou uma escola de educação básica, mais receberam além do que foi pedido, devido ao formato da escola possuir as características de uma Unidade de Desenvolvimento

Sustentável e também por ela ser de grande porte. A área da escola é bem extensa, medida em 3762 m², segundo a notícia do Jornal abaixo (figura 12).

Figura 12 – Imagem da notícia jornal “O Liberal”.



Fonte: Acervo do CENTUR (1996).

Ramiro Bentes era candidato a Prefeito de Belém e o seu partido tinha a mesma coligação do candidato à reeleição Hélio Gueiros. Ele estava em caminhada pelas ruas do bairro da Terra Firme fazendo promessas de campanha política, também esteve presente neste mesmo dia pela manhã na inauguração do Complexo Educacional Parque Amazônia acompanhado do gestor municipal e da secretária municipal de educação Therezinha Gueiros. A conquista de uma escola básica trouxe um marco significativo para o movimento social e também parou todo o bairro da Terra Firme no dia da inauguração desta escola.

Algumas UEDS, entre elas, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia foram inauguradas em 1996. Houve o encontro de autoridades políticas e de pessoas com cargo comissionados, como a secretária municipal de educação. Contudo, a escola já funcionava bem antes do tradicional corte da fita e dia oficial colocado na placa de fundação. Podemos constatar no relato do entrevistado Júnior (2023), a seguir:

Eu estava presente bem antes da inauguração. A data que está na placa é dia 26 de setembro de 1996, mas inaugurou de fato dia 27 de setembro de 1996, mas tenho dúvida, então vou perguntar ao Zé Maria que é a melhor pessoa que sabe de toda a história desta escola. Zé Maria a inauguração da escola Parque Amazônia foi dia 26 ou 27 de setembro de 1996? Porque na placa está dia 26, mas para mim foi dia 27. Zé Maria responde: foi dia 27 de setembro de 1996 que a escola inaugurou.

Podemos perceber também que quando há dúvida sobre a data de inauguração, o entrevistado Júnior (2023) reporta-se ao funcionário Souza (2023), e também afirma que ele é a pessoa que mais sabe de toda a história da escola em questão. O Souza além de funcionário

bem antigo da escola, ele também participou da luta como liderança do MS pela escola. Vale ressaltar que o dia de inauguração da escola em questão funcionou como uma “espetacularização” por encerrar o último mandato do prefeito Hélio Gueiros e ele estar candidato à reeleição deste cargo político. No documento oficial da escola, no PPP podemos verificar que:

Assim em meio a luta da comunidade a escola foi inaugurada, primeiramente como Complexo Educacional Parque Amazônia, no dia 14/09/96 se oficializou como Escola Municipal no dia 26/09/96 com o nome Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia (figura 13), na gestão do prefeito Dr. Hélio da Silva Gueiros e da secretária de educação do Município, a professora Dra. Therezinha de Moraes Gueiros. A primeira gestora foi a Psic. Ivone Aparecida Coutinho Favacho (BELÉM, 2016, p.13).

A troca do nome da “Escola Parque Amazônia” não influenciou em nenhuma tomada de decisão sobre o seu funcionamento. A regularização do nome foi consolidada no ato de inauguração feita pelo governo municipal. Intitulada como complexo educativo devido o número alto de salas de aula para comportar muitos alunos que inicialmente foi um grande quantitativo de crianças e adolescentes para estudar nesta escola básica pública inaugurada pelo gestor municipal de Belém, Hélio Gueiros no seu mandato que perdurou de 1993 a 1996.

Figura 13 – Imagem da placa de inauguração da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

A conquista desta escola foi estampada em muitos jornais da época, como a realização de um sonho para a comunidade Parque Amazônia e a concretização dos esforços do MS, resultados das suas mobilizações para a educação escolar. Houve o registro de um grande quantitativo de alunos para estudarem o nível ofertado, o qual é da educação infantil até a

conclusão do ensino fundamental maior. De acordo com o PPP, “A instituição possuía aproximadamente 1500 alunos, distribuídos, inicialmente em 04 turnos, com cerca de 80 funcionários, e um corpo docente formado por professores qualificados em nível superior e especialista na área de ensino” (BELÉM, 2016, p. 13).

Os jornais escritos da época divulgaram as notícias como um marco histórico para o bairro da Terra Firme feito pelo representante político local através de lutas sociais mobilizadas pelo grupo que ocupou esta área na década de 90. O jornal “O liberal” (figura 14) mostra o grandioso dia para esta área periférica, entretanto relatam “como uma invasão que ganha uma escola de 1,5 milhão de dólares”, mas não como uma eficaz política pública educacional e conquista do Movimento Social Parque Amazônia.

Figura 14 – Imagem da notícia jornal “O Liberal”.



Fonte: Acervo do CENTUR (1996)

A escola foi preliminarmente intitulada como Complexo Educacional Parque Amazônia (figura 15) estampada em notícia do jornal “O Liberal” da época, devido ser uma escola de grande porte, com uma estrutura física diferente das outras escolas comuns da rede municipal de Belém com muitas salas de aula e recebeu um quantitativo expressivo de alunos, veiculado no jornal escrito da época.

Figura 15 – Imagem da notícia jornal “A província do Pará”.



Fonte: Acervo do CENTUR (1996)

O prefeito Hélio Gueiros deixou seu mandato com problemas no setor da educação municipal, devido à falta de prestação de contas dos recursos financeiros para o pagamento dos funcionários da educação. No relato do professor Júnior (2023), ele diz:

Quando a escola foi fundada era o final da gestão do Hélio Gueiros, quando o mandato do próximo prefeito, Edmilson assumiu que implantou a escola cabana e teve dificuldades financeiras vindas de outro mandato, inclusive um mês de salário atrasado, deixando muitas mazelas em tudo.

Concluimos que a conjuntura que a escola foi construída sempre passou por muitos desafios para seu desenvolvimento, mas mesmo assim esses desafios ao longo desses anos foram bem mais positivos do que negativos pois trouxeram muitos benefícios as pessoas que vivem neste lócus.

Esta subseção partiu do princípio de mostrarmos a conjuntura política em que a escola foi construída perpassando também pelo seu currículo. A partir daqui damos sequência a nossa última seção apontando os espaços da escola no seu antes e depois, além de como hoje encontra-se o funcionamento dela no prédio alugado, além das perspectivas para a reconstrução do prédio original e ainda expondo outras falas de pessoas da comunidade em relação ao contexto e a importância da escola nos dias atuais.

5 A ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA E A SUA RELAÇÃO COM O MOVIMENTO SOCIAL E A COMUNIDADE LOCAL NA TERRA FIRME

O movimento social criado preliminarmente por moradia no Bairro Terra Firme (hoje Montese) no município de Belém, em meados dos anos de 1990, reivindicou e conseguiu objetivar uma escola voltada aos filhos e filhas dos moradores locais, a denominada “Escola Parque Amazônia da Terra Firme”, a qual foi resultado desse processo de ocupação espacial e configura-se como uma demanda social que mobiliza lideranças para mediar os conflitos existentes até hoje nesta escola e lutar pela pauta da educação básica pública de qualidade para a Comunidade Parque Amazônia na Terra Firme.

Porém esta conquista no ano de 1996 não foi o suficiente porque a escola precisa ser reconstruída, devido ter sido embargada pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Pará. A escola foi embargada para o seu funcionamento, por causa de problemas na sua fundação, porém está em processo licitatório, de acordo com informação da atual gestora escolar. A escola está funcionando em um prédio alugado pela SEMEC, desde o início do ano de 2022 e infelizmente não tem as condições necessárias para que eles estudem de forma adequada.

Uma das responsabilidades da escola é ensinar a prática da cidadania na sociedade, entretanto só os conteúdos para a aprendizagem não são suficientes, precisamos explorar como aplicar estes conteúdos nas vivências dos estudantes, para depois fazerem as intervenções em suas realidades. No PPP (2016, p. 13) é afirmado que, “A Escola de Ensino Infantil e Fundamental e EJA Parque Amazônia, desenvolve um trabalho ativo voltado para o compromisso de elevar a aprendizagem do educando, para a conscientização de sua visão de mundo, para a transformação da realidade social”.

A escola por ser sinônimo de luta social, pretende integrar a comunidade com a escola, visando também alcançar os desejos dos participantes que vivem na realidade dela, sendo a democracia um eixo fundamental da escola básica pública. O papel da escola no PPP (2016, p.13) é de que: “A escola procura o envolvimento da comunidade objetivando um trabalho democrático, por meio de reuniões, eventos, seminários, ações itinerantes realizadas através de visitas da escola às famílias e trazendo as famílias para a escola”.

No documento oficial, PPP, realmente há uma importância da integração da escola com todos ao entorno dela, afirmado também na fala da egressa, coordenadora pedagógica da escola em debate, filha de uma liderança do movimento social em questão e moradora da comunidade Parque Amazônia, quando declara “Esta escola ela já contribuiu muito para a comunidade, e de gestão para gestão. A escola estava de portas abertas para a comunidade e a comunidade entrava

para interagir, a escola depois de um tempo fecharam as portas para a comunidade, [...], de um tempo para cá voltou para a parceria” (PIMENTEL, 2022).

Os resultados apontam que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, inicialmente, apontou para uma possibilidade de implementação crítica de uma educação popular. Todavia, seu processo existencial real, tensionado pelas conflitualidades próprias do campo político, foi tomando colorações diferentes até chegar nos dias atuais, ou seja, uma escola urbanocêntrica, disciplinar, conteudista e tradicional, agora com um agravante: a escola está com sua estrutura predial totalmente comprometida e será demolida.

5.1 Dialogando com o MS da comunidade Parque Amazônia

Neste momento trouxemos as falas de pessoas representativas da escola (funcionários, moradores e ex-membros do MS) para compreendermos se ainda há existência do movimento social atualmente, o qual teve sua participação na história da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia. Também abordamos a permanência de algumas lideranças que atuam na área da educação.

Dos segmentos das lutas do MS, a que está em discussão é o campo da educação. Para a egressa Campos (2023), “A participação da comunidade é muito importante, foi muito importante. Lembro quando aconteceu a inauguração da escola, foi um evento grandioso, onde o bairro da Terra Firme parou para este acontecimento”. A celebração no ritual de abertura de funcionamento da escola significou um momento ímpar para todos os que se envolveram para alcançar esta conquista e todos que estavam recebendo este direito. Um dos primeiros servidores públicos a chegar no espaço educativo e que permanece até hoje com a função de secretário escolar, esclarece em seu ponto de vista que:

A escola foi inaugurada em 1996. A inauguração da escola foi um marco de visibilidade para toda a comunidade, foi uma conquista de direitos básicos que todo o cidadão tem direito de usufruir no nosso país. É uma conquista de direitos. Representa direitos, constrói memórias positivas do bairro, na luta por melhorias sociais. Muitas gerações já foram formadas pela escola (JESUS, 2023).

Durante as narrativas das entrevistas alguns nomes assemelham-se e outros diferem, pois, cada pessoa tem o seu ponto de vista e uma participação na história desta escola local. Segundo funcionário, Oliveira (2023), as principais lideranças foram: o “Zé Maria, Dona Auta, Dona Branca e a Dona Socorro infelizmente não pôde responder outras perguntas porque faleceu”. De acordo com Pimentel (2023) “Os três linhas de frente eram a minha mãe Dona

Maria, Zé Maria e Dona Auta” e para Silva, (2021) a “Suely, Auta, Jurandir, Rosângela, Socorro (líderes da comunidade)”. Estas pessoas foram fundamentais na mobilização pela construção do Complexo Educacional Parque Amazônia.

Assim com esta investigação sobre como está a atuação do MS que lutou pela fundação desta escola, aponta o professor LIMA (2023) “Apesar das mudanças políticas ocorridas ao longo dos anos da existência da escola Parque Amazônia, ainda existe boa organização comunitária que busca melhorias em vários serviços, como: saúde, educação e saneamento”. Contudo, a fala dele representa que não existe mais o Movimento Social Parque Amazônia, mas há disposição da Comunidade em defesa pela escola pública básica.

No ano de 2022 uma das lideranças veio a óbito devido a um Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), entretanto ainda participou da entrevista parcialmente, para posteriormente os dados serem analisados. A sua filha é egressa, moradora da comunidade e funcionária do lócus. Para Pimentel (2023), explica: “Com o falecimento dela, não sei o que vão fazer, mas a liderança está atuante, Zé Maria, Dona Auta, para não fazerem a retirada da escola ou um abandono, qualquer movimento de invasão eles chamam a imprensa e tomam outras decisões”. Podemos compreender que não há mais o movimento, mas alguns atores permanecem lutando em prol de toda Comunidade Parque Amazônia.

O Estado entre as suas responsabilidades com a população, tem a obrigação de arcar com o dever de educação, como política pública. Nada deve ser feito, portanto, no sentido de ajudar o Estado elitista a descartar-se de suas obrigações. Pelo contrário, “dentro de suas escolas comunitárias ou dentro das escolas públicas, as classes populares precisam, aguerridas, de lutar para que o Estado cumpra com o seu dever” (FREIRE, 2007, p. 79). As mulheres, negros, periféricos, pessoas com deficiência, pertencem a classe popular e precisam dar as mãos frente ao Estado em busca da escola pública básica de qualidade, sendo uma demanda social para toda a sociedade.

Neste sentido de esclarecer se há ainda a organização do MS, explica o ativista Souza (2023), “Defendendo, o movimento se fortalece juntos, com uma comissão de representante que luta pela escola e por outras demandas, como o saneamento, segurança, cultura”. Estas pessoas permanecem residindo na Comunidade Parque Amazônia, e fazem o movimento frente ao Estado e as instituições públicas cabíveis, de alcançar objetivos em razão da melhoria na educação básica pública dos filhos e filhas de trabalhadores dos moradores locais.

Hoje há um grupo que participou do MS Parque Amazônia que continuam cobrando as políticas públicas de responsabilidade do Estado e resistindo com toda a burocracia imposta por ele a classes populares. Sobre a questão burocrática, Freire (2007, p. 76) afirma que “As

estruturas pesadas, de poder centralizado, em que soluções que precisam de celeridade, as arrastam de setor a setor, à espera de um parecer aqui, de outro acolá, se identificam e servem a administrações autoritárias, elitistas e, sobretudo, tradicionais, de gosto colonial”.

Os mentores quanto a questão pedagógica da escola Parque Amazônia, anteriormente foi falado por um dos entrevistados de ser o professor Pedro Demo. Mas, houveram as pessoas da comunidade que idealizaram um espaço educativo na comunidade Parque Amazônia como política pública que favorecesse todos ao seu entorno, no sentido de trazer mais segurança, por ser próximo para o deslocamento dos alunos e a na garantia de ter educação básica pública.

Zé Maria e a Irmã Socorro, mentores de criação que foi feito abaixo-assinado, deram a cara a tapa na prefeitura para que hoje tenhamos esta escola. O Hélio Gueiros fez a escola como obra eleitoral porque era no ano eleitoral e ela foi fruto de luta mesmo que deve ser estas duas pessoas deram à cara a tapa (SILVA, 2022).

Possuir uma forte atuação de participação popular e a comunidade escolar exercendo autonomia não significa que o Estado deve abster-se de ofertar a educação pública de qualidade como demanda social. Freire (2007, p. 78) explica que “A autonomia da escola não implica o Estado fugir a seu dever de oferecer educação de qualidade e em quantidade suficiente para atender a demanda social”. A oferta da educação escolar pública é obrigatória para todos os cidadãos e precisa ser de qualidade, ou seja, com estrutura física, corpo docente qualificado, material escolar e entre outras características.

Retornamos em 2023 ao lócus da investigação para a finalização desta pesquisa de campo, resgatar alguns dados confusos e indagá-los com outros questionamentos na perspectiva da conclusão da análise dos dados. O entrevistado Júnior (2023), afirma quando instigado sobre a existência do Movimento Social Parque Amazônia: “Como um movimento organizado não mais”. Possibilita-nos expressar com esta declaração que não há hoje um grupo organizado como MS pela política pública da educação escolar da comunidade Parque Amazônia.

Com a finalidade de somar este debate, trazemos o teórico Freire (2007, p. 78) que afirma: “Gostaria de encerrar minha contribuição a este encontro dentro do tema sobre que me coube falar insistindo em que a participação comunitária, no campo em torno do qual falei mais, o da escola, em busca de sua autonomia, não deve significar, para mim, a omissão do Estado”. A presença atuante da comunidade em busca de autonomia dentro da escola, não pode ser descartada e a responsabilidade do Estado enquanto quem tece toda a política pública educacional para a sociedade. Ouvir as falas dos envolvidos no processo de construção da Escola Parque Amazônia é primordial para comprovarmos as lutas e a importância do movimento social na conquista de direitos.

5.2 Desdobramentos das conquistas da escola Parque Amazônia

A escola municipal de educação infantil e ensino fundamental Parque Amazônia, foi inserida na proposta de ser uma UEDS na sub-rede de educação de desenvolvimento sustentável da rede municipal de educação de Belém. A escola foi idealizada para não ser tradicional, mas sim um modelo de educação diferenciada na rede pública municipal de Belém. Contudo, o funcionário Júnior (2023) explica, “A escola não foi feita para dar certo, apesar de na teoria ter sido investido 2 milhões e meio de dólares construído em área de invasão. [...], a escola não foi minimamente equipada em termos de quantidade e qualidade com os materiais necessários ao fim teoricamente proposto a ela”.

Uma das lideranças que participou do Movimento Social Parque Amazônia explica que o projeto da escola foi diferenciado para a educação básica pública do município de Belém e principalmente para o bairro periférico da Terra Firme. De acordo com o Souza (2023) “Nós pedimos uma escola, mas não exigimos de grande porte porque na rede municipal de Belém, neste formato diferenciado temos a escola Parque Amazônia, o Liceu do Paracuri e a escola Bosque, todas as 3 escolas grandes que a SEMEC tem”.

Na escola logo após a inauguração começou a aparecer problemas técnicos em várias estruturas, como a parte hidráulica, elétrica e entre outras. É fundamental a regulação dos elementos básicos para o funcionamento da escola. Souza (2022) explica que: “Quando o Edmilson entra em 1997, [...] começou a aparecer problemas, hidráulico, bomba, infiltrações”. Posteriormente estas situações de infraestrutura foram se intensificando com as trocas do governo municipal de Belém.

No trecho da entrevista do professor Júnior (2023), constatamos uma importante questão: “A escola nunca passou uma semana, sem problemas graves, ela sempre foi problemática, o pior foi do cano e da piçarra que não entrava nem ambulância. Teve períodos de 2 semanas sem água e 1 sem energia elétrica e já teve problemas de esgoto, também muitos anos sem extintor ABC”. Os graves problemas do prédio da escola sempre existiram, e hoje mesmo funcionando em outro espaço, eles permanecem.

O MS em meados do ano 2010, buscou a conquista de soluções para os problemas enfrentados pela escola na aquisição de uma quadra poliesportiva coberta para os alunos e para a própria comunidade, pois a que tinha, não possuía cobertura (figura 16). O professor Lima (2023), presente desde 1996, explica “A referida quadra veio para atender reivindicações antigas, a fim de atender necessidades relativas a espaços físicos para reuniões e lazer da comunidade”. A reconstrução foi inaugurada em 2012, porém passou por um processo longo

de obra com o novo piso, arquibancada e uma cobertura, conforme a imagem abaixo (figura 17).

Figura 16 e 17 – Imagem da construção da quadra poliesportiva com cobertura da “Escola Parque Amazônia”.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

O espaço pertence a escola, mas também é coletivo para o acontecimento de palestras, ações sociais com parcerias do governo ou de igrejas, reuniões escolares e de mutirões na comunidade, programações das diferentes religiões, jogos esportivos de usufruto da população em intervalos não usados pela escola, também acontecem atividades de educação física e de lazer para os alunos. O secretário escolar, Oliveira (2023) afirma “Em 2013. Foi um projeto de quadra coberta, fizeram Solermo, Estelina e todas as outras receberam quadra coberta”.

Podemos observar a partir de alguns trechos das narrativas que a escola é sinônimo de representatividade para a comunidade Parque Amazônia, fruto das lutas diárias do MS que não permite a inexistência desta escola para a população ao seu entorno. Para o professor que está mesmo antes da inauguração da escola em 1996, Júnior ressalta (2023) “[...] é que na visão deles, a educação é muito importante, isto evidencia a valorização na educação, foram eles que possibilitaram a escola existir, com esforço deles de pressionar os políticos para a construção da escola, [...]”. A educação significa a esperança de formação para o exercício pleno da vida e de transformação da realidade social individual e coletiva.

No ano de 2021 observamos durante as visitas, o mato bem crescido dentro da área pertencente a escola, podemos perceber a possibilidade de abandono do poder público competente para a sua manutenção. No ano seguinte para registros mais atualizados, o mato continuava muito grande com resíduos sólidos e pedaços de madeira, conforme está exposto na imagem a seguir (figura 18).

Figura 18 – Aspectos da realidade interna atual da Escola Municipal de Educação Infantil e ensino Fundamental Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

Há uma coletividade que busca melhorias para toda a comunidade, mesmo não havendo mais o Movimento Social Parque Amazônia. Percebemos durante a pesquisa de campo e as entrevistas que alguns continuam travando lutas para as melhorias em alguns setores tanto na esfera municipal, quanto na esfera estadual. Verificamos também no trecho da entrevista do professor que está presente desde 1996 na escola, sobre:

Apesar das mudanças políticas ocorridas ao longo dos anos da existência da escola Parque Amazônia, ainda existe boa organização comunitária que busca melhorias em vários serviços, como: saúde, educação e saneamento. Em relação a escola, o foco está voltado para a reconstrução física. O fato de ter a escola funcionando em um prédio alugado, com estrutura deficitária e distante da comunidade incomoda bastante a todos (LIMA, 2023).

A escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia, foi gerada pelas lutas de lideranças sociais. Ela tem uma representatividade muito importante para toda população do bairro da Terra Firme, em especial da Comunidade Parque Amazônia. Toda a comunidade está insatisfeita com as condições do prédio inaugurado em 1996 e mobilizam-se para a sua reconstrução, pois esta escola é uma política pública que beneficia a todos.

Após a escola ter sido saqueada em 2022 logo após o término da mudança dos materiais para o novo prédio alugado pela SEMEC, houve o pedido das lideranças sociais da comunidade Parque Amazônia e da direção escolar frente a nova gestão da SEMEC para a construção da

reforma de um muro, no sentido de segurança e meliantes não adentrarem mais o espaço escolar, assim como para coibir as atividades ilícitas que estavam ocorrendo após o término de seu funcionamento. O muro da escola foi reformado em 2022 por uma empresa terceirizada contratada pela Prefeitura Municipal de Belém, podendo ser visualizada nas imagens a seguir (figura 19 e 20).

Figura 19 e 20 – Imagens do muro reformado da Escola Municipal e Ensino Fundamental Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

Como forma de evidenciarmos o que houve na estrutura física do prédio inaugurado em 1996 após o furto na escola, é possível através de imagens fotográficas, narrativas das entrevistas e a pesquisa em campo de 2021 até final de março de 2023 que ambos alimentam a mesma realidade caótica. De acordo com a liderança Zé Maria (2023), “As pessoas saquearam as telhas e a estrutura de ferro que estava querendo desabar porque esta parte que é pesada. Está previsto no final de março para abril a construção da escola, pois estão em período de licitação”. Podemos notar a estrutura da escola com telhas em 2021 e no ano posterior sem telhas, de acordo com as imagens abaixo (figura 21 e 22).

Figura 21 – Imagem do prédio original da escola com telhado e as estruturas de ferro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2021)

Figura 22 – Imagem da escola após o saque das telhas e das estruturas de ferro.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

As fotos servem para mostrarmos como funcionava a escola no prédio original inaugurada em 1996. Com isso, como forma de complementarmos essa fala, expomos as narrativas das entrevistas sobre o surgimento da escola, a sua evolução, os conflitos, as diferentes gestões municipais que favoreceram impactos positivos e negativos para ela. Além das mutações que houveram durante o ano de 1996 até 2023, entrelaçaremos qual foi a relação do MS e da comunidade Parque Amazônia com este Complexo Educacional.

Durante a visita de campo realizada em 2022, podemos perceber o possível abandono da SEMEC, enquanto a comunidade e a gestão escolar cobram para a construção do novo prédio. É possível observamos como está a estrutura do prédio que será implodido e construído novamente (figura 23 e 24). Também é possível verificar a ausência de lâmpada (figura 25) quando houve o saque na escola em 2022.

Figura 23 e 24– Aspectos da realidade interna atual da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

Figura 25 – Lâmpada saqueada.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

Durante as visitas de campo no ano de 2021 existia o portão de entrada à escola. No ano de 2022, quando realizamos alguns registros fotográficos para a pesquisa podemos notar que o portão para coibir o livre acesso à escola não existia mais (figura 26), propiciando continuar atividades ilícitas, também devido à pouca segurança pública na área da escola municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia.

Figura 26 - Escola inaugurada em 1996 sem o portão de entrada e saída.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

As imagens acima mostram um pouco da história do Complexo Educacional Parque Amazônia durante os anos de seu funcionamento, as condições de infraestrutura precárias em muitos pontos que culminaram na completa interdição do prédio.

Daí na nossa última visita de campo no dia 27 de fevereiro de 2023, foram feitos os registros fotográficos de todos os espaços pertencentes ao prédio alugado pela SEMEC para o funcionamento da escola Parque Amazônia enquanto há o processo burocrático e a sua reconstrução. De acordo com a orientação da diretora da escola, a coordenadora Regina iria acompanhar-me, contudo a coordenadora Nydia foi quem estava com disponibilidade no dia da visita. Também fez algumas exposições e relatos sobre as situações de infraestrutura do atual prédio alugado que funciona a escola Parque Amazônia.

A infraestrutura encontra-se insalubre, em termos de iluminação, salas com ausência de climatização a serem arejadas, espaços inadequados para funcionamento da cozinha e do refeitório, entre outras situações que posteriormente poderemos observar através de fotos. O prédio original está com previsão para iniciar as obras no mês de abril de 2023, porque está em processo de licitação de contratação da empresa, relatado pela coordenadora Nydia.

Os primeiros espaços que a coordenadora do turno da manhã e professora do fundamental menor a tarde mostrou-me, foram as salas que funcionam a secretaria que ficam os auxiliares administrativos, do secretário escolar, o arquivo, a direção e uma outra. Podemos notar que as salas são muito pequenas (figura 27), sem espaço para o movimento das pessoas necessário para a sua funcionalidade, algumas divisórias estão incorretas porque há o eco da conversa de uma sala para a outra, já que não é fechada a divisória até o teto (figura 28). Este ambiente já se encontra refrigerado.

Figura 27 e 28 – Espaços de funcionamento atual da gestão e secretaria escolar da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Após esta etapa de visita, fomos direcionadas as salas de aula. Segundo a Nydia durante a nossa visita de campo, as salas são muito quentes e baixa luminosidade, e só há 02 ventiladores e a inexistência de janelas não suprem a necessidade adequada de ventilação, devido a nossa região norte ser bem quente. Ela também ressaltou que gastou do seu próprio bolso para pagar profissionais e materiais da instalação em colaboração financeira em partes iguais com a outra coordenadora da manhã para instalar a split na sala da coordenação pedagógica e do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

As salas de aula do andar superior têm o telhado e conseqüentemente o forro baixo favorecendo esquentar mais ainda, além do fato de não ter janelas, por este motivo foram abertos provisoriamente buracos (figuras 29 e 30) para a entrada de ar, sendo em algumas colocadas grades e outras não, devido à ausência delas. A coordenadora relatou que depois será fechado estes espaços para entrada de ar porque as splits serão instaladas nas salas de aula. Vale salientar que foi explicado por ela que no turno da tarde é bem complicado a situação do calor, reclamado muito pelos alunos e pelos professores. As salas são pouco arejadas (figuras 31 e 32) devido antigamente funcionar a escola particular Jean Piaget e todas as salas tinham ar condicionador, existia a cantina e não cozinha com o refeitório.

Figuras 29, 30, 31 e 32 – Imagens das salas de aula no térreo e no 1º andar da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

As únicas salas de aula que possuem refrigeração com Split, são a sala do AEE (figura 33), sala de informática (figura 34) e a sala de biblioteca. Por isso, foi indagado sobre a solução desta problemática vivenciada pela maioria da escola. Então foram nos mostrados os ar-condicionados que não são suficientes para todas as salas de aula e ventiladores que estão esperando para a chegada de mais, pelos profissionais e materiais advindos da SEMEC, pois demora muito devido a licitações e burocracias.

Figuras 33 e 34 – Imagens da sala de aula do AEE e de informática da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Por conseguinte, ela retratou o espaço para o funcionamento da cozinha, o qual é inapropriado, por ser um local aberto (figura 35) e com o contato das outras pessoas (figura 36), sem ter o espaço adequado para a entrega do lanche às crianças. Podemos perceber nas fotos que não há janela ou grade para a entrega da merenda (figura 37), toda a comunidade escolar passa pelo local visualizando como está sendo o preparo do lanche e o manejo dos alimentos, causando desconforto as merendeiras e ao merendeiro. O refeitório é um espaço bem quente (figura 38), pois há poucos ventiladores, e funciona nos fundos o depósito de carteiras inutilizadas e outros materiais defeituosos.

Figuras 33 e 34 – Imagens da sala de aula do AEE e de informática da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Figuras 37 e 38 – Imagens do local da entrega do lanche e funcionamento do refeitório da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Outro fator exposto pela coordenadora pedagógica foram as dificuldades de relações interpessoais com os trabalhadores do apoio, porque eles ficam muito tempo ociosos mesmo tendo atividades laborais para fazerem. As imagens a seguir descrevem sujeiras atrás do armário (figura 39), o animal artrópode barata (figura 40) andando próximo ao bebedouro e a cozinha da escola.

Figuras 39 e 40 – Lugar insalubre no 1º andar e o artrópode próximo ao bebedouro da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Podemos observar que o bebedouro está com defeitos (figura 41), pingando água de forma inadequada, pois tem um balde sendo preenchido para não cair no chão e um controle de energia (figura 42). Também a funcionária nos relatou sobre o calço (figura 42) que tem no pé do bebedouro feito pelos próprios funcionários e também é emprestado para a escola. O bebedouro não tem uma bandeja de copos disponíveis porque, mesmo estando na pandemia da

Covid 19, nem todos possuem garrafinhas ou copo próprios orientadas pela escola para trazer para o seu uso individual.

Figuras 41 e 42– Imagens do bebedouro da atual instalação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

O ambiente que fica localizado os banheiros feminino e masculino para uso pessoal, apresenta sérios problemas quando a prevenção de doenças infectocontagiosa por não ter tampa no vaso sanitário. Existe também, a precariedade na iluminação, que é prejudicial, principalmente para os alunos do horário noturno. Há também a ausência de papel higiênico para uso pessoal que deveria ser disponibilizado como material de higiene. Conforme podemos visualizar nas figuras 43 e 44, expostas abaixo:

Figuras 43 e 44 – Imagens do banheiro da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

Durante a visita da pesquisa de campo percebemos, parte do arquivo da secretaria, no lugar inadequado, abaixo da escada, por não ter depósito para estes materiais (figura 45). Também, há falta de armário para guardar livros (figura 46), o carrinho de carregar água

próximo ao armário no segundo piso obstruindo o espaço (figura 47) e a falta de depósito para guardar os utensílios de limpeza (figura 48).

Figuras 45, 46, 47 e 48 – Locais inadequados para o manejo de objetos e livros armazenados da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

A pia de lavar as mãos fica do outro lado do banheiro, tendo que andar fora para o alcance do lavabo. Ela está localizada em um espaço inapropriado, o qual é na parede da sala da coordenação pedagógica (figura 49). Na pia não contém sabão, toalha ou papel toalha para enxugar as mãos, além que fica do lado oposto do banheiro, devendo ser próximo para a higiene das mãos e bucal.

Figura 49 – Imagem da ausência de materiais para a higiene das mãos após o uso do banheiro da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022).

Mesmo com a mudança para outro prédio, as infiltrações permanecem, como podemos visualizar na imagem a seguir (figura 50), entretanto algumas já foram consertadas. Parece que existia um escovódromo infantil próximo onde estão localizados o bebedouro e a cozinha, colocaram várias vedações para não escapar água como podemos verificar na imagem adiante (figura 51). Percebemos que a parte hidráulica está com instalações inadequadas, como mangueiras nas paredes da cozinha. Também, há pontos com goteiras no espaço físico quando chove no espaço físico alugado pela SEMEC para o funcionamento da escola.

Figuras 50 e 51– Aspectos estruturais da realidade interna da atual instalação da Escola Parque Amazônia.



Fonte: Acervo da pesquisadora (2022)

A escola municipal de educação infantil e ensino fundamental Parque Amazônia sempre passou por problemas de infraestrutura em seu prédio original e no espaço de funcionamento alugado pela SEMEC no ano de 2022 permanecem as dificuldades estruturais enfrentadas pela comunidade escolar. Sobre estas situações técnicas, o professor que está presente desde a fundação da escola e permanece atuando como professor de matemática relata:

A escola atendeu realmente e foi além da expectativa destas pessoas que lutaram pela escola e nesses 27 anos muitos benefícios vieram através da escola, não somente pela questão do ensino aprendizagem, mas também de outros benefícios, aterro, esgoto, asfalto, uma série de outros benefícios vieram por outros motivos, mas que a escola também teve sempre muito presente, recebendo eventos, palestras, não só recebendo, mas motivando também, teve muitos momentos políticos, formação pedagógica em vários segmentos da sociedade, na formação política, econômica, social, a escola teve tudo isso. Os jovens tiveram desenvolvimento, crescimento profissional, social, inserção social, ascenderam intelectualmente, muitos foram para a universidade adentraram no ensino superior, moram por aqui e outros não moram mais por aqui (LIMA, 2023).

Os graves problemas do prédio da escola sempre existiram, e hoje mesmo funcionando em outro espaço, eles permanecem. Contudo, a escola tem um significado muito relevante para todos da comunidade Parque Amazônia e em especial para o MS que lutou por esta conquista da educação escolar. O primeiro PPP (1997, p. 4) aborda “Neste sentido a educação precisa ressignificar suas concepções para que possa atuar de forma articulada com os movimentos sociais, e construir integradamente uma nova consciência coletiva a fim de possibilitar melhores condições de vida para todos”. Muitos dos egressos do espaço educativo em debate ocuparam espaços formativos na sociedade e tornaram-se pessoas humanas em busca de uma sociedade melhor.

Com isto, a membra do movimento, que fez parte do processo de ocupação, lutou pela existência da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia e que tanto contribuiu em outras áreas para advir recursos e serviços públicos para a Comunidade, explica-nos sobre a representatividade da escola para ela, Pimentel (2021):

Para mim, esta escola significa muita coisa, essa escola faz parte dos 3 projetos, escola Parque Amazônia, projeto família saudável, base comunitária, são as meninas dos nossos olhos, nós que conseguimos, Deus me usou como canal para fazermos alguma coisa por esta escola, nós que conseguimos estes ganhos para a comunidade. Se não tivesse esta escola aqui, os alunos estudariam mais longe e com mais dificuldades. Sou muito feliz por ter esta escola aqui.

Toda a comunidade Parque Amazônia defendia a importância da educação escolar, representada pelo MS perante o governo local, pois para eles é a possibilidade de formação

plena para o exercício da cidadania e garantia para a mudança de condições favoráveis para viver na sociedade. Para o funcionário Júnior (2023):

Eles foram responsáveis pela escola existir, algum deles fizeram parte do corpo de funcionários da escola, como o Zé maria, vejo a escola pela figura deles. Já pensou invadir, e deixar um terreno para a escola, que é um grande terreno, é que na visão deles, a educação é muito importante, [...].

O professor de história em sua declaração oral, afirma “[...], a educação é muito importante, isto evidencia a valorização na educação, foram eles que possibilitaram a escola existir, com esforço deles de pressionar os políticos para a construção da escola, mesmo que estas verbas não tenham se concretizado em equipamentos e estrutura física” (JÚNIOR, 2023). Assim, mesmo diante de todas essas situações enfrentadas pela comunidade muitas vezes desfavoráveis, o Complexo Educacional Parque Amazônia é um oásis para a população do bairro da Terra Firme em Belém e deve sim ser reconstruída e continuar trazendo mais benefícios para todos.

5.3 Outras vozes: a voz da comunidade local

Esta subseção apresenta os principais trechos narrados durante as entrevistas para compreendermos a realidade de como surgiu a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Parque Amazônia no bairro da Terra Firme. Este Complexo Educacional foi pauta de lutas coletivas que nasceram de uma ocupação e é a única Unidade de Desenvolvimento Sustentável criada com características de mobilização social. O funcionário Oliveira (2023) expressa:

O movimento social fez parte diretamente da criação do processo da construção, da briga pela localização, pelo terreno, eles que fizeram parte para as famílias assentadas, hoje já são outras, poucas que permanecem nos dias de hoje, já mudaram. Fizeram quando eu cheguei aqui, foi no dia 1 de abril de 1996, já tinha o professor Lima, professor júnior e a professora Marina. A Marina já se aposentou. Porque os outros permanecem? Porque ela já tinha tempo de serviço para aposentar.

Neste mesmo sentido, outro funcionário que também estava presente igual o anterior desde 1996, reafirma o ponto de vista sobre a criação desta instituição escolar, na perspectiva da importância do movimento social para a construção desta escola na comunidade Parque Amazônia. Ele também retrata a intervenção do vereador Castro que fez a mediação do MS com a secretária de educação da época. Segundo Lima (2023):

O movimento social teve toda importância na ocupação da área Parque Amazônia e na reserva do espaço, onde a escola foi construída. Pessoas mais maduras politicamente se organizaram para guardar o terreno para a escola. Além disso,

convenceram a secretária de educação, Terezinha Gueiros, de que além de necessária a escola era viável, e até hoje a escola é de grande importância para a comunidade. Ressalto a importância do vereador da época Raimundo José de S. de Castro, que aproximou os representantes da comunidade a professora Terezinha Gueiros, secretária de educação.

Os líderes sociais e os moradores apresentam desconforto na relação interpessoal entre eles, pois há divergência de posicionamentos. Há também uma forte resistência quando o gestor (a) da escola não tem um alinhamento com os ideais da comunidade ao seu entorno e desencadeia conflito, às vezes até a negação da pessoa em continuar com o cargo na escola que tem a característica de ser popular. A líder social e moradora da comunidade Silva (2023) retrata:

Suely ficou tomando conta de tudo e arrumou uma vaga de trabalho na escola, se ela participou do PPP, mas ela nunca repassou nada para nós, eu, Zé Maria e a Socorro. Depois Zé Maria entrou na escola como funcionário e é até hoje, Socorro também participou como funcionária da escola.

Nas narrativas durante a entrevista do egresso e morador da comunidade Parque Amazônia sobre a sua concepção do seu processo de desenvolvimento, Silva (2022) diz, “O acesso à educação de qualidade. Têm muita gente formada e com oportunidade de concluir todo o ensino fundamental na escola Parque Amazônia, algumas ingressam na escola Parque Amazônia e iam para outra instituição fazer o ensino médio”.

A escola local traz sentimentos e significados para a vida da pessoa que está em formação, seja ele interligada a ela com alguma função, como membro do movimento social, comunidade, funcionários, mas principalmente para os egressos. Para Campos (2023), afirma “Tenho muito orgulho de ter sido uma aluna da escola em destaque, pois tinham muitos bons professores. Já quando nos remetemos a representatividade da escola, Silva (2023) nos aponta que:

Estudei na escola todo o meu ensino fundamental, ela foi fundamental na minha vida até a graduação. Foi fundamental também o projeto reviver na minha formação, sobre a valorização da vida e da família, do ser humano, sou muito grato ao projeto reviver, autor da creche Betinho, em 2022 passou a ser pertencente como anexo da escola em debate. Os meus irmãos, primos e vizinhos também estudaram na escola Parque Amazônia.

Com isto, também temos para somar com este debate, a egressa, moradora da comunidade Parque Amazônia, funcionária do anexo da escola em questão e professora da educação básica pública contratada de forma comissionada pela SEMEC, Campos (2023), expõe sobre a sua vida escolar que:

Eu concluí o meu ensino fundamental, não lembro o ano. A estrutura física da escola era muito boa!! Salas amplas! Tínhamos aula de dança! Era tudo muito bem direcionado. Tenho um carinho muito grande pela Escola Parque Amazônia! Pois tive bons professores que não somente me ensinaram o conteúdo! Mas cuidaram de mim. Seu papel como agente.

O bairro populoso e periférico da Terra Firme é constituído por várias comunidades oriundas de ocupações, e devido as suas características formativas como renda, nível de escolaridade, trabalho e outros segmentos, sempre foi veiculado nos meios de comunicação como um bairro “perigoso”, no sentido da violência, mas para Silva (2022), explica que a “Terra Firme é um bairro de família vitoriosa, não é o que a mídia mostra sobre ser somente violento. É um bairro educacional”. Ele é acadêmico de psicologia e pediu sua transferência de trabalho da escola em questão para outra em 2022, pois ainda estava vigente sua contratação via Processo Seletivo Simplificado (PSS) pelo município de Belém.

A escola logo após a sua inauguração, começou a apresentar problemas na estrutura da fundação, infiltrações e etc. as pessoas interligadas a escola diziam que era algo relacionado a uma má construção, pois o local onde ela foi fundada era muito alagado. A egressa Campos (2023) explica, “A escola teve uma grande infiltração, não lembro como foi a reforma do prédio, mas a falta de manutenção do prédio, levou a sua perda total”.

A gestão municipal do prefeito Edmilson Rodrigues, fez duas obras colocando estacas de reforço para a fundação, conforme afirma, Souza (2023) “Mesmo com o reforço das colunas no período do Edmilson a escola continuava cedendo”. Houve duas obras com relação ao reforço na fundação na gestão local Edmilson Rodrigues, porém a escola continuava “desabando” e a respeito dessa emblemática que é de responsabilidade dos gestores locais sucessores do prefeito Hélio Gueiros, aponta a liderança e funcionário da escola:

O Zenaldo foi pior, os problemas agravaram, na gestão do Duciomar, ainda conseguimos mais uma reforma, o Zenaldo só prometia ano que vem faremos, mas só mentia. Há muito tempo pedíamos a reforma, mas não éramos atendidos por ele, chegou um tempo que o bombeiro isolou e disse que estava com risco de desabamento. Aí foi quando procuramos o prédio para alugar (SOUZA, 2023).

A escola Parque Amazônia, foi interditada no ano de 2021 pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Pará, devido estar com grande comprometimento na raiz da estrutura e o peso das colunas agravam mais ainda esta situação. O egresso Silva (2022) expõe sobre o assunto “Várias maquiagens, mas nenhuma que será feita que eles informaram, que o prédio está para cair com a estrutura toda abalada, caindo aos pouquinhos”.

Com isso, o agravamento foi se estendendo e nenhum gestor local resolvia esta demanda urgente que trazia riscos de vida para as pessoas que frequentam a escola, para os pedestres que

trafegam pela calçada dela e os residentes ao seu entorno. A escola protocolou fisicamente vários ofícios na SEMEC, mas recentemente que houve o processo de tramitação para licitar esta obra. O ativista social e funcionário Souza (2023), aponta:

Mandamos diversos ofícios requerendo a reforma geral de nossa escola e nunca fomos atendidos. Agora veio o prefeito Edmilson e vai fazer a bendita reforma, que vai nos afetar como servidor e afetar toda a comunidade, mas que é extremamente necessária, pois a escola corre risco de desabar. Se fossem os outros dois prefeitos anteriores, a escola ainda funcionaria até acontecer uma tragédia.

Toda a comunidade escolar, principalmente as lideranças e alguns responsáveis dos alunos mobilizam-se através de veículos comunicativos de mídia, abaixo-assinado e mediação com o poder público municipal para a obra da escola. Várias vezes reuniram-se com os representantes da SEMEC e Prefeitura Municipal de Belém sobre a proposta da demolição e reconstrução da escola.

A reconstrução deste espaço educativo é um acontecimento muito aguardado e que será um marco histórico para a toda a população do bairro da Terra Firme. Esta aquisição está sendo esperada com muita resistência, burocracia e mediações de diferentes instâncias como a intervenção de líderes sociais e moradores para esta conquista, pois ela possui grande representatividade para todos ao seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme mencionado por Silva (2021), os movimentos sociais desempenharam e continuam desempenhando um papel crucial na história da luta por direitos individuais e coletivos durante os processos de democratização da escola pública e na construção de experiências educativas. Com base nessa afirmação, é possível observar a exclusão das políticas públicas educacionais, que na realidade são responsabilidade dos governos estaduais e municipais. A classe trabalhadora, cujos direitos são restringidos pela classe dominante, enfrenta batalhas nos âmbitos político, econômico, social e educacional para alcançar seus objetivos. Essas lutas visam superar a negação de acesso à educação escolar e conquistar avanços nesses diferentes aspectos.

Ao analisarmos o contexto do sistema educacional brasileiro, torna-se evidente que as políticas públicas adotam uma abordagem neoliberal. No entanto, como forma de corrigir e apontar as falhas, os Movimentos Sociais se opõem a essa abordagem, gerando conflitos devido às divergências de ideais e práticas na educação escolar pública. Nesse sentido, os interesses predominantes estão fundamentados nos princípios do modelo capitalista, o que acarreta implicações negativas para a maioria da sociedade.

É benéfico para a classe burguesa dominante oprimir os filhos e filhas da classe trabalhadora, mantendo-os carentes de conhecimento. Além disso, é comum oferecer uma educação básica pública de baixa qualidade no ensino. Surge, então, a resistência contra a "padronização das políticas de desenvolvimento adotadas por órgãos e agências que seguem os princípios do neoliberalismo". Essa resistência está relacionada a uma analogia de poder (COSTA, 2013, p. 27).

Ao oferecer uma educação escolar que não prepara o indivíduo para se tornar um sujeito político, estamos excluindo sua dimensão social e cultural, desvalorizando suas raízes e tornando-as insignificantes para sua formação como cidadão. Com base nessa perspectiva, argumentamos que os movimentos sociais se organizam na construção de identidades que valorizam os aspectos de valores, culturas e senso de pertencimento. Esses movimentos têm como objetivo primordial a democratização da esfera social (SILVA, 2021).

É fundamental que a educação básica pública promova a inclusão de todas as pessoas, independentemente de sua posição social, política, racial, econômica e outros aspectos. Ao alinhar a educação pública aos princípios do mercado neoliberal, estamos aprofundando a exclusão no cenário democrático e aumentando a injustiça social. Isso ocorre porque as práticas

do poder público, desde o nível global até o local, seguem uma agenda de interesses que entram em conflito com os grupos organizados, como sindicatos, movimentos sociais, centros comunitários, entre outros

O caminho traçado foi bem desafiador, aprendi a aguçar o desejo pela pesquisa, leitura e entrelaçar-me com o estudo analítico dentro da área da educação escolar. O mestrado acadêmico na linha de gestão e organização do trabalho pedagógico da escola básica fomenta para mim, o exercício de cidadania e devolutiva a sociedade por ter estudado em uma instituição pública que muito contribui para a minha formação pessoal, acadêmica e profissional durante estes dois anos de aprimoramento.

Neste sentido, também me fortifica a contribuir dentro dos espaços de debate, mediações e decisões em um modelo justo e igualitário, o qual faço parte que é o SINTEPP dos municípios de Tailândia e Tomé-Açu. O SINTEPP busca pela qualidade da educação básica pública e pelas garantias de valorização profissional dos trabalhadores do setor da educação. Perante todas as vivências desta qualificação profissional dentro da Universidade, no lócus da pesquisa e nos outros espaços para fazer esta pesquisa, transpõe a não silenciar perante o atual modelo político, se cooptar com o Estado, no sentido de combater todas as estratégias usadas por ele para a opressão da classe trabalhadora.

A pesquisa mostra a relevância de disseminar a atuação dos movimentos sociais, em especial do MS Parque Amazônia, na questão da ocupação espacial e principalmente pela educação escolar, aspecto analisado neste estudo. No tocante a uma forma de gestão mais democrática e participativa, as coletividades organizadas continuam sofrendo com as ações intransigentes, resultantes do processo de construção hegemônica perversa e absolutista, pelo regimento do sistema econômico capitalista e pelo favorecimento do silenciamento de vozes cerceada de todas as organizações coletivas.

Para este estudo utilizou-se como problema de pesquisa, de que forma a participação do movimento social exerceu uma forte atuação, ao tencionar o poder público local na efetivação da demanda de uma educação escolar? e observamos, que o Movimento Social Parque Amazônia tem o caráter de expressão popular, mobilizou-se por diversas políticas públicas, em específico a educação escolar direcionada aos filhos e filhas de trabalhadores locais que se consolidou em 1996, com a construção da escola básica pública denominada “Escola Parque Amazônia da Terra Firme”.

Houve as manifestações, diálogos e negociações do movimento frente ao poder público municipal da época pela exigência deste importante direito ancorado na constituição federal de 1988 e na LDB/1996 foi efetivado. Apesar do objetivo alcançado da construção da escola, o

movimento não teve todos os desejados, entre eles, uma educação que proporciona a emancipação do indivíduo em uma sociedade que deveria ser democrática, justa e igualitária.

Podemos verificar que o processo para o avanço da educação escolar de qualidade, é um desafio entre o poder público local, lideranças sociais, comunidade e gestão escolar que precisa superar todas as indiferenças existentes no chão da escola. Este processo da efetiva participação de todos estes representantes são graduais. Essa relação faz-se necessária na direção oposta à hegemonia neoliberal, pois a escola, sendo espaço social, só poderá cumprir integralmente seu papel se considerar este aspecto, já que ela foi constituída para a plena formação cidadã.

Contudo, como contraponto, evidenciamos nesta pesquisa que esses sujeitos têm demarcado seu lugar, atuando na vida política, resistindo a diversos ataques que têm vindo de encontro com suas pautas em defesa das políticas públicas, visando, entre elas, a melhorias para a educação. Por sua vez, o MS no âmbito deste município, levou a população, saberes, conquistas, bandeira de lutas e contribuições para a sociedade, principalmente daquela comunidade escolar.

Desta forma, fez com que os integrantes do movimento social fossem rotulados pela sociedade Belenense de invasores e baderneiros na década de 90, em razão da repercussão de suas ações planejadas para alcançarem os seus objetivos. Os atos e as mobilizações geraram consequências para as figuras políticas local, devido a inexistência de políticas públicas para esta ocupação espacial. De forma insistente e desafiadora, o MS conseguiu o diálogo com o vereador da época que fez mediações para buscarem as suas pautas de luta.

Em se tratando da participação desse MS no processo de implementação da escola estudada, evidenciamos que, no ano de 1996, momento em que ela foi criada, houve presença, reivindicações e conquistas oriundas da atuação de membros deste movimento que nomeou na época de Movimento Social Parque Amazônia, o mesmo nome da Comunidade, fruto de uma ocupação espacial. A inserção desses sujeitos fora importante, excluídos, no tocante às pautas pedagógicas e curriculares. Isso se explica a partir da revelação das próprias lideranças locais do MS que atuaram nas mobilizações naquele período.

No decorrer dos anos, de 2005 e perduram até hoje, por exemplo, as reivindicações acerca de melhorias na qualidade desse estabelecimento de ensino ocorreram em razão da participação da comunidade local, mas também com envolvimento das antigas lideranças deste MS. Como resultado dessa atuação, apontamos, com base nos dados apresentados, que o poder público municipal efetivou o processo licitatório para a contratação da empresa responsável pela reconstrução da escola em estrutura de alvenaria segundo informações da atual gestora escolar. Desta forma, o espaço físico tem uma oferta de vagas ampliada para a sociedade do

bairro da Terra Firme e para a circunvizinhança, buscando-se assim oferecer melhorias para as condições de ensino para esta localidade periférica.

Outro fato que consideramos pertinente destacar acerca da atuação do MS remetemos a 2010/2012, ocasião em que foram oportunizadas pelo governo federal as escolas elaborarem um projeto para a criação ou reconstrução com ampliação e melhoria na estrutura física da quadra de esportes. Todavia, embora reconheçamos a relevância desse projeto e sua efetivação, demarcamos o início de mais uma participação do MS para a efetivação desta conquista para a educação escolar da região e para toda a comunidade local. Alinhado a isso, houve apoio da gestão escolar, mas não houve divulgação por parte da mídia da grandeza desse projeto, conforme relatado na pesquisa de campo.

Caminhando um pouco mais pela trajetória desses sujeitos, deparamo-nos, em 2005, com uma marcante preocupação e conflitos políticos entre os representantes do MS, devido a aproximação da eleição, e alguns terem partidos opositores. A gestão política local entre os anos de 2005 até 2021 trouxeram repercussões negativas para a área da educação básica pública da rede municipal de Belém.

Algumas atitudes do grupo organizado quando procuravam a mídia, também com a mudança de alguns moradores para outras localidades do Estado do Pará e o falecimento de alguns, o movimento foi considerado enfraquecido por algumas pessoas da comunidade Parque Amazônia, inclusive chegou a ter troca da coordenação, por divergências políticas.

Como revelamos nos excertos das entrevistas realizadas com os próprios membros do MS houveram alianças políticas e troca de favores como forma de silenciar a força de vozes do MS. Deste modo, se ele já não contava com muita abertura de espaços para participação, sustentamos o argumento de que ficaram ainda mais difíceis essas inserções, principalmente no âmbito do ambiente escolar. Todavia, apesar dessa invisibilidade e visão distorcida que muitos tiveram acerca desse movimento, ele atualmente revela-se como totalmente parado. Isso ficou muito claro através dos dados coletados, pois foi nos mostrados que alguns membros continuam lutando por diversas áreas para a comunidade Parque Amazônia, mas não como um movimento social institucionalizado e organizado.

Inferimos, portanto, que esses sujeitos históricos e de grande valor cultural, independente se integrantes do Movimento Social Parque Amazônia, continuam em movimento como cidadãos em prol de uma sociedade mais justa, ansiando por políticas públicas e abertura de espaços mais democráticos, não apenas no âmbito da escola básica pública, mas também buscando inserções junto às instituições, ao governo municipal e estadual. Isso demonstra as

potencialidades e a abrangência de atuação efetiva revelada no interior dessas lideranças que foram do MS.

A riqueza social e cultural existente dos indivíduos no MS, reconhecem o seu pertencimento ao local, que se revela também no material levantado na pesquisa bibliográfica. No que tange às demandas, saberes e atuação pedagógica, as lideranças sociais da comunidade Parque Amazônia mostraram o quanto elas têm a contribuir com as pautas dos equipamentos coletivos, valorizando, sobretudo, a cultura e o lugar do homem da periferia, destacando o quanto eles consideram o fator da educação escolar relevante.

Não apenas isso, pontuamos aqui que esses sujeitos, no decorrer dos anos e na atualidade, houveram momentos que não conseguiram inserções junto à gestão da escola estudada, principalmente em razão de questões políticas. Isso se revela nas falas dos entrevistados, quando relatam da saída do governo municipal, em 2005, antes haviam abertura desses espaços, tanto que o MS conseguiu duas reformas até 2004 na escola que apresentava problemas sérios na estrutura física com risco de desabamento.

Apesar de os dados demonstrarem que a comunidade local não participou no processo de elaboração dos primeiros PPP, construção do currículo escolar, modelo de educação, nem nas etapas de monitoramento e avaliação, o que é de fundamental importância quando consideramos o PPP como um dos instrumentos de gestão escolar que se conceba democrático. Todavia, há evidências de sua atuação posteriormente na elaboração dos PPP, em outras questões, não menos importantes no âmbito da gestão da escola. Podemos exemplificar citando reuniões, debates e decisões acerca de melhorias para a estrutura física da escola e para a ampliação de vagas do nível de ensino ofertando a educação infantil como anexo, a partir de 2021.

Assim, ficou evidente que a escola e a comunidade têm estabelecido um diálogo com efetivos resultados, o que consideramos fundamental. Ficou claro, desta forma, que há valorização do homem da periferia, dos sujeitos no entorno da escola, dos saberes e da bagagem cultural por eles construídos. Entretanto, em que pesem esses traços positivos para uma relação democrático-participativa, há que se considerar que ela ainda se revela eivada de lacunas, como reconhecem as lideranças sociais, os representantes da comunidade em defesa da escola (pais de alunos e moradores), egressos e funcionários da escola.

Ao direcionarmos especificamente nosso olhar para a comunidade, na pessoa de seus representantes, os dados demonstraram que estes, em boa medida, conhecem os problemas que afetam a escola e buscam intervir nessa realidade, como o pedido e a cobrança de celeridade

para a mudança de um novo espaço físico devido o original ter sido embargado pelo corpo de bombeiros para o funcionamento.

Após o furto dentro da escola, os representantes da comunidade e lideranças sociais solicitaram a reforma do muro como proteção a ela e também ao combate de atos ilícitos que estavam ocorrendo dentro do seu espaço em desuso. Também estão pedindo transporte escolar, principalmente para o turno noturno porque a escola alugada pela SEMEC, fica distante da comunidade Parque Amazônia apesar de ser no mesmo bairro. Além disso pediram devido à má estrutura deste atual prédio e do seu afastamento da comunidade, a urgência na reconstrução da “Escola Parque Amazônia”. Os entrevistados enfatizam a perda de muitos alunos por estes motivos citados acima.

Há uma interação dialógica entre todos os envolvidos na comunidade escolar e eles se posicionam frente a esses problemas, assumindo seu papel de cidadania ou outro, intervindo e alcançando resultados em uma articulação coletiva. Destacamos, assim, que esses sujeitos têm buscado fazer, ser e tomar parte da escola, ainda que muitos deles, como observado pelos dados obtidos, não se identifiquem mais como integrantes do MS em razão do enfraquecimento do movimento organizado, como revelaram os dados.

Em que pese haver certo grau de participação da comunidade local na esfera da gestão escolar e, apesar de ela ter-se revelado mais forte por parte dos representantes, ainda há o que avançar. Um fator a ser superado, por exemplo, é a falta de participação entre os demais integrantes da comunidade que, por vezes, têm deixado as decisões a cargo das lideranças, terceirizando assim sua oportunidade de participar e eximindo-se de esse direito. Participando das arroladas discussões quando há reuniões na escola.

Por outro lado, retomando o objetivo central da pesquisa em analisar a relação estabelecida entre movimento social e educação escolar, assim como considerando a relevância de se aglutinarem essas variáveis a fim de vislumbrar os possíveis resultados e reflexos para a esfera da educação básica pública, por exemplo, argumentamos que a interface nascida no período da criação da escola, que se estendeu por alguns anos, e o ensaio de pautar um elo mais consubstanciado com a comunidade deve ser retomada superando-se as barreiras que se apresentam.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS DAS FAVELAS. **TERRA FIRME: cultura e resistência na periferia de Belém do Pará**. Disponível em: <https://www.anf.org.br/terra-firme-cultura-e-resistencia-em-belem-do-para/>. Acesso: em 24 de out. 2021.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. [Tese de Doutorado]. (PUC – SP). São Paulo – 2010.

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. Belém, uma história Ambiental: Representações da Natureza na capital paraense (1897 a 1902). **Conhecimento histórico e diálogo social. XXVII Simpósio nacional de história**. P. 1 – 16. Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548875182_71c6f8d9317d5a3f68448733a588a6cc.pdf. Acesso em: 25 de abril de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Meta é sairmos vivos dessa crise**. Net, São Paulo, 22 de abril de 2020. Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do Estado de São Paulo. SINTRAJUD. Disponível em: <https://www.sintrajud.org.br/meta-e-sairmos-vivos-dessa-crise-affirma-sociologo-contra-metas-do-teletrabalho-na-pandemia/>. Acesso em: 18 de out. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Operários e Educadores se identificam: que rumos tomará a Educação Brasileira? Educação & Sociedade**. Cortez Editora- Autores associados-CEDES, São Paulo, ano II, n. 5, p. 5-23, 1980.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os movimentos sociais e a construção de outro currículo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Decreto Municipal N.º 29205, 13 de setembro de 1996**. Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, da Lei nº 7.722/94, institui o Subsistema Educacional de Unidades para o Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Belém: Prefeitura Municipal de Belém, Procuradoria Geral do Município – PGM, 1996. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=29205&ano=1996&tipo=2. Acesso em: 20 jan. 2022.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal de Educação Infantil e ensino fundamental e EJA Parque Amazônia. Belém: SEMEC, 2016.

BELÉM, Prefeitura Municipal de. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Municipal de Educação Infantil e ensino fundamental e EJA Parque Amazônia. Belém: SEMEC, 1999.

BREDER, Figueiredo. FIGUEIREDO, de Eppinghaus Paula Maria. De sonhos e insurreições: fragmentos de um discurso (esperançoso) sobre a ocupação de uma escola pública em Petrópolis/RJ. **Educação Unisinos** – v. 23, n. 3, julho-setembro 2019. Disponível em: Vista do

De sonhos e insurreições_ fragmentos de um discurso (esperançoso) sobre a ocupação de uma escola pública em Petrópolis_RJ_.pdf. Acessado em: 20 set 2022.

BRASIL. **Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 14 de fev. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acessado em: 14 de fev. de 2023.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. **Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961**. ISBN: 978-85-7018-787. Disponível em: https://www.lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf (senado.leg.br). Acesso em: 27 de jul. 2022.

Boletim da sociedade brasileira de economia ecológica. ISSN: 1983-1072. Edição Especial Nº 29-31 janeiro a dezembro 2012. http://www.ecoeco.org.br/attachments/article/254/Book_Boletim_ECOECO_29-31.pdf
Acesso em: 12 de fev. de 2023

CALDART, Roseli Salete. MST: um novo sujeito social. In: LAUREANO, D. S. **O MST e a constituição: um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 15-43.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

CAMPOS, Samuel Pereira. **Práticas de letramento no meio rural brasileiro: a influência do movimento sem-terra em escola pública de assentamento de reforma agrária**. 248. Tese (Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade estadual de Campinas, Unicamp, 2003.

CAMPOS, Andreia dos Santos. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 03 fev. 2022. Às 16h:00min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “J” deste texto].

CARDOSO, Ana Cláudia Duarte; LIMA, Ferreira Júlio José. **Belém [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015. recurso digital: il.; 15,5x23 cm. Disponível em: http://www.serie_ordemurbana_belem.pdf. Acesso em: 26 abr. 2022.

CARDOSO, Oldimar; PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A sala de aula como campo de pesquisa: aproximações e a utilização de equipamentos digitais. **Educação e Pesquisa [online]**. 2009, v. 35, n. 1. Acessado 16 abri. 2022], pp. 113-128. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100008>. Acesso em: 18 maio 2009. ISSN 1678-4634. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000100008>.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CIAMPA, Antonio da Costa. Políticas de Identidade e identidades Políticas. In: C. I. L. Dunker & M. C. Passos (org.). **Uma psicologia que se interroga: ensaios** (pp.120-135). São Paulo: Edicon, 2002.

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). **Mapa de localização do bairro da Terra Firme no município de Belém**. Disponível em: Unidade de Cartografia e Geoprocessamento - UCG. Acesso em: 16 agosto 2023.

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM). **Mapa de vista panorâmica da ocupação Parque Amazônia e da localização da escola Parque Amazônia**. Disponível em: Unidade de Cartografia e Geoprocessamento - UCG. Acesso em: 16 agosto 2023.

CORSETTI, Berenice. A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. **UNI revista** - Vol. 1, nº 1: 32-46 (janeiro 2006). ISSN 1809-4651. Disponível em: [EQUIPE 4.pdf](#). Acessado em: 30 de maio de 2022.

CORSO, Maria Angela. **Ocupar é aprender: representações da juventude sobre as ocupações em escolas públicas de ensino médio em Irati (PR)**. 2020. 242f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n.], 2020.

COSTA, Gustavo Paccelli da. **Movimentos sociais e democracia: reflexões contemporâneas sobre o ativismo social**. 2013. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

CHAVES, Elza Guedes. **“De invasor a posseiro: metamorfose de uma identidade”**. Cadernos do Centro de Estudos da Cultura Popular, Goiânia, v.2, out. 1987.

CRUZ, Edilson da Silva; OLIVEIRA, Alexandre César Gilsogamo Gomes de. Escola e os movimentos sociais: experiências freireanas na educação fundamental. Revista do departamento de educação – Unifesp. **Revista olhares**, v. 9, n. 3. Guarulhos, novembro de 2021. ISSN: 2317 – 7853. Disponível em: [Vista do A escola e os movimentos sociais_ experiências freireanas na educação fundamental.pdf](#). Acesso em: 17 set, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa, princípio científico e educativo**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Mario Benjamin; FERREIRA, Antonio Carvalho; RIBEIRO, Ana Georgina Ferreira. Urbanização e qualidade de vida: a influência das fronteiras na dualidade socioespacial dos bairros da cremação e da terra firme em Belém do Pará. ISBN: 978-85-99907-07-8. **São Luís: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos, junho de 2016**. Disponível em: <https://www.agb.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Ana-Georgina-Ferreira-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 03 de nov. de 2021.

DIAS, Reinaldo & MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: Princípio, Propósitos e Processos**. Atlas Editora. Disponível em: <https://políticas-publicas-fundamentos-dias-e-matos-2015.pdf>. Acesso em 12 de out. de 2021.

FARANI, Aparecida Alessandra. **Movimentos Sociais, direito e a construção da cidadania**. 2017. 96f. Dissertação (mestrado) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. SÃO PAULO. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/24047/Alessandra%20Aparecida%20Farani.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de jun. de 2022.

FARIAS, Nunes Magno; LOPES, Esquerdo Roseli. Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil: análise documental de eventos nacionais (2007-2016). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v.1, p. 1-18, 2021, ISSN 1676-2584. Disponível em: Vista do Jovens rurais em luta por educação e trabalho no Brasil.pdf. Acessado em: 17 set 2022.

FERNANDES, Florestan. 2008. **Existe uma crise da democracia no Brasil?** In: Mudanças sociais no Brasil. São Paulo: Global. p. 93-113.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 8ª ed. Indaiatuba, São Paulo: Villa das Letras, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 7.ed.- São Paulo: Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6ª ed. São Paulo: Edições Cortez, 2010. 240 p.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. (1994). **Movimentos sociais e Educação**. 2ª ed. São Paulo: Edições Cortez, 1994.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia da Educação: campo de conhecimento e novas temáticas**. Educação & Linguagem, v. 15, n. 26, p. 95-117, jul. -dez. 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. Desafios dos movimentos sociais hoje no Brasil. **SER social**, Brasília, v.15, n. 33, p. 261-384, jul. / dez. 2013.

GOHN, Maria da Glória. (Organizadora) **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Edições Vozes, 2013.

GONZÁLEZ, Juan David Miranda. **A gestão público-comunitária da educação como**

horizonte comum: a experiência comparada das ocupações das escolas de Santiago e São Paulo. 2020. 226f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: [s.n.], 2020.

GOOGLE MAPS. **Mapa de localização geográfica da escola Parque Amazônia.** s/d. Disponível em: <https://www.google.co.il/search?q=Mapa+de+localiza%c3%a7%c3%a3o+geogr%c3%a1fica+da+escola+Parque+Amaz%c3%b4nia>. Acesso em: 21 de out. 2021.

GOOGLE MAPS. **Imagem da fachada da escola Parque Amazônia.** s/d. Disponível em: <https://www.google.co.il/search?q=Imagem+da+fachada+da+escola+Parque+Amaz%c3%b4nia>. Acesso em: 21 de out. 2021.

GUEDES, Maria Gorete Rodrigues Cardoso. **Democracia e eleição de dirigentes escolares no Sistema Municipal de Ensino de Belém.** 2007. 214f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Educação. Belém, PA. Disponível em: https://Dissertacao_DemocraciaEleicaoDirigentes-GUEDES.pdf. Acesso em: 22 de out. 2021.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida. GOOGLE. **Mapa da composição dos bairros de Belém.** Disponível em: mapa da cidade de Belém com os bairros Terra firme - Pesquisa Google. Acesso em: 23 maio 2022.

IBGE. **Características Demográficas e Sócio econômicas da População:** Anuário Estatístico do Município de Belém. (Pág. 07-09). Belém, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/pdf-segep/anuarioPDF/2_01_Demografia.pdf. Acesso em: 22 de out. de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar 2014. [Brasília, DF]: Inep, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_do_censo_escolar_2014%20final.pdf. Acesso em: 17 jun. 2020.

JESUS, Bruno Daniel Mello. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 26 Mar. 2023. Às 19:00 horas. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “H” deste texto].

JÚNIOR, Jacemir Soares Queiroz. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 16 fev. 2023. Às 16h:00min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “F” deste texto].

JÚNIOR, Araújo Ribeiro Carlos Antônio; AZEVEDO, de Amim Adriane Karina. **Formação da Cidade de Belém (PA):** Área Central e seu Papel Histórico e Geográfico. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 2, N.2, p. 151-168, 2012 ISSN 2237-3071.

JUSBRASIL. Lei Nº 7 806, de 30 de julho de 1996 do Município de Belém. **Delimita as áreas que compõem os bairros de Belém,** revoga a lei nº 7.245 /84, e dá outras providências. Belém: 1996.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Rev. Ambiente & Sociedade**. São Paulo v. 17, n. 1, p. 23-40 n jan.-mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/8FP6nynhjdZ4hYdqVFdYRtx>. Acesso em 15 de fev. 2023.

LAVALLE, Adrian Gurza; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; AND SZWAKO, José (orgs.). Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2018, 411 P. **Sociedade e Política collection**. ISBN: 978-85-7511-479-7. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/v4cnf/pdf/lavalle-9788575114797.pdf>. Acessado em: 07 de out. de 2022.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira; DAYRELL, Juarez Tarcísio; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Das origens da ANPED aos movimentos sociais: que interrogações políticas, éticas, pedagógicas? Diálogos com Miguel Arroyo. In: ALMEIDA, Elmir de; PINHEIRO, Leandro R; GROppo, Luís Antônio; IRIART, Mirela Figueiredo. (org.). **Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos: Uma antologia do GT03 da ANPED**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2021. 529 p.

LIBÂNIO, José Carlos. O Dualismo Perverso da Escola Pública Brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escolha do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 25 de mar de 2022.

LIMA, Francisco Teixeira. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará, 16 set. 2021. Às 14:00 horas. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “E” deste texto].

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Fundamentos da educação ambiental: retomando o debate. In: **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. 4. ed. São Paulo. Cortez, 2012. p. 23 – 66.

LOUREIRO. Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S.; TRAJBER, R. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil com as escolas: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC/CGEA; Unesco. 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARIANO, Alessandro Santos. **Ensaio da escola do trabalho no contexto das lutas do MST: a proposta curricular dos ciclos de formação humana com complexos de estudo, nas escolas itinerantes do Paraná**. 2016. 247f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, PR. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/424348728/MARIANO-A-S-Ensaio-Da-Escola-Do-Trabalho-No-Contexto-Do-MST>. Acessado em: 12 de agosto de 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social. Teoria, método e criatividade**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MITSCHEIN, T., MIRANDA, H.; PARAENSE, M. **A urbanização selvagem e a proletarização passiva na Amazônia – o caso de Belém**. Belém, CEJUP: 1989.

NJINGA & SEPÉ: **Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras** – Ano 1, n.1 (2021) - São Francisco do Conde: Bahia. Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, Unilab, 2021. ISSN: 2764-1244. Disponível em: Vista do Apresentação da edição “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo” – Nelson Mandela (1918-2013) (unulab.edu.br.). Acessado em: 11 de outubro de 2022.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

O LIBERAL. **Ramiro promete comporta de canais**. Belém: 27 Set, 1996. Política. p. 5.

O LIBERAL. **Invasão ganha uma escola de US\$1,5 milhão**. Belém: Atualidades, 1996. 8 p.

OLIVEIRA. R. **Complexo alfabetizará crianças e adultos**. Belém: A província do Pará, 27 set. 1996. p. 11.

OLIVEIRA, Eliana de et al. Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 4, n. 9, maio-agosto, 2003, p. 1-17, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, Brasil.

OLIVEIRA. R. **O Trabalho do Antropólogo**. 2.Ed. Brasília: Paralelo15, São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, de Gomes Gilsosamo César Alexandre; CRUZ, Silva da Edilson. A escola e os movimentos sociais: experiências freireanas na educação fundamental. **Revista Olhares**, v. 9, n.3 – Guarulhos, novembro de 2021, ISSN 2317 – 7853. Disponível em: file:///C:/Users/SAMSUNG/Desktop/capes/Vista%20do%20A%20escola%20e%20os%20movimentos%20sociais_%20experi%C3%AAs%20freireanas%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20fundamental.pdf. Acessado em: 20 set 2022.

OLIVEIRA, de Frota Claudio Luiz. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 28 fev. 2022. Às 11h:45min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “D” deste texto].

PACHECO, José Augusto; PEREIRA, Nancy. Globalização e identidade no contexto da escola e do currículo. v. 37, n. 131. **Cadernos de Pesquisa**. Maio-agosto, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/WnM4NmZTstsVbtVzPWZXc6F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 de out. de 2021.

PAIXÃO, Sergio Vale; MELO, Fabiane de Oliveira. Aprendizagem significativa: cognição e afetividade nos projetos escolares. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. v. 2, n. 2, 30, jul./dez. Curitiba-Paraná: Instituto Federal do Oeste de Curitiba. 2017. Disponível em: <https://revistas.ifpr.edu.br/index.php/mundisociais/article/view/682/516>. Acesso em: 15 de abril de 2022.

PADILHA, Roberto Paulo. Educação Em Direitos Humanos Sob A Ótica Dos Ensinos De Paulo Freire. **Revista Múltiplas Leituras**, v.1, n. 2, p. 23-35, jul. / dez. 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Por dentro da escola pública**. 1ª ed. São Paulo: Xamã, 1995.

PNUD-BRASIL. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: [http://www.O que é o IDHM | PNUD Brasil \(undp.org\)](http://www.O que é o IDHM | PNUD Brasil (undp.org)). Acesso em: 08 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1994 (Série Planejamento n. 2).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Caminhos da Educação**. Belém: Secretaria Municipal de Educação SEMEC-PMB, 1996 (Série Planejamento n. 4).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Dados estatísticos da Rede Municipal de Belém**. Belém: Coordenadoria municipal de Belém. Belém, PA [s.n.], 1997.

PFEIFF, Pereira Juliana. **Análise das práticas de gestão ambiental em meio de hospedagem: Um estudo de caso no hotel São Luiz – São Gabriel – RS**. 2014. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Pampa – Campus São Gabriel. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/bitstream/rii/4265/1/Juliana%20Pereira%20Pfeiff.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2023.

PIMENTEL, Natália Pinto. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 10 ago. 2022. Às 10h:20min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “G” deste texto].

PIMENTEL, Maria José do Socorro Pinto. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará. 22 jun. 2021. Às 09h:45min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “C” deste texto].

QUADROS, Camila Alves. **Memória social e educação popular: um estudo sobre o Ponto de Memória da Terra Firme**. 2018. 188p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Belém/PA: Disponível em: http://www.Dissertacao_MemoriaSocialEducacao.pdf. Acesso em: 16 de dez. de 2021.

REIS- Tozoni, Campos de Freitas Marília. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Rev. Simbio-Logias**, V. 12, Nr. 17 – 2020. Disponível em: [9- o metodo materialista historico e dialetico.pdf](#). Acessado em 28 de março de 2022.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. Movimentos Sociais (no Brasil): conceitos e práticas. **Sinais – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. N. 9, p. 144-166, jun. 2011. Disponível em: [Movimentos populares - clarksondiniz, +09_09_cibelle_rodrigues.pdf](#). Acesso em: 28 jun. 2022.

RODRIGUES, Menezes Roberta et al. Urbanização das baixadas de Belém-PA: Transformações do Habitat Ribeirinho no meio urbano. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. ISSN: 2525 – 4774. 2016. Acessado em: 25 de abril de 2022. Disponível em: <https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/261/253>. Acesso em: 29 de abr. 2022.

SÃO PAULO. **Currículo da Cidade. Ensino Fundamental: História**. São Paulo: SME/Coped, 2017.

SAGGIOMO, Gonçalves Thaís *et al.* Desafios e possibilidades do método de educação popular na escola pública. **Rev. Ed. Popular**. Uberlândia, V. 17, n. 3, p. 103-116, set/dez. 2018. Acessado em: Vista do Desafios e possibilidades do método de educação popular na escola pública.pdf. Acessado em: 17 set 2022.

SADER Emir (org.) **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANDER, Benno. Gestão Educacional: concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**/Demerval Saviani. – 4. Ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção Memória as Educação).

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: autores associados, 2019. (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Demerval. **Política educacional brasileira: limites e perspectivas**. Revista de Educação PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SAVIANI, Demerval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas, SP: autores associados, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Lucia Carvalho da *et al.* Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer Warren*. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 109, p. 112-125, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/NFcGkhXNgmxvtkHzZrpv9Kc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

SILVA, Antônio Fernando Gouveia da. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica das falas significativas às práticas com textualizadas**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: [tese_gouvea.pdf currículo.pdf](#). Acesso em: 03 de out de 2022.

SILVA, Anne Patrícia Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. **Educação**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1-12, set.- dez. 2020 | e-37452 e-ISSN: 1981-2582 ISSN-L: 0101-465X

SILVA, Sidney Rodrigues da. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará, 03 fev. 2022. Às 16h:30min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “B” deste texto]

SILVA, Auta Maria Jesus. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará, 22 jun. 2021. Às 10h:20min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “I” deste texto]

SILVA, Luciane Teixeira da. **Educação escolar e identidade quilombola:** Um enfoque na comunidade nossa Senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará. 2015. 99f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, PA. Disponível em: http://www.Dissertacao_EducacaoEscolarIdentidade.pdf. Acesso em: 16 de dez. de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade:** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. Disponível em: [19-Curriculo-uma_questao_de_saber_poder_e_identidade.pdf](#). Acessado em: 03 de outubro de 2022.

SILVA, Ana Rosa Pinheiro da. **Interfaces entre educação básica, ação comunitária e gestão escolar:** uma análise a partir da escola “Tocantins” no município de Tucuruí. 2019, 178f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém, PA. Disponível em: [Dissertação Ana_Rosa versão final.pdf movimento social.pdf](#). Acesso em: 16 de dez. de 2021.

SILVA, Ana Rosa Pinheiro da. Movimentos sociais e suas pedagogias: contribuições para a sociedade e reflexos na educação. In: SILVA, J. B (Org). **Escola básica pública na Amazônia paraense:** temas, problemas, possibilidades analíticas e alternativas. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2021

SOARES, Maciel Becker; MACIEL, Francisca. (2000). **Alfabetização – Série Estado do Conhecimento.** Brasília: MEC/INEP.

SOUSA, José Maria Vale. Entrevista concedida a Karen Tavares Clarindo. Belém-Pará, 24 jun. 2021. Às 09h:00min. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice “A” deste texto]

SOUZA, Roseli Trevisan Marques de; CATANI, Mendes Afrânio. Movimento Estudantil: as ocupações nas escolas estaduais de São Paulo. **Inter-ação**, Goiânia, v.44, n.2, p. 475-498, maio/ago. 2019. Disponível em: [Vista do MOVIMENTO ESTUDANTIL_ AS OCUPAÇÕES NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SÃO PAULO.pdf](#). Acesso em: 20 set 2022.

VIEIRA, Catarina Rielli. **Semeando a igualdade de gênero na escola Itinerante Caminhos do Saber:** uma relação entre movimento social e educação. 2018. 186f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Curitiba.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 2011.

ANEXOS

ANEXO A: CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO
BÁSICA



PROJETO DE PESQUISA: O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996: processo histórico,
mediações com conjuntura atual

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR

Do: Professor. Dr. José Bittencourt da Silva
Para: Diretora Prof. Giselle Campos Lobato
Belém, 12 de junho de 2021

Venho por meio desta apresentar os discentes Karen Tavares Clarindo, Registro Geral (RG) nº 4977996-SSP-PA, aluna regularmente matriculados no Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará. A referida discente faz parte do projeto de pesquisa intitulado: "O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL Instituído EM 1996 EM BELÉM DO PARÁ: processo histórico, mediações e conjuntura atual", sob minha coordenação.

O objetivo do estudo é analisar o processo histórico, suas mediações com a realidade atual das Unidades de Ensino que fizeram parte do Subsistema de Educação para o desenvolvimento sustentável, instituído em 1996 pelo prefeito de Belém Hélio Gueiros, dentre as Unidades está a Escola Parque Amazônia, Bairro Montese.

Na oportunidade, solicito autorização para que a aluna realize pesquisa de campo com base em coleta de dados a partir de entrevistas, observações in loco, uso de registros fotográficos e recolhimento de documentos. Informo ainda sobre o caráter ético desta pesquisa, a qual assegurará o sigilo da identidade dos participantes, comprometendo-me em apresentar um retorno dos resultados da investigação em momentos posteriores.

Desde já, agradeço-lhe pela compreensão e colaboração, colocando-me à sua inteira disposição para prestar outros esclarecimentos que se fizerem necessários em caso de dúvida. Atenciosamente,

Coordenador: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
Portaria nº 23 NEB/UFPA, de 20 de junho de 2020
Tel.: 987648839 josebittencouftsilva@gmail.com

ANEXO B: SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A SEMEC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDICCIPLINARES EM EDUCAÇÃO
 BÁSICA
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
 BÁSICA



SOLICITAÇÃO

De: Professor Dr. José Bittencourt da Silva
Para: Secretaria Municipal de Educação de Belém
 Setor de patrimônio

Venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria informações documentais concernentes a criação da **Escola Parque Amazônia**, bairro Montese. Essas informações comporão as evidências produzidas no contexto do projeto de pesquisa intitulado: “O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996 EM BELÉM DO PARÁ: processo histórico, mediações e conjuntura atual”, sob minha coordenação.

Outrossim, informo que este projeto de pesquisa foi proposto e aceito no Edital PIBIC/PROPESP/UFPA/2020-2021, e tem como um dos seus pesquisadores a discente **KAREN DE SOUZA TAVARES**, aluna regulamente matriculada no PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA (PPEB/NEB/UFPA). Desde já, agradeço-lhes pela colaboração, colocando-me a sua inteira disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belém-Pa, 21 de julho de 2021

Jose Bittencourt da Silva

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva

PROT. GERAL / SEMEC / GDC
 PROC. Nº 9396
 DATA: 21/07/21 HORA: 11:01
 ASSINATURA:

Sandro Carreira Pereira
 Mat.: 1996410013
 Protocolo Geral / SEMEC

ANEXO C: NÚMERO DE PROCESSOS E ENCAMINHAMENTOS

16/08/2021

Detalhe

▲GDOCPROCESSOS: IMPRIMIR MOVIMENTAÇÃO PROCESSO

Processo: 9396/2021 - SEMEC Tipo de Processo: OUTROS

Interessado: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ-UFPA

Tipo do

OUTROS

Processo:

Situação:

ABERTO

Em

Andamento: 13 dia(s)

Descrição: SOLICITA INFORMAÇÕES DOCUMENTAIS REFERENTE A CRIAÇÃO DA ESCOLA PARQUE

Data de 0210812021 AMAZONA PARA FINS DE PESQUISA ESCOLAR Abertura: 11:0

N ° do documento

SN121 de Origem:

ENCAMINHAMENTOS

• Para o

Setor/Entidade

• Data do

Encaminhamento 09/08/2021

Encaminhado Por

ERNANDES NASCIMENTO

Data do

e
DIED/SEMEC
amento 09/08/2021 13:59:32

Recebimento

Recebido Por

SONIA REGINA/FEF

ANA NEIRE ARANHA MOREIRA

Despacho

) 09/08/2021 18:46:42

ANEXO D: SOLICITAÇÃO DE MATERIAL PRODUZIDO PELA TV LIBERAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDICCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA



SOLICITAÇÃO

Do: Professor Dr. José Bittencourt da Silva
Para: Cláudio Bonateli
Gestor de Jornalismo da Tv Liberal

Venho por meio desta solicitar a Vossa Senhoria Imagens brutas de 1988 de pessoas em frente à escola Parque Amazônia e um VT sobre problemas na Escola Parque Amazônia, Bairro Montese, de 2009 e tudo que envolva a escola de 1996 até os dias atuais. Essas informações comporão as evidências produzidas no contexto do projeto de pesquisa intitulado: "O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL INSTITUÍDO EM 1996 EM BELÉM DO PARÁ: processo histórico, mediações e conjuntura atuar, sob minha coordenação.

Outrossim, informo que este projeto de pesquisa foi proposto e aceito no Edital: PIBIC/PROPESP/UFPA/2020-2021, e tem como um de seus pesquisadores a discente KAREN DE SOUZA TAVARES, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/NEB/UFPA). Desde já, agradeço-lhes pela compreensão e colaboração, colocando-me a sua inteira disposição para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belém-Pa, 24 de julho de 2021

Jose Bittencourt da Silva

Elza Lima
16/08/2022
12:39

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
Coordenador: Portaria nº 23 NEB/UFPA, de 20 de junho de 2020
josebittencourtsilva@gmail.com
Tel.: 987648839

ANEXO E: SOLICITAÇÃO PARA A CÂMARA MUNICIPAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO
BÁSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA



Ofício nº s/n 2021 – PPEB/NEB/UFPA

Belém, 11 de novembro de 2021

DO: Prof. Dr. José Bittencourt da Silva (PPEB/NEB/UFPA)

PARA: Zeca Pirão (presidente da câmara municipal de Belém)

Venho por meio deste apresentar a discente **Karen Tavares Clarindo**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação Currículo e Gestão da Escola Básica-PPEB, do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica-NEB, da Universidade Federal do Pará-UFPA.

A discente está atualmente recolhendo informações sobre os anos de 1993 à 1996 período do Governo Hélio Gueiros na Prefeitura de Belém, momento em que criou a Rede de Unidades de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, segundo o Decreto nº 29205/96. Os dados recolhidos servirão de subsídios para a construção da sua dissertação intitulada **“Processo histórico, mediações e conjuntura atual da escola Parque Amazônia”**, motivo pelo qual solicito autorização para entregarem documentações do arquivo, objetivando obter informações documentais (exemplo: mensagem do prefeito de Belém a câmara municipal de vereadores) que possam contribuir para reconstituir vestígios históricos dos ideais deste governo voltadas às questões educacionais.

Nestes termos, peço deferimento.

Prof. Dr. José Bittencourt da Silva
Orientador e-mail:
jbsilva@ufpa.br

ANEXO F – FOTOS DE PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

Fonte: Pesquisadora.

APÊNDICES



APÊNDICE A: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA

Data: 24 de junho de 2021 às 09h:00min e 16 de fevereiro de 2023 às 17h:00min.

Tempo de atuação: 27 anos.

Entrevistado: José Maria Vale de Sousa (Zé Maria).

Nível de escolaridade: Estudante do curso de Pedagogia.

Ocupação: Líder do Movimento Social Parque Amazônia.

Profissão: Agente de Serviços Gerais.

Idade: 58 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): Quando a Terezinha veio, já tinha a escola, então foi feita uma escola de grande porte, foram feitas 3 escolas bem grande (se referiu as UEDS). Quando o Edmilson entra em 1997, traz projetos de esporte e lazer, Prosei (parceria com a universidade que dava formação de funcionários), e começou a aparecer problemas, hidráulico, bomba, infiltrações. O movimento social e o conselho escolar com as eleições em 1997 que devem ter conselhos começam a correr atrás de melhorias, problemas de asfalto que precisava e ter reformas na escola. Um ponto positivo no tempo do Duciomar, é que estava intrafegável, muita lama, e conseguimos o asfalto. Mesmo com o reforço das colunas no período do Edmilson a escola continuava cedendo. O Zenaldo foi pior, os problemas agravaram, na gestão do Duciomar, ainda conseguimos mais uma reforma, o Zenaldo só prometia ano que vem faremos, mas só mentia. Há muito tempo pedíamos a reforma, mas não éramos atendidos por ele, chegou um tempo que o bombeiro isolou e disse que estava com risco de desabamento. Aí foi quando procuramos o prédio para alugar.

Entrevistador: Atualmente como está a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Quando o Edmilson assume em 2021 já estava este prédio alugado que está cheio de problemas, como calor porque os ares-condicionados não estão instalados, infiltrações e outros. Na formação do conselho escolar em meados de 8 anos atrás, a funcionária contratada que não tem compromisso com a escola igual um efetivo, não prestou contas e ficou de forma irregular o conselho escolar, sem receber a verba para o custeio da escola. Então iniciou o processo de regularização da ata no cartório, depois de regularizado a escola passa a receber o acumulado dos recursos do Programa

Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com isso ficou mais difícil resolver os problemas da escola, só tem o fundinho que vem da SEMEC, inclusive as instalações do ar-condicionado estão sendo feitos aos poucos porque a escola não tem recursos para pagar a mão de obra.

Entrevistador: Quando iniciou o processo de regularização da ata com novos membros do conselho escolar no cartório?

Entrevistado (a): Teve eleição para o conselho e teve uma Ata de posse e eleição em 2021.

Entrevistador: O que era importante para você no funcionamento da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Tinha o projeto Portas Abertas, tanto para os alunos quanto para os pais, só que na gestão do Zenaldo tudo parou, dava capacitação para os pais, tiravam as crianças da rua porque tinha esporte, lazer e cultura porque simplesmente parou porque esta gestão não quis mais. Não só por conta da gestão municipal, mas também do gestor federal porque quando o Bolsonaro o assumiu cortou muitas verbas para a educação e este projeto foi atingido, também os projetos como Mais Educação e Segundo Tempo, todos foram cortados.

Entrevistador: Atualmente como está a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): O que esperamos da gestão do Edmilson são as melhorias para a escola, como a sua reconstrução. As pessoas saquearam as telhas e a estrutura de ferro que estava querendo desabar porque esta parte que é pesada. A obra está prevista para começar no final de março para abril, pois estão em período de licitação.

Entrevistador: A escola já teve alguma outra reforma importante?

Entrevistado (a): Teve várias obras, por causa que estavam rachando as paredes e caindo.

Entrevistador: Quando parou de ter as oficinas extracurriculares que faz parte do formato das UEDS?

Entrevistado (a): Só ficou a de corte e costura, até antes da Pandemia, depois da pandemia não, que veio todo o processo da escola que estava caindo e não teve como continuar.

Entrevistador: Os alunos ao término das oficinas ganhavam certificados?

Entrevistado (a): Eles recebiam certificados. As oficinas da escola recebiam no tempo do Hélio Gueiros, quando era de programa não. No tempo do Duciomar não tinham as oficinas e nem os programas, no tempo do Zenaldo não tinham os programas porque não tinham interesse, os programas eram Segundo Tempo, Mais Educação e Portas Abertas.

Entrevistador: Quando foi feita a quadra poliesportiva coberta? Foi luta do Movimento Social Parque Amazônia?

Entrevistado (a): 2010 a 2012. Foi a luta da Comunidade junto com a escola Parque Amazônia para ela ser feita. Um programa do governo federal, de ter escolas cobertas, fomos junto com a diretora para ser aprovado para a escola.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Um grupo de pessoas se juntaram, alguns ligados a vereadores, tanto é que o vereador, que mais ajudou foi o Dr. Castro, ele foi a ponte principal para chegar ao prefeito Hélio Gueiros. Ai,

quando chegou a demanda até a Terezinha Gueiros, ela veio na área para avaliar a necessidade da comunidade e disse que no local iria ser construída a escola. Porque no começo da ocupação, já ficou o espaço reservado para a sua construção, depois o movimento foi só correr atrás para a sua criação.

Entrevistado (a): Quais as pessoas envolvidas para ser implementada a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Suely, Auta, Zé Maria, Jota, Branca e outros. Traçamos luta para a comunidade, uma das lutas era a construção da escola, não participei da comissão da escola que foi falar com o Dr. Castro, mas estava em outras demandas, como da água e da CELPA.

Entrevistador: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): Defendendo, o movimento se fortalece juntos, com uma comissão de representante que luta pela escola e por outras demandas, como o saneamento, segurança, cultura.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): O primeiro PPP foi feito na gestão MDB e já veio pronto da SEMEC. Posteriormente durante a gestão do Edmilson chegamos a sermos chamados para a participação na elaboração do PPP.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): No começo o governo era MDB, quando o Edmilson Rodrigues assumiu que foi descentralizado, antes era centralizado, depois veio a eleição para direção, planejamento compartilhado, PPP compartilhado com toda comunidade escolar, antes era restrito somente a SEMEC, a qual trazia pronto.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado?

Entrevistado (a): Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1997, 1998 que a comunidade abraça o PT, antes era Hélio Gueiros que na gestão dele que foi feita a escola, não era apoio, mas precisávamos dele porque estava na sua gestão. Tanto que Edmilson ganha a eleição e traz as melhorias para a escola.

Entrevistador: Quais foram estas melhorias?

Entrevistado (a): Eleição para direção, conselho escolar, projeto para colônia de férias, formação para funcionários, descentralização do PPP, pois toda a comunidade escolar passou a participar quando Edmilson assumiu o governo local.

Entrevistador: Houve alguma mentora ou mentor do movimento social para a criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Deve ter sido alguém na gestão do Hélio Gueiros que criou a escola neste formato. Nós pedimos uma escola, mas não exigimos de grande porte porque na rede municipal de Belém, neste formato diferenciado temos a escola Parque Amazônia, o Liceu do Paracuri e a escola Bosque, todas as 3 escolas grandes que a SEMEC tem.

BELEM, 18 DE AGOSTO DE 2021




APÊNDICE B: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS EGRESSOS DA ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 03 de fevereiro de 2022 às 16h:30min.

Nome: Sidney Rodrigues da Silva.

Formação (nível de escolaridade): Superior Incompleto (Psicologia).

Profissão: Servidor público.

Ocupação: Egresso da escola Parque Amazônia e funcionário da escola até o final do ano de 2022.

Cargo: Agente de Serviços Gerais.

Idade: 30 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): Sempre morei na Comunidade Parque Amazônia, na Samaumeira. Eu já participei da Comissão dos direitos humanos da Alepa no tempo do Edison Moura e do Carlos Bordalo e da Comissão justiça e paz da CNBB. Tem um projeto que seu Zé Maria desenvolve, o projeto do Ponto de Cultura e Memória da Terra Firme que atinge esta área e é mais antigo. O local, onde foi construída a escola era um pântano. Sempre teve lideranças que informavam a Comunidade sobre o processo da mediação com o governo municipal para a aquisição da escola. A escola é fruto de reivindicação, oficializada como área de ocupação que era necessidade o fundamental maior, porque era longe e as outras escolas não supriam a necessidade de matrículas para alunos que vinham da comunidade, além do Solermo ser longe e depois veio outras escolas para o bairro como Mário Barbosa, Estelina, Brigadeiro Fontenelle. Existia na escola, algumas atividades sociais na época do Centro Comunitário Parque Amazônia e do antigo projeto reviver. A escola teve projeto como a horta escolar das crianças (comunitária) e seu Zé Maria chegou a desenvolver conosco um projeto relacionado ao meio ambiente, fizemos uma plantação ao entorno do Tucunduba.

Entrevistador: Essa tão sonhada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): Várias maquiagens, mas nenhuma que será feita que eles informaram, que o prédio está para cair com a estrutura toda abalada, caindo aos pouquinhos.

Entrevistador: O que mais é pertinente para você sobre a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Fui lotado como agente de serviços gerais na escola Parque Amazônia, questionado sobre o cargo, já que estou fazendo faculdade de psicologia, pediram a declaração e fiquei como monitor escolar para identificar os alunos que estavam com problemas familiares, era praticamente meu estágio de psicologia educacional.

OBS: Fugiu um pouco da pergunta feita sobre o campo de pesquisa investigado.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): O Centro Comunitário Parque Amazônia não abraçava toda comunidade, era mais da Rua 27 de setembro para lá e a associação projeto Reviver creche Betinho da Samaumeira em diante. A Dona Alta chegou a fazer um centro comunitário na sua própria casa de forma individual porque entrou em conflito com as lideranças da Comunidade, aí vinha cursos e ela estava à frente e se fazia na casa dela.

Ação projeto reviver projeto Betinho da Comunidade Parque Amazônia, ex-funcionárias do Banco do Brasil criaram a escola comunitária vendo a comunidade em extrema miséria, pobreza e ações comunitárias que valorizaram muita gente aqui. Extinguiu-se com a morte de muitos e alguns aposentaram.

O objetivo é a valorização da vida e da família que a Terra Firme mostra que a mídia mostra pouco estudo, pouca qualificação, que a violência impera. Me sinto bem em realizar ajuda ao próximo, principalmente no crescimento pessoal, fazer o bem sem olhar a quem, vem de família e do projeto reviver, foi a chave para a valorização humana dentro da comunidade, também faz parte do meu crescimento profissional, da graduação.

O mesmo ideal do qual eu cresci, nasci e me criei aqui desde o tempo da ponte da valorização humana e da família do projeto reviver da creche Betinho, não nos trazia só por trazer para passar o dia, mas tinha outras atividades que traziam e atingiam as famílias na verdade.

OBS: Fugiu um pouco da pergunta feita sobre o objeto que está sendo investigado.

Entrevistador: Você e os seus responsáveis participaram na construção do Projeto Político Pedagógico da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Não soube responder esta pergunta.

Entrevistador: Como você vê o processo de desenvolvimento da escola desde que você era aluno até atualmente?

Entrevistado (a): O acesso à educação de qualidade. Têm muita gente formada e oportunidade de concluir todo o ensino fundamental na escola Parque Amazônia, algumas ingressam na escola Parque Amazônia e iam para outra instituição fazer o ensino médio. Terra Firme é um bairro de família vitoriosa, não é o que a mídia mostra sobre ser somente violento. É um bairro educacional.

Entrevistador: Qual a representatividade da escola Parque Amazônia para você? O que ela marcou em sua vida escolar?

Entrevistado (a): Estudei na escola todo o meu ensino fundamental, ela foi fundamental na minha vida até a graduação. Foi fundamental também o projeto reviver na minha formação, sobre a valorização da vida e da família, do ser humano, sou muito grato ao projeto reviver, autor da creche Betinho, em 2022 passou a ser pertencente como anexo da escola em debate. Os meus irmãos, primos e vizinhos também estudaram na escola Parque Amazônia.

Entrevistador: Quem foi o mentor (es) ou a mentora (as) da escola Parque Amazônia?

Entrevistado: Zé Maria e a Irmã Socorro, mentores de criação que foi feito abaixo-assinado, deram a cara a tapa na prefeitura para que hoje tenhamos esta escola. O Hélio Gueiros fez a escola como obra eleitoral porque era no ano eleitoral e ela foi fruto de luta mesmo que deve ser estas duas pessoas deram à cara a tapa.

Silidnei
08/2022-12/15.



**APÊNDICE C: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: Quarta-feira dia 22 de junho de 2021 às 09h:45min.

Nome completo: Maria José do Socorro Pinto Pimentel. (Dona Maria).

Formação (nível de escolaridade): Fundamental Incompleto até 4ª Serie.

Profissão/Ocupação: Doméstica do lar.

Cargo: Presidente da comunidade Parque Amazônia.

Idade: 51 anos.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A minha participação daqui sobre a escola, eu me envolvi sobre a comunidade e ouve a necessidade da escola, ouve a necessidade do conselho escolar. Para a fundação da escola: O meu esposo foi um dos fundadores, convidado como vigia desde o canteiro da obra que o Hélio Gueiros veio inaugurar, vinha eu e minha filha ajudar a vigiar a escola. Este lugar pertence a UFPA, (área baldia), ouve uma invasão e tinha muita água nesse terreno que invadimos, muita fé em Deus e Deus abriu as portas para ter esta escola aqui, entrou muito aterro para construir esta escola.

Entrevistador: Essa tão esperada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): Não. Já passou bem por umas 4 reformas, 3 ou 4 reformas. Inclusive agora ela vai passar por uma outra reforma, vamos para um prédio da UFPA, o terreno era baldio e com o peso da escola, vai cedendo e precisa de reforma.

Entrevistador: Você foi uma das pessoas de frente na construção da escola, em sua concepção o que tem de mais importante neste espaço que foi conseguido ao longo do tempo de sua fundação?

Entrevistado (a): No passado ela foi premiada, com projeto de costura, ganhou computadores, tinha até informática aqui, recentemente ela foi contemplada com vários equipamentos com empresas que estavam devendo imposto e o Ministério público o fez darem caixas de som, DVD, enceradeira, lavadora e máquinas de lava jato. A universidade através do PIBID como fonte de memória e a escola, foi parceira que teve todo um planejamento que alunos da UFPA deram reforço para alunos da escola como alunos com grande dificuldade e andavam na comunidade, recente, antes da pandemia. Gestão Duciomar Costa foi uma das gestões que mais trouxe prejuízos, acabou os projetos, nasceu vários artistas na Terra Firme. Várias pessoas que nasceram e estudaram aqui passam no vestibular, as nossas filhas formadas.

Entrevistador: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): Para mim, esta escola significa muita coisa, essa escola faz parte dos 3 projetos, escola Parque Amazônia, projeto família saudável, base comunitária, são as meninas dos nossos olhos, nós que conseguimos, Deus me usou como canal para fazermos alguma coisa por esta escola, nós que conseguimos estes ganhos para a comunidade. Se não tivesse esta escola aqui, os alunos estudariam mais longe e com mais dificuldades. Sou muito feliz por ter esta escola aqui.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Quando construíram aqui a escola, a Funverde inaugurou um jardim. Buscamos parceria com a UFPA para trazer a horta comunitária, perto da castanhola. Quando fui contemplada como mãe natureza pelo museu trouxe a botânica para cá. Oportunidades a escola recebeu e ela teve, mas quando não se têm pessoas interessadas, a direção engajada, a escola não vai para frente.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Partido dos Trabalhadores (PT).

Barbara José do Sacramento Pinto Pimentel
06.08.2021



**APÊNDICE D: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 28 de fevereiro de 2022 às 11h:45min. e 29 de março de 2023 às 12h:30min.

Nome do Entrevistado: Luiz Claudio Frota de Oliveira.

Formação (nível de escolaridade): Licenciatura em matemática.

Profissão/Ocupação: Secretaria da escola Parque Amazônia.

Cargo: Secretário Escolar.

Idade: 51 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A escola foi fundada em setembro de 1996, mas a escola já funcionava praticamente o ano todo, eu cheguei em abril e já tinha funcionário. A escola passou um tempo funcionando sem autorização, porque precisava ter uma dinâmica com uma base de funcionários ativos e passivos, os que saíram, apresentaram o PPP. O conselho ainda não funcionava, logo depois de 1 ano ou 2 para regularizar o conselho e expedir documentos, como histórico, certificado, esta coisa toda. Para mais informações, perguntar a Dona Auta, Branca ou Zé Maria.

Entrevistador: Quais os nomes das pessoas que estão/são relevantes para entender o projeto de criação/fundação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Zé Maria, Dona Auta, Dona Branca e a Dona Socorro infelizmente não pode responder porque faleceu.

Entrevistador: Quando parou de ter as oficinas extracurriculares?

Entrevistado (a): Não lembro a data, mas foi na gestão do Edmílson Rodrigues.

Entrevistador: Os alunos ao término das oficinas ganhavam certificados?

Entrevistado (a): Os alunos recebiam certificados.

Entrevistador: Essa tão esperada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): Já tivemos outras duas reformas, só não sei te dizer o ano. Passou por 2 reformas de fundação, uma na parte que ficava a copa, embaixo dela, reestruturação da fundação, reforçada esta parte e próximo dela no auditório. E no bloco do lado direito de quem entra, foi feito a reestruturação da fundação, um reforço. Fora a parte de pintura que teve algumas vezes.

Entrevistador: Quando foi feita a quadra poliesportiva coberta? Foi luta do Movimento Social Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Em 2013. Foi um projeto de quadra coberta, fizeram Solermo, Estelina e todas as outras receberam quadra coberta.

Entrevistador: A escola tem ou teve problemas com o conselho escolar?

Entrevistado (a): Tem até hoje, não funciona. Até hoje estão tentando regularizar, muitos anos que não funciona o conselho escolar.

Entrevistador: Quando iniciou o processo de Ata recente para voltar o funcionamento do conselho escolar?

Entrevistado (a): Começou em 27 de maio de 2021, teve assembleia de posse do conselho e estão tentando até hoje.

Entrevistador: Desde quando está irregular?

Entrevistador (a): Desde 2017 ou 2018 eu acho. O Fabrício que pode dá esta informação. As oficinas gerenciadas pelo conselho escolar encerraram neste período porque não tinham recursos para pagar os profissionais que ministravam os cursos.

Entrevistador: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): O Zé Maria faz parte ainda, a Dona Auta e a Dona Branca não sei se ainda fazem parte do movimento. O Zé Maria como funcionário e também participa do movimento.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Não posso te responder, porque a “briga” já tinha acontecido, para conquistar estas coisas. O movimento social fez parte diretamente da criação do processo da construção, da briga pela localização, pelo terreno, eles que fizeram parte para as famílias assentadas, hoje já são outras, poucas que permanecem nos dias de hoje, já mudaram. Fizeram quando eu cheguei aqui, foi no dia 1 de abril de 1996, já tinha o professor Lima, professor júnior e a professora Marina. A Marina já se aposentou. Porque os outros permanecem? Porque ela já tinha tempo de serviço para aposentar.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): Não sei. Acho que não, mesmo a dona Socorro e o Zé maria trabalhando na escola, eu acredito que não. A dona Socorro trabalhou de que? Trabalhou na copa da escola e o Zé Maria sempre foi operacional. A dona Socorro não era efetiva, ela era prestadora.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Acho que sim, porque era a mesma proposta do Liceu e da escola bosque, no início começou a funcionar, mas depois se perdeu. O liceu e a escola bosque caminham com as próprias “pernas” praticamente.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Não sei te dizer. A escola foi inaugurada na gestão do hélio Gueiros.



Handwritten signature and date: 06/08/2021.



**APÊNDICE E: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 16 de setembro de 2021 às 14h:00min e 27 de fevereiro de 2023 às 17h20min.

Nome do Entrevistado: Francisco Teixeira Lima.

Nível de escolaridade): Nível superior. Licenciatura plena em matemática.

Profissão/Ocupação: Professor de matemática/Engenheiro Civil.

Cargo: Professor Licenciado em matemática da SEMEC e engenheiro civil do banco.

Idade: 60 Anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A escola atendeu realmente e foi além da expectativa destas pessoas que lutaram pela escola e nesses 27 anos muitos benefícios vieram através da escola, não somente pela questão do ensino aprendizagem, mas também de outros benefícios, aterro, esgoto, asfalto, uma série de outros benefícios vieram por outros motivos, mas que a escola também teve sempre muito presente, recebendo eventos, palestras, não só recebendo, mas motivando também, teve muitos momentos políticos, formação pedagógica em vários segmentos da sociedade, na formação política, econômica, social, a escola teve tudo isso. Os jovens tiveram desenvolvimento, crescimento profissional, social, inserção social, ascenderam intelectualmente, muitos foram para a universidade adentraram no ensino superior, moram por aqui e outros não moram mais por aqui.

Entrevistador: Essa tão esperada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): Não, houve reformas referentes a reforços nas fundações e nas estruturas. As duas grandes obras ocorreram nos dois primeiros mandatos do prefeito Edmilson Rodrigues. Passou por 2 grandes reformas, não estou nem incluindo estas de pintura etc., a 1 foi de reforço estrutural e a fundação e a 2 também e esta será a 3. As 2 primeiras obras foram significativas em termos de tempo e de custo, deu trabalho para conciliar com as atividades.

Entrevistador: Quando foi feita a quadra poliesportiva coberta? Foi luta do Movimento Social Parque Amazônia?

Entrevistado (a): A referida quadra veio para atender reivindicações antigas, a fim de atender necessidades relativas a espaços físicos para reuniões e lazer da comunidade. A construção foi finalizada em 2012, porém passou por um processo longo para ser construída.

Entrevistador: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): Apesar das mudanças políticas ocorridas ao longo dos anos da existência da escola Parque Amazônia, ainda existe boa organização comunitária que busca melhorias em vários serviços, como: saúde, educação e saneamento. Em relação a escola, o foco está voltado para a reconstrução física. O fato de ter a escola funcionando em um prédio alugado, com estrutura deficitária e distante da comunidade incomoda bastante a todos.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): O movimento social teve toda importância na ocupação da área Parque Amazônia e na reserva do espaço, onde a escola foi construída. Pessoas mais maduras politicamente se organizaram para guardar o terreno para a escola. Além disso, convenceram a secretária de educação, Terezinha Gueiros, de que além de necessária a escola era viável, e até hoje a escola é de grande importância para a comunidade. Ressalto a importância do vereador da época Raimundo José de S. de Castro, que aproximou os representantes da comunidade a professora Terezinha Gueiros, secretária de educação.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): Pessoas atuantes no movimento social da época participaram da democratização da escola, se fazendo presente no conselho escolar e apresentando propostas na elaboração do PPP. Essas propostas estavam relacionadas a necessidade da geração de emprego e renda para a comunidade, onde a escola está inserida.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Sim, variadas propostas objetivando uma leitura crítica das necessidades de geração de emprego e renda para a comunidade, bem como por melhorias em infraestrutura urbana, principalmente em abastecimento de água, esgoto, energia, pavimentação e transporte.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual o prefeito Edmilson Rodrigues se elegeu, porém existia forte oposição ligada a outros partidos.

e 37 min.

Raimundo José de S. de Castro



**APÊNDICE F: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 16 de fevereiro de 2023 às 16h:00min e 27 de fevereiro de 2023 às 14h:30min.

Tempo de atuação: 27 anos.

Entrevistado: Jacemir Soares Queiroz Júnior.

Nível de escolaridade: Especialização.

Profissão: Professor de história.

Idade: 54 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A escola não foi feita para dar certo, na perspectiva do seguinte, primeiro, apesar de na teoria ter sido investido 2 milhões e meio de dólares construído em área de invasão. Os materiais que efetivamente foram colocados na escola foram de péssima qualidade, inclusive o trabalho de engenharia, não levou em consideração, o nível de degradação do solo que fez a escola desde o seu início praticamente sofrer o afundamento de determinadas áreas, tornando instável o restante das construções. Além da estrutura física, a escola não foi minimamente equipada em termos de quantidade e qualidade com os materiais necessários ao fim teoricamente proposto a ela. Eu guardo o jornal do outro dia da inauguração com muito carinho, ele é ouro para mim, porque trabalho a minha vida toda aqui, já a vi passar por muitos problemas e faço parte dela. Eu estava presente bem antes da inauguração. A data que está na placa é dia 26 de setembro de 1996, mas inaugurou de fato dia 27 de setembro de 1996, mas tenho dúvida, então vou perguntar ao Zé Maria que é a melhor pessoa que sabe de toda a história desta escola. Zé Maria a inauguração da escola Parque Amazônia foi dia 26 ou 27 de setembro de 1996? Porque na placa está dia 26, mas para mim foi dia 27. Zé Maria responde: foi dia 27 de setembro de 1996 que a escola inaugurou.

É bom citar que quando chegamos para trabalhar na escola, não podíamos ficar nela, devido não estar organizada para nos receber nos primeiros dias, então pediram para irmos trabalhar no Instituto de Educadores de Belém (ISEBE). Somente uns meses depois a escola pode ser usada.

Entrevistador: De quem era o governo na época da fundação da escola?

Entrevistado (a): Quando a escola foi fundada era o final da gestão do Hélio Gueiros, quando o mandato do próximo prefeito, Edmilson assumiu que implantou a escola cabana e teve dificuldades financeiras vindas de outro mandato, inclusive um mês de salário atrasado, deixando muitas mazelas em tudo.

Entrevistador: Quais os problemas mais encontrados na escola durante os anos de funcionamento?

Entrevistado (a): A escola nunca passou uma semana, sem problemas graves, ela sempre foi problemática, o pior foi do cano e da piçarra que não entrava nem ambulância. Teve períodos de 2 semanas sem água e 1 sem energia elétrica e já teve problemas de esgoto, também muitos anos sem extintor ABC.

Entrevistador: Como é a atuação do Conselho Escolar dentro da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Por conta de má administração de conselho escolar, a escola até hoje não há investimentos para projetos devido a problemas administrativos de conselho escolar. Foi ocupada por pessoas despreparadas ou que tinham que dá conta do conselho, poucas vezes foram feitas a prestação de contas. A escola tem sobrevivido a suplementos de fundo em termo de custeio que chamam de fundinho, por conta dessa virtual obstrução da vinda de verbas para a escola tanto em recursos federais, estaduais e municipais.

Entrevistador: Como foi a participação dos alunos durante o período da pandemia?

Entrevistado (a): No período da pandemia, houve pouca participação dos alunos, até conversei com o coordenador para diminuir para não sobrecarregar, só que a SEMEC cobrava de passar atividades, pois são muitas disciplinas, foi relatado a mim que outras escolas mais pobres, os alunos faziam atividades. A escola não tinha condições de imprimir muitas atividades, porque são muitos alunos e era só o que funcionava. Celular somente a noite, quando os pais chegavam porque não tem celular em casa para os filhos.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Eles foram responsáveis pela escola existir, algum deles fizeram parte do corpo de funcionários da escola, como o Zé maria, vejo a escola pela figura deles. Já pensou invadir, e deixar um terreno para a escola, que é um grande terreno, é que na visão deles, a educação é muito importante, isto evidencia a valorização na educação, foram eles que possibilitaram a escola existir, com esforço deles de pressionar os políticos para a construção da escola, mesmo que estas verbas não tenham se concretizado em equipamentos e estrutura física.

Entrevistado: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): Como um movimento organizado não mais.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): Não, diretamente. Não teve participação, apesar de ter esta perspectiva ampliada, quem faz é a direção e coordenação.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): O movimento social não participou. Já tinha o projeto feito da escola na inserção na sub-rede. Enquanto teoria, era o Pedro Demo, o referencial teórico, o Deus, igual hoje como é Paulo Freire. O ISEBE pensou nas propostas pedagógicas e já vieram montadas da SEMEC, a destinação da escola era para ser um polo profissionalizante que não funcionou por falta de equipamentos e recursos humanos.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Não havia uma subordinação partidária.

Entrevistador: Quando foi feita a quadra poliesportiva coberta? Foi luta do Movimento Social Parque Amazônia?

Entrevistado (a): A quadra foi a última parte construída da escola. Coberta bem anos depois, quando da cobertura foi reformada.

Entrevistador: Quais os nomes das pessoas que estão/são relevantes para entender o projeto de criação/fundação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Suely, Dona Auta, Zé Maria, Dona Maria.

Entrevistador: Essa tão sonhada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): A escola nunca teve reforma, a não ser a quadra, o que teve foi várias intervenções na estrutura que estava desabando.

Entrevistador: Como a ideia de construção dessa escola começou?

Entrevistado (a): Do sonho das pessoas que estavam nas lideranças, como uma das lideranças da invasão. Foram os que reservaram tanto espaço como a escola, que é uma área grande. Minha participação é como funcionário desta escola mesmo antes da inauguração até os dias atuais.

Entrevistador: Houve alguma mentora ou mentor do movimento social para a criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Não. As pessoas que reservaram para que a SEMEC construísse a escola lá. Invasão geralmente é caótica, lutaram muito para a reserva do local, para não deixarem usar este espaço para a construção de casas. O objetivo era a SEMEC se sensibilizar e construir a escola.

espaço para a construção de casas. O objetivo era a SEMEC se sensibilizar e construir a

JACSON JOANES RIBEIRO JUNIOR
29/10/31



**APÊNDICE G: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 10 de agosto de 2022 e 27 de fevereiro de 2023 às 10h:20min.

Nome da Entrevistada: Natália Pinto Pimentel.

Formação (nível de escolaridade): Ensino Superior Completo (licenciatura plena em pedagogia).

Profissão/Ocupação: Coordenadora pedagógica (tarde). Egressa da escola Parque Amazônia.

Cargo: Assessora superior adjunta a direção escolar.

Idade: 38 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): Esta escola ela já contribuiu muito para a comunidade, é de gestão para gestão. A escola estava de portas abertas para a comunidade e a comunidade entrava para interagir, a escola depois de um tempo fecharam as portas para a comunidade, em partes a escola foi fechada para a comunidade, de um tempo para cá voltou para a parceria. Tinha um bloqueio, um muro, após um tempo teve um abraço um acolhimento, volta a normalizar tudo aquilo que foi conquistado, o acolhimento, os projetos sociais, novamente um toque, conversas com a comunidade, como já está voltando. No período que teve um bloqueio, foi na gestão de uma diretora, depois a escola abriu as portas para a comunidade. Apesar de não estarmos no prédio atual, ela continua dando as portas abertas para a comunidade estar com ela. Estamos com uma nova gestão, que é a diretora Socorro Trindade, ela está dando oportunidade para interagir família e escola, e vê a participação, onde todos possam se ajudar e construir com a comunidade um novo espaço acolhedor porque saímos da Comunidade Parque Amazônia e estamos na Avenida Celso Malcher, são novas pessoas e estamos em um novo ambiente.

Entrevistador: A escola já teve alguma reforma?

Entrevistado: Nunca teve uma reforma geral, teve aquela velha maquiagem, uma drenagem por baixo, trocar azulejo, tipo reforma mesmo será feita agora.

Entrevistador: Quando foi feita a quadra poliesportiva coberta? Foi luta do movimento social Parque Amazônia?

Entrevistado: Sim, 2012 ou 2013. Em 2014 já estava inaugurada.

Entrevistador: Quando parou de ter as oficinas extracurriculares que faz parte do formato das UEDS?

Entrevistado: Não lembro a data.

Entrevistador: Os alunos ao término das oficinas ganhavam certificados?

Entrevistado: Os alunos recebiam certificados e as oficinas eram contratadas pela prefeitura municipal de Belém. Estudei de 5ª a 8ª série na escola Parque Amazônia.

Entrevistador: Quais os nomes das pessoas que estão e são relevantes para entender o projeto de criação/fundação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado: Dona Auta, Dona Maria, Dona Suely e o Zé Maria. Os três linhas de frente eram a minha mãe Dona Maria, Zé Maria e Dona Auta.

Entrevistador: O movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado: Com certeza, eu tiro pela minha mãe, quando ela era viva, a menina dos olhos dela, era a escola Parque Amazônia, ela reivindicou muito, por muitas coisas na escola, pela rua, pelo muro do lado para ficar mais organizado, pegava quase metade da rua porque não conseguia ver o retorno porque tinham acidentes, pela quadra poliesportiva, a casa família saudável e a casa comunitária. Com o falecimento dela, não sei o que vão fazer, mas a liderança está atuante, Zé Maria, Dona Auta, para não fazerem a retirada da escola ou um abandono, qualquer movimento de invasão eles chamam a imprensa e tomam outras decisões. A comunidade participa mais quando é uma reunião. Minha mãe (Dona Maria Pimentel) buscou parcerias com o museu Jardim botânico que doou plantas, com a UFPA que trouxe a horta comunitária para a escola, a minha mãe lutou muito.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado: São lideranças comunitárias, eles têm que participar, se a comunidade não estiver presente não flui.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado: Sim, teve da liderança comunitária, no caso a diretoria. Eram convidados mais para reuniões de pais, o acesso na escola e para a participação no conselho escolar.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Sempre foi o PT ou ao PSOL.

Entrevistador: Houve alguma mentora ou mentor do movimento social para a criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Os três, eles sempre foram o cabeça, Dona Auta, Dona Maria e Zé Maria.

Pimentel
 Natália Pinto Pimentel
 Coordenadora Pedagógica
 Matr. 05.35443-013
 Mem. nº 179/2021-DESE - 18



**APÊNDICE H: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 18 de fevereiro de 2022 e 26 de março de 2023 (WhatsApp).

Nome: Bruno Daniel Mello de Jesus.

Formação (nível de escolaridade): Superior Completo.

Profissão: Licenciado pleno em pedagogia.

Ocupação: Funcionário da escola.

Cargo: Coordenador pedagógico na SEMEC/ Professor regente de uma turma no 4º ano da escola da SEDUC.

Idade: 39 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A escola foi construída em um terreno todo alagado e encharcado. O movimento social de bairro destinou um grande terreno para a construção de uma escola digna, grande e bonita. Naquele tempo quase não havia escolas no bairro da Terra Firme. E naquela área só havia a escola Solermo, mas que era muito pequena, e não comportava nem a metade das crianças da área. A escola Parque Amazônia sempre esteve do lado com a comunidade. Ela já ofereceu cursos como corte e costura, reciclagem de lixo, fabricação de sabão, dança, esportes e capoeira, curso de introdução a informática básica. Mas desde que o conselho escolar ficou estagnado e bloqueado, estas iniciativas caíram por terra. Agora apenas com cursos bem esporádicos com a comunidade. Nos últimos 10 anos tiveram o projeto de reciclagem e coleta seletiva, horta comunitária, trabalhos com garrafa PET para a construção de objetos do lar, compostagem e muitos outros. Foram iniciativas boas, a recepção dos alunos foi ótima. Porém, a própria SEMEC não deu continuação, pois, ela não deu o suporte necessário para continuar. Quando fui empossado nesta escola, há quase 10 anos, o prefeito era o Duciomar. Ele não fez uma melhoria pela escola. Depois veio o prefeito Zenaldo Coutinho por 2 mandatos. Ele nem olhou para a nossa escola, e olha que vieram diretoras da base dele. Nossa escola ficou esquecida, ficou invisível para a SEMEC. Mandamos diversos ofícios requerendo a reforma geral de nossa escola e nunca fomos atendidos. Agora veio o prefeito Edmílson e vai fazer a bendita reforma, que vai nos afetar como servidor e afetar toda a comunidade, mas que é extremamente necessária, pois a escola corre risco de desabar. Se fossem os outros dois prefeitos anteriores, a escola ainda funcionaria até acontecer uma tragédia.

Recentemente a escola, antes de ser embargada, foi contemplada com uma série de doações de equipamentos no valor de quase 50 mil reais, provenientes de uma empresa que pagou multa para a justiça e revertido em doações para a nossa escola. Nos últimos 10 anos aconteceram poucas coisas, só neste período foram pelo menos 4 parcerias, mas logo no início foram muitas.

Entrevistador: A escola já teve alguma reforma?

Entrevistado (a): Sim, três vezes. Basicamente, foram para colocar estacas para levantar algumas partes da escola, as quais estavam afundando.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): A comunidade Parque Amazônia se formou há muitas décadas, sendo apenas uma grande invasão. Sempre lutando para a escola sair do papel, após incessantes embates argumentativos dos líderes sociais daquela área, organizados em comissões em debate com a secretária de educação Terezinha Gueiros. A escola foi inaugurada em 1996. A inauguração da escola foi um marco de visibilidade para toda a comunidade, foi uma conquista de direitos básicos que todo o cidadão tem direito de usufruir no nosso país. É uma conquista de direitos. Representa direitos, constrói memórias positivas do bairro, na luta por melhorias sociais. Muitas gerações já foram formadas pela escola.

Entrevistador: Como o movimento social atua na permanência da escola Parque Amazônia para a comunidade?

Entrevistado (a): A escola Parque Amazônia é um símbolo de luta por direitos na comunidade Parque Amazônia. É um espaço muito importante em todos os sentidos para aquela área. Sem a escola, todo o tipo de organização social que ali existe, ficaria acometido pelo caos e marginalidade. Temo muito este período em que a escola ficará fechada para sua reconstrução. Os que eu conheço são as lideranças sociais que até hoje estão inseridas como vozes atuantes do bairro: Zé Maria, dona Socorro (in memoriam) e dona Auta. Claro, que devem ter outros.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): Nas primeiras vezes sim, nos primeiros anos, com muitas vozes representativas. Atualmente, os representantes da comunidade os quais estão inseridos no conselho escolar, participam, mas não com o mesmo engajamento. Sim, com representantes destes movimentos, inseridos no conselho escolar.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Conversando com os professores mais antigos da escola, eles não lembram se a escola já inaugurou com um PPP pronto. Porém, eles lembraram que o primeiro construído pelos servidores da escola (o qual ficou pronto em meados de 1997 ou 1998), teve sim participação de pessoas ligadas a movimentos sociais, na elaboração e execução de muitas atividades pedagógicas com os alunos e pessoas da comunidade. Principalmente de atividades esportivas e danças regionais.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): O prefeito da época era o senhor Hélio Gueiros, do partido já extinto PFL. Os movimentos sociais neste período dialogavam muito com os partidos de esquerda, principalmente o PT. Porém, eles também dialogavam com partidos da direita em algumas situações. E é bom observar que, a comunidade como um todo, não apenas a nossa escola, sempre conseguiu a maioria de seus avanços, melhorias sociais e econômicas na gestão municipal do prefeito Edmilson Rodrigues, ou seja, em um governo de esquerda.

Entrevistador: Quem foi o mentor (es) ou a mentora (as) da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Algumas lideranças sociais do bairro: Zé Maria, dona Socorro (in memoriam) e Auta. Têm outros, mas eu só tenho contato com estes.



Coordenador Bruno Daniel Mello de Jesus



**APÊNDICE I: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Datas: 22 de junho de 2021, 04 de agosto de 2022, 19 de março de 2023 às 10h:20m.

Nome do Entrevistado: Auta Maria Jesus Silva.

Formação (nível de escolaridade): Ensino Fundamental Completo.

Profissão/Ocupação: Aposentada/ Líder do Movimento Social Parque Amazônia.

Cargo: Era merendeira do estado.

Idade: 64 anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): A secretária de educação aceitou por seguinte forma pelo apelo da comunidade e interesse político, era época de eleição e queriam aprovar alguma coisa na Terra Firme, mas que deixou a desejar em uma praça. Uma observação minha, teve um período que estava tento vândalos, invasores, então fomos com a secretaria Terezinha Gueiros, ela mandou fazer o muro e nasceu o projeto da quadra que a comunidade correu atrás. Em 1994 que a escola foi construída, tivemos bastante participação e eu já trabalhei muito. Quando a diretora Ivone veio a escola, era de 1º mundo, uma sala de projeto para as mães costurarem com maquinários, uma sala com espelho para fazer artes e jogos para as crianças que estavam aqui, tínhamos os monitores, meu filho estava aqui, passou por aqui, colocamos um centro comunitário que era ao lado da escola, fizemos um grupo de teatro, tiramos usuários de drogas e prostitutas que se encontraram no grupo de teatro e no grupo de danças. Os monitores de teatro foram destacados, outros exonerados.

Entrevistador: Atualmente como está a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Semana passada roubaram o portão da escola e a atual diretora me acusou, dei recado para darem meu endereço e ela registrar um boletim de ocorrências, eu vou pagar sendo presa se ela provar, agora se ela não provar. Também quero dizer que houve uma reunião dia 03 de julho de 2022 com a secretária de educação e ela nos disse que os alunos e os professores do curso de engenharia da UFPA farão um estudo do solo, não fui porque estava no fórum. No dia 29 de julho houve uma reunião e tem a placa da empresa que vai construir a escola Parque Amazônia, mas só vai começar depois do estudo do solo.

Entrevistador: Quais as pessoas envolvidas para ser implantada a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Suely, Auta, Jurandir, Rosângela, Socorro (líderes da comunidade).

Entrevistador: Quais outros projetos que já houveram na escola?

Entrevistado (a): A escola já teve ajuda de equipamentos, eu participei 1 vez do conselho escolar empossada no escuro, não teve prestações de conta. Na escola teve o projeto escola aberta com artesanato, plantações, costura, horta comunitária da UFPA, jardim botânico. Também, envolvendo o meio ambiente, eu fiz um projeto chamado “Show Sujeira” inclusive eu fiz teatro quando eu tive direito a entrar na sala de artes (espelho).

Entrevistador (a): Essa tão esperada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): Não. Acho que houve umas 5 reformas. Teve tempo que pensaram que iam afundar, rachou o auditório.

Entrevistador (a): Houve algum projeto de meio ambiente na escola?

Entrevistado (a): Teve sim, eu fiz um projeto chamado “Show Sujeira”.

Entrevistador: Como você vê a participação do movimento social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Invadimos dia 16 de agosto de 1990, para que nós tivéssemos uma escola, uma praça, um posto de saúde, fomos deixando os lugares de escola, praça. Retiraram invasores e construíram a escola, o poder público mais perto de nós. O poder público disse a nós, “para que uma praça?”, ele deixou os invasores lá onde iria ser a praça, mas não tiraram igual como tiram os que ocuparam no lugar onde hoje é a escola.

Entrevistador: O movimento social participou da construção do primeiro projeto político-pedagógico (PPP) da escola Parque Amazônia? Ou participou de alguma proposta de construção do PPP?

Entrevistado (a): O primeiro PPP foi secreto com certeza, eu, por exemplo aqui da escola, na verdade não participei no início do primeiro PPP. Na construção em si do prédio eu participei. Na construção do primeiro projeto político-pedagógico em 1996 eu não participei, nem um, o movimento social foi isento, tirado daí nós não participamos assim, nós estávamos aqui, nós fazíamos parte, nos víamos o que aconteceu, mas nós não trabalhamos a parte pedagógica da escola.

Entrevistador: Houve a participação do movimento social na elaboração das propostas pedagógicas para a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): A parte pedagógica da escola só dois anos depois que nós começamos a intervir, a entrar na escola, e falar mesmo o que queríamos, o que a escola precisava, e foi aí que começamos a fazer parte da escola. Mas não que se diga assim, a diretora da escola chamou imediatamente as lideranças do movimento social que participaram da construção, isso não aconteceu porque na altura do campeonato a Suely estava à frente também, então o que aconteceu ela começou a dizer que nós não fazíamos nada, somente ela que fazia, então pegamos e abrimos mão, eu, a finada Socorro, quando você veio a primeira vez ela ainda estava viva. Ficamos ao lado, não se metemos para não brigar, procurar confusão, ter disputa. Suely ficou tomando conta de tudo e arrumou uma vaga de trabalho na escola, se

ela participou do PPP, mas ela nunca repassou nada para nós, eu, Zé Maria e a Socorro. Depois Zé Maria entrou na escola como funcionário e é até hoje, Socorro também participou como funcionária da escola. Da fundação até a inauguração não participamos, depois de 02 anos da inauguração mudou de direção, a Suely já tinha saído porque terminou o contrato dela, mudou a direção e a nova diretora chamou o movimento social, nesta altura do campeonato, nós pudemos ter acesso porque não podíamos gerar conflito na escola, porque é o que queríamos, conflitar, ver o errado e falar, depois disso participamos, Zé Maria, eu e a Socorro, nós já fizemos parte do conselho escolar da escola.

Entrevistador: Qual o partido político que o Movimento Social Parque Amazônia estava interligado em 1996?

Entrevistado (a): Nesta altura do campeonato, nós éramos esquerda completamente, ele era PT (se referiu ao Zé Maria) e eu era PCdoB, então sempre esquerda, sempre optamos pela esquerda, nunca direita. Dificilmente nós fazemos parte de alguma campanha da direita, alguma campanha quando o PT está com candidatos que não adianta apoiar, que sabemos que só vamos perder mesmo. E outra coisa até por favor, por questão de financeiro, dirá disso não, nós sempre optamos pela esquerda.

Autamaria de Jesus Espírito Santo da Silva
10/08/2021



**APÊNDICE J: PROPOSTA DE ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS
MEMBROS DO MOVIMENTO SOCIAL E FUNCIONÁRIOS DA
ESCOLA PARQUE AMAZÔNIA**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM
EDUCAÇÃO BÁSICA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA
ESCOLA BÁSICA

Data: 03 de fevereiro de 2022 às 16h:00min e 27 de fevereiro de 2023 às 18h:00min (WhatsApp).

Nome: Andreia dos Santos Campos.

Formação (nível de escolaridade): Pós-graduação.

Profissão/Ocupação: Professora de Educação infantil.

Cargo: Professora (temporária) da Semec.

Idade: 40 Anos.

Entrevistadora: Karen Tavares Clarindo.

Entrevistador: A nossa primeira pergunta diz respeito a como surgiu a escola Parque Amazônia, relate quais as suas vivências neste espaço desde o início do seu projeto de construção?

Entrevistado (a): Era alagado e um local abandonado com mato, era uma invasão. Procuraram um lugar com terra firme para colocar a escola e lá já era aterrado, o resto era um rio, o único lugar com Terra Firme era lá. A escola Parque Amazônia marcou o bairro da Terra Firme, escola-modelo para aquela época. Infelizmente nossa escola ficou esquecida por muito tempo. Hoje o prédio está abandonado. Enquanto esperamos pela tão sonhada reforma.

Entrevistador: Essa tão sonhada reforma foi a única que a escola já teve durante todos esses anos?

Entrevistado (a): A escola teve uma grande infiltração, não lembro como foi a reforma do prédio, mas a falta de manutenção do prédio, levou a sua perda total.

Entrevistador: O que mais é pertinente para você sobre a escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Um ponto era os professores maravilhosos, de ponta, humanos, como o César, o professor Lima. Quando eu estudei o ensino era mais rígido, tinham mais professores comprometidos com o ensino! Hoje sinto falta desse amor à docência.

Entrevistador: Como você vê a participação do Movimento Social local no processo de criação da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): A participação da comunidade é muito importante, foi muito importante. Lembro quando aconteceu a inauguração da escola, foi um evento grandioso, onde o bairro da Terra Firme parou para este acontecimento.

Entrevistador: Você e os seus responsáveis participaram na construção do Projeto Político Pedagógico da escola Parque Amazônia?

Entrevistado (a): Meus responsáveis não participaram da criação do PPP.

Entrevistador: Como você vê o processo de desenvolvimento da escola desde que você era aluna até atualmente?

Entrevistado (a): Tenho muito orgulho de ter sido uma aluna da escola em destaque, pois tinham muitos bons professores.

Entrevistador: Qual a representatividade da escola Parque Amazônia para você?

Entrevistado (a): Eu concluí o meu ensino fundamental, não lembro o ano. A estrutura física da escola era muito boa!! Salas amplas! Tínhamos aula de dança! Era tudo muito bem direcionado. Tenho um carinho muito grande pela Escola Parque Amazônia, pois tive bons professores que não somente me ensinaram o conteúdo, mas cuidaram de mim que é seu papel como agente de transformação dos seus alunos.

Andréia dos Santos Campos